

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pietro Fernandes Coelho Santos

**Modelo de Estado de bem-estar social nórdico e a
excepcionalidade da região no Relatório Mundial da
Felicidade**

Uberlândia - MG

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pietro Fernandes Coelho Santos

**Modelo de Estado de bem-estar social nórdico e a
excepcionalidade da região no Relatório Mundial da
Felicidade**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia
e Relações Internacionais da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Faria de Queiroz

Uberlândia - MG

2022

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os desafios enfrentados para forjar a minha formação e, por isso, é fundamental agradecer a todos que participaram dela. Primeiramente, agradeço aos meus queridos pais Antônio e Elsieni pelo amor, estrutura, apoio, orientações e exemplos constantes na minha caminhada. Às minhas extraordinárias irmãs Gabriella e Júlia por estarem sempre ao meu lado em todas as batalhas vencidas. Particularmente, aos meus admiráveis avós Eurípedes, Iracy, Gabriel e Suzana, bem como aos meus tios e primos, por todo amor, força e confiança. Aos meus amigos e companheiros, em lugares próximos e longínquos, que tanto me ajudam direta e indiretamente. À minha professora orientadora Sabrina de iniciações científicas e monografia Sabrina pelo apoio e incentivo incondicionais às minhas ideias e sonhos. Aos meus professores, e demais funcionário, da Universidade Federal de Uberlândia e da Universidade de Brasília por sua primordial contribuição.

Por fim, alguns agradecimentos especiais devem ser tecidos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por ter financiado via PIBIC toda a pesquisa aqui presente durante 2 anos, à Dra. Susan Andrews por ter instigado esta monografia com sua palestra acerca da felicidade na UFU em 2018 e com seu livro *A ciência de ser feliz* de 2011, ao Marcelo e à Melissa por suas contribuições e acompanhamento de minha jornada acadêmica, e aos meus ancestrais por seus esforços que me trouxeram até aqui. Obrigado a todos ou, em Kimbundo, Ngamisakidila!

“The day is not far off when the Economic Problem will take the back seat where it belongs, and that the arena of the heart and head will be occupied, or re-occupied, by our real problems — the problems of life and of human relations ...”

(KEYNES, J. M. In: Essays in Persuasion)

RESUMO

A presente monografia busca compreender a importância do exitoso Estado de bem-estar social nórdico sobre a felicidade excepcional da região (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) no Relatório Mundial da Felicidade publicado pela ONU. A metodologia englobou a investigação teórica e empírica extensiva acerca do modelo nórdico e a excepcionalidade de seus países em diversos indicadores, com o intuito de verificar possíveis relações entre ambos, bem como análises estatísticas e regressões por MQO com dados de corte transversal - principalmente do Relatório Mundial da Felicidade, OCDE e Banco Mundial para uma amostra de 45 países em 2017. Os determinantes considerados foram: logaritmo natural do PIB *per capita*, desemprego, gastos públicos sociais, investimento em saúde, investimento em educação, democracia, paridade de gênero e paz. Os resultados encontrados corroboram a hipótese da existência de relevância das políticas nórdicas (gastos sociais, investimento em saúde e educação) sobre sua efetiva excepcionalidade no referido relatório.

Palavras-chave: felicidade; Economia da Felicidade; Relatório Mundial da Felicidade; Estado de bem-estar social nórdico; políticas sociais; desenvolvimento humano

ABSTRACT

This study aims to understand the importance of the successful Nordic welfare state on the exceptional happiness of the region (Denmark, Finland, Iceland, Norway and Sweden) in the World Happiness Report published by the UN. The methodology consists of extensive theoretical and empirical research on the Nordic model and the exceptionality of their countries in several indicators, in order to verify possible relations between them, as well of statistical analyses and regressions by OLS method with cross-sectional data - mainly from the World Happiness Report, OECD and the World Bank for a sample of 45 countries in 2017. The determinants considered were natural logarithm of GDP per capita, unemployment, social public spending, investment in health, investment in education, democracy, gender parity and peace. The results corroborate the hypothesis of the existence of relevance of Nordic policies (social spending, investment in health and education) on their effective exceptionality in the report.

Keywords: happiness; Happiness Economics; World Happiness Report; Nordic welfare state; social policies; human development

RESUMEN

El objetivo de este estudio es comprender la importancia del exitoso estado de bienestar nórdico para la felicidad excepcional de la región (Dinamarca, Finlandia, Islandia, Noruega y Suecia) en el Informe Mundial sobre la Felicidad publicado por la ONU. La metodología consiste en una amplia investigación teórica y empírica sobre el modelo nórdico y la excepcionalidad de sus países en varios indicadores, con el fin de verificar las posibles relaciones entre ellos, así como de análisis estadísticos y regresiones por el método de MCO con datos seccionales - principalmente del Informe Mundial de la Felicidad, la OCDE y el Banco Mundial para una muestra de 45 países en 2017. Los determinantes considerados fueron el logaritmo natural del PIB *per cápita*, desempleo, gasto público social, inversión en salud, inversión en educación, democracia, paridad de

género y paz. Los resultados corroboran la hipótesis de la existencia de relevancia de las políticas nórdicas (gasto social, inversión en salud y educación) sobre su efectiva excepcionalidad en el informe.

Palabras clave: felicidad; Economía de la felicidad; Informe Mundial de la Felicidad; Estado nórdico de bienestar; políticas sociales; desarrollo humano

RÉSUMÉ

Ce travail vise à comprendre l'importance du succès de l'État-providence nordique sur le bonheur exceptionnel de la région (Danemark, Finlande, Islande, Norvège et Suède) dans le Rapport Mondial sur le Bonheur publié par l'ONU. La méthodologie comprenait des recherches théoriques et empiriques approfondies sur le modèle nordique et l'exceptionnalité de ses pays dans divers indicateurs, afin de vérifier les relations possibles entre les deux, ainsi que des analyses statistiques et des régressions par MCO avec des données de coupe transversale - principalement du Rapport Mondial sur le Bonheur, de l'OCDE et de la Banque Mondiale pour un échantillon de 45 pays en 2017. Les déterminants pris en compte étaient : le logarithme naturel du PIB par habitant, le chômage, les dépenses publiques sociales, l'investissement dans la santé, l'investissement dans l'éducation, la démocratie, la parité des sexes et la paix. Les résultats obtenus corroborent l'hypothèse de l'importance des politiques nordiques (dépenses sociales, investissement dans la santé et l'éducation) sur leur efficacité exceptionnelle dans ce rapport.

Mots-clés: bonheur; Économie du bonheur; Rapport Mondial sur le Bonheur; État-providence nordique; politiques sociales; développement humain

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: caso geral hipotético para a maximização da utilidade do consumidor para a microeconomia neoclássica.....	23
Figura 2: posição geográfica dos países nórdicos.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de artigos publicados no âmbito da Economia da Felicidade e referenciados no portal EconLit entre 1986 e 2011.....	31
Gráfico 2: Evolução do indicador de felicidade para os países nórdicos (2013-2022).....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: síntese de dados gerais dos países nórdicos.....	43
Tabela 2: introdução das instituições de bem-estar social nos países nórdicos.....	50
Tabela 3: crescimento médio do pib como porcentagem do pib de 4 países nórdicos (1870-2001).....	50
Tabela 4: porcentagem da força de trabalho nórdica sindicalizada (1950-1990).....	53
Tabela 5: imigração líquida para os países nórdicos desde 1940.....	55
Tabela 6: percentual de força de trabalho nórdica empregada no setor agrícola (1910-1970).....	55
Tabela 7: gastos governamentais gerais e com serviços sociais como porcentagem do PIB nos países nórdicos (1950 e 1972).....	56
Tabela 8: excepcionalidade nórdica no Relatório Mundial da Felicidade.....	71
Tabela 9: países nórdicos em rankings socioeconômicos, políticos e educacional.....	73
Tabela 10: países nórdicos em indicadores socioeconômicos, políticos e educacional.....	75
Tabela 11: estatística descritiva para a amostra de 45 países em 2017.....	83
Tabela 12: médias dos grupos de países por variável do modelo.....	84
Tabela 13: resultados de p-valor do teste t de diferença de médias.....	85
Tabela 14: teste de correlação entre as variáveis explicativas do modelo inicial.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese sobre os condicionantes da felicidade.....	37
Quadro 2: Resumo de instituições nórdicas de bem-estar social para auxiliar outros países a tomarem um caminho semelhante ao nórdico.....	77
Quadro 3: Variáveis para a análise estatística e econométrica.....	80
Quadro 4: Síntese dos resultados para os estimadores econométricos do modelo final.....	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 EVOLUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO SOBRE A FELICIDADE: DA GÊNESE DAS CIÊNCIAS À ECONOMIA	17
1.1 Felicidade na Filosofia da Antiguidade Clássica.....	17
1.2 Felicidade nas Ciências Econômicas.....	18
1.3 Constituição do campo da Economia da Felicidade.....	27
1.4 Determinantes empíricos da felicidade.....	33
2 ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E EXCEPCIONALIDADE DOS PAÍSES NÓRDICOS.....	40
2.1 Breve caracterização dos países nórdicos.....	40
2.2 Caracterização geral do Modelo Nórdico de Estado de bem-estar social..	43
2.3 Evolução histórica do modelo nórdico (século XIX ao princípio do XXI).	48
2.4 Caso da Suécia e seu excepcional desenvolvimento socioeconômico.....	57
2.5 O caso do Estado de bem-estar social da Dinamarca e seu direcionamento para a felicidade.....	61
2.6 Excepcionalidade nórdica no Relatório Mundial da Felicidade e em outros indicadores.....	71
3 ESTIMAÇÕES E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	79
3.1 Metodologia e estratégia empírica.....	79
3.2 Análise e interpretação dos resultados.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
APÊNDICES.....	102

Introdução

A análise das condições de vida e bem-estar de uma sociedade é um dos temas mais relevantes de estudo da Ciência Econômica. Historicamente, o bem-estar de um país esteve associado diretamente a sua renda agregada até a década de 1930 e o conceito de desenvolvimento relacionava-se à ideia de crescimento econômico, aumento da produção e prosperidade, sendo ele medido em termos de variação do PIB *per capita*. Ou seja, apoiado na ideologia liberal e no poder autorregulador dos mercados, o desenvolvimento era entendido como a obtenção de avanços econômicos, expressando-se através do crescimento econômico, do progresso e do padrão de consumo dos países centrais do capitalismo (ORTEGA, 2008).

A Primeira e a Segunda Guerra Mundial, juntamente com as graves crises econômicas vivenciadas principalmente pelos países centrais, levantaram questionamentos a respeito da necessidade de um Estado interventor, que atuaria em busca de um novo padrão de crescimento econômico pautado na preocupação com melhorias na distribuição de renda, nas condições sociais da população e na redução da desigualdade entre as nações.

Segundo Ortega (2008), nesse cenário, ganhou força a avaliação de que apenas o crescimento econômico era insuficiente para permitir a redução da desigualdade social intra e entre nações e se observou, nos debates políticos e reuniões científicas, a necessidade de um crescimento com inclusão econômica e social, ou seja, viu-se a necessidade de busca pelo moderno conceito de desenvolvimento econômico. Nesse mesmo sentido, o PIB *per capita* demonstrou sua precariedade ao indicar que nações com expressiva pobreza e desigualdade de renda tinham alcançado resultados altamente positivos de crescimento.

Nesse contexto, foi lançado, no primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD, 1997). O IDH foi construído de forma a captar a ideia central de que o desenvolvimento humano não é unidimensional, ao contrário, ele inclui além do aumento da renda e da riqueza, outros bens e valores, nem sempre materiais, que fazem parte das aspirações das pessoas. Por isto, “o desenvolvimento humano passou a ser definido como a ampliação das escolhas das pessoas” (PNUD, 1997, p. 16).

De acordo com Sen (2000), o IDH, ao invés de concentrar-se somente em uma medida única e tradicional do progresso econômico tal como o PIB per capita, fez um exame sistemático com riqueza de informações sobre como as pessoas vivem em cada sociedade ao focar-se em três elementos, quais sejam: longevidade, conhecimento e um padrão digno de vida.

Dentro desse mesmo processo de busca de medidas alternativas e mais completas das condições de bem-estar social do que o PIB, em julho de 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, por meio de sua Assembleia Geral, uma resolução convidando os países membros a medirem a felicidade de seus habitantes e a usar os dados para ajudar em suas políticas públicas. Em abril de 2012, foi convocada uma primeira Reunião de Alto Nível da ONU para tratar do tema "Felicidade e Bem-Estar: Definindo um Novo Paradigma Econômico". A reunião foi presidida por Jigme Thinley, primeiro-ministro do Butão, o primeiro e único país que até então havia adotado oficialmente a felicidade interna bruta, ao invés do produto interno bruto, como seu principal indicador de desenvolvimento. No mesmo ano, a Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução 65/309 intitulada "Felicidade: rumo a uma abordagem holística do desenvolvimento"¹, na qual, por um lado, afirmava-se de forma explícita que a busca pela felicidade é um objetivo humano fundamental e, por outro, reconhecia-se que o PIB não havia sido desenvolvido para refletir a felicidade e o bem-estar de pessoas, além de que tampouco poderia fazê-lo de modo adequado (ROJAS, 2019).

A partir dessas iniciativas, construiu-se o primeiro *World Happiness Report* (Relatório Mundial da Felicidade ou RMF), que apresentou uma medição da felicidade, publicado pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (SDSN, na sigla em inglês) em 1 de abril de 2012 como material base para a reunião. Ele chamou a atenção internacional por ser a primeira pesquisa sobre a felicidade global (MARTELA *et al.*, 2020).

Para tanto, o RMF usou, desde então, a avaliação geral da vida como medida *proxy* para a felicidade de cidadãos, pois, das múltiplas medidas de bem-estar, a satisfação geral com a vida é a mais frequentemente usada em trabalhos acadêmicos e recomendada para avaliar o bem-estar nos países, uma vez que é mais sensível do que emoções positivas ou negativas a mudanças em vários fatores em nível institucional nacional e a decisões sobre políticas ou riquezas. Nesse sentido, as pessoas são pedidas para fazer uma

¹ Título original em Inglês: "happiness: towards a holistic approach to development".

avaliação geral da sua vida na escala Cantril de 0 a 10, sendo 0 a pior vida possível e 10 a melhor (MARTELA et al. 2020). Assim, o resultado de cada país (na escala de 0 a 10) representa a média das respostas colhidas de seus cidadãos.

O relatório descrevia ainda o estado de felicidade mundial, as causas da felicidade e da miséria, e as implicações políticas destacadas por estudos de caso. Em setembro de 2013, o segundo relatório apresentou a primeira continuação anual e, desde então, os relatórios passaram a ser emitidos basicamente todos os anos. A pesquisa utiliza dados do *Gallup World Poll* e cada relatório anual está disponível para o público no site do *World Happiness Report*. Em se tratando especificamente das informações fornecidas pelo RMF, algumas especificidades podem ser observadas como o fato de que, desde 2013, os países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) terem se mantido basicamente entre os primeiros dez colocados no ranking da felicidade.

Neste quadro, tem crescido de forma progressiva o número de pesquisas sobre felicidade, em razão de ser um tema de grande interesse por parte de tomadores de decisões e instituições políticas. Observa-se, ainda, a disseminação de pesquisas e estratégias para se captar o nível de felicidade dos indivíduos por inúmeros países. Por exemplo, a OCDE e a Comissão Europeia produziram estudos com vista a desenvolver indicadores alternativos ao PIB. Em países como a França, Reino Unido e Canadá esforços foram feitos para incluir medidas de bem-estar social nos anuários de informação estatística (MACKERRON 2012). A intenção é a de complementar o PIB com outros indicadores de bem-estar, como visto em Stiglitz *et al.* (2009), mas implica também, caso sejam realmente tidos em conta estes indicadores, que as políticas com vista ao bem-estar percam o foco primordialmente econômico, e que tenham também em conta fatores sociais, psicológicos e sociológicos, todos eles dimensões importantes da felicidade humana.

No tocante às produções do domínio acadêmico econômico, o campo da Economia da Felicidade, no qual a presente pesquisa se insere, surgiu concretamente em 1974 com as publicações do economista estadunidense Richard Easterlin, nas quais ele busca compreender o real impacto da renda na felicidade dos estadunidenses e dos seres humanos em geral. Diante disso, a despeito dos quase 50 anos de produção no referido campo nos principais centros de investigação do mundo, pesquisas nesta área são quase inexistentes no Brasil de acordo com Lima (2007). Assim, a partir da consideração do pequeno número de estudos brasileiros sobre o tema “felicidade” dentro das Ciências Econômicas e da incontestável importância do mesmo, esta pesquisa possui grande potencial

em âmbito nacional ao investigar o papel do Modelo Nórdico de Estado de Bem-Estar Social como um dos responsáveis pela tendência dos países nórdicos em se classificar entre os 10 mais felizes do mundo no RMF.

Assim, a partir da discussão teórica apresentada, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender a importância do exitoso Estado de bem-estar social nórdico sobre a felicidade excepcional da região no Relatório Mundial da Felicidade. Com base nele, a proposição é a obtenção de subsídios para cumprir uma das metas últimas da Economia enquanto ciência, nomeadamente: formular proposições, a partir de sistemáticas investigações teóricas e empíricas, que possam contribuir para o aumento da felicidade dos países e de seus cidadãos. Dessa forma, poder-se-á formular propostas alternativas de políticas públicas para outros países no intuito de poderem alcançar melhores posições no RMF².

A hipótese central definida é de que há relevância das políticas de bem-estar social, *i.e.*, a essencialidade do Estado como garantidor tanto de condições básicas de sobrevivência como de desenvolvimento da população em termos de saúde, educação e renda para geração de melhores níveis de satisfação de vida dos indivíduos (felicidade) - refletidos no Ranking da Felicidade (RMF).

Para se testar a hipótese apresentada e alcançar o objetivo geral aqui exposto, definem-se os seguintes objetivos específicos:

- I. realizar uma revisão teórica a respeito do campo da Economia da Felicidade e dos condicionantes da felicidade;
- II. explorar o modelo de bem-estar social nórdico, a excepcionalidade desses países no RMF e em outros indicadores, bem como as possíveis relações entre eles;
- III. conduzir análises de estatísticas descritivas, testes estatísticos e regressões econométricas referenciadas na revisão da literatura que permitam captar o papel de variáveis explicativas das condições de vida nos países nórdicos sobre seu excepcional resultado no RMF, em especial daquelas variáveis relacionadas às políticas de bem-estar social (políticas de investimento social, educacional e de saúde);

² Tais propostas de políticas públicas poderiam, por exemplo, auxiliar o Estado brasileiro a concretizar sua meta de atingir níveis superiores de felicidade e de bem-estar social para a sua população - como consta no preâmbulo da Constituição de 1988. Com efeito, segundo o World Happiness Report (2022), os dados de 2022 indicam que o Brasil se encontra apenas em 38º lugar em termos de felicidade.

- IV. sintetizar, a partir da avaliação teórica e empírica acerca dos condicionantes da felicidade e da experiência nórdica com seu Estado de bem-estar social, orientações para políticas públicas que possam auxiliar outros países na elevação de seu nível de felicidade no RMF.

Para tanto, a presente monografia divide-se em: introdução; capítulo 1 para apresentar a revisão da literatura quanto à evolução da investigação sistematizada sobre a felicidade (particularmente nas Ciências Econômicas), ao novo campo da Economia da Felicidade, e aos condicionantes da felicidade a partir de resultados de trabalhos anteriores; capítulo 2 para identificar os países nórdicos, seu modelo de Estado de bem-estar social e sua evolução histórica, bem como os casos específicos da Suécia e da Dinamarca de forma mais detida; capítulo 3 para expor a metodologia e a estratégia empírica, bem como a análise e interpretação dos resultados; considerações finais; referências.

Capítulo I - Evolução da investigação sobre a felicidade: da gênese das ciências à Economia

“Happiness economics [...] is about doing scientific research to understand people’s happiness in order to design better policies and development strategies”³.

(ROJAS, 2019, p. 21)

1.1 Felicidade na Filosofia da Antiguidade Clássica

Descobertas recentes em um sítio arqueológico do Marrocos indicam que o ser humano moderno, *Homo Sapiens Sapiens*, caminha sobre a Terra há cerca de 300 mil anos (HUBLIN *et al.*, 2017). Desde então, uma infinidade de povos se constituiu com suas características próprias. Não obstante tal diversidade, uma vez alcançado um patamar de satisfação de necessidades básicas para a sobrevivência, poucos objetivos transcenderam todos os povos humanos quanto à busca pela felicidade. Em função disso, a temática da felicidade se encontra dentre as investigações do conhecimento sistematizado desde a Antiguidade grega até as mais recentes descobertas científicas do século XXI.

De acordo com Lima (2007), muito antes da constituição da própria Ciência Econômica no século XVIII como um domínio autônomo de conhecimento sistematizado, a felicidade já havia sido alvo de investigação do filósofo grego Aristóteles no século IV a.C. em sua obra “A Política”. A autora destaca que, no capítulo denominado “Da propriedade e dos meios de adquiri-la”, o filósofo divide a “arte de adquirir bens” em duas categorias: a economia e a crematística. A categoria concernente à economia (*oikonomía*) é definida como a ciência ou a arte do governo doméstico, cujo objetivo é o de obter bens necessários à família para organizar a “casa” (*oikos*). Dessa forma, a riqueza era entendida como um meio para um objetivo fim: a vida. Assim, a gestão dos bens e dos meios para consegui-los torna-se primordial para a felicidade, experimentada apenas por aqueles que se preocupam em “bem viver” (além da mera sobrevivência). Com efeito, para Aristóteles, a definição de felicidade se alicerça no tipo de conduta de vida (“atividade da alma”) que esteja em consonância tanto com as características pessoais de

³ Tradução própria: “A Economia da Felicidade [...] se trata de fazer pesquisa científica para se compreender a felicidade das pessoas, no intuito de elaborar melhores políticas e desenvolver estratégias”.

um indivíduo quanto com as virtudes sociais mais valorizadas, de modo que ele possa alcançar o desenvolvimento de todas as suas potencialidades (SANTOS, 2015).

1.2 Felicidade nas Ciências Econômicas

Lima (2007) destaca que Adam Smith, considerado fundador da Ciência Econômica, argumentou, em sua obra “Teoria dos Sentimentos Morais” de 1759, que as interações sociais tendem a gerar felicidade em um ambiente no qual as pessoas se atentam ao compartilhamento de estados afetivos. Com efeito, Easterlin (2021) argumenta ainda que, durante a fundação das Ciências Econômicas no princípio do século XIX, a felicidade era o seu ponto central - assim como era a felicidade das pessoas (LIMA, 2007).

Adam Smith, enquanto professor de Filosofia Moral na Universidade de Glasgow no fim do século XVIII, utilizou doutrinas morais e éticas para analisar as possíveis relações entre riqueza e felicidade no livro supracitado. De forma mais clara, a centralidade da felicidade em sua obra é compreendida à medida que o autor defende a ideia de que o valor de todos os governos é dado por sua capacidade de promover a felicidade para aqueles que governa. Com efeito, ele acreditava que o objetivo da acumulação material como meio para buscar a felicidade poderia redundar em uma armadilha, de forma que os indivíduos terminariam por ter uma vida mais atribulada de trabalho ao invés de uma vida mais feliz (ROJAS, 2019).

Na obra “Ensaio sobre a população” de 1798, Thomas Malthus (1766-1834) disserta que, de acordo com a sua visão, Adam Smith em “A Riqueza das Nações” (1776) apresenta resultados de uma investigação talvez até mais interessante que aquela conduzida sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, isto é, uma análise sobre as causas que podem afetar a felicidade das nações (ROJAS, 2019). Já economistas expoentes da Economia Clássica como David Ricardo (1772-1823), James Mill (1773-1836) e seu filho John Stuart Mill (1806-1873) eram defensores do Princípio da Utilidade (*the greatest happiness principle*⁴) difundido por Jeremy Bentham (1748-1832)⁵, segundo o qual: as ações tomadas pelos indivíduos estariam corretas à medida que elas possam promover felicidade ou erradas no caso delas promoverem o inverso da felicidade, “dor” (EASTERLIN, 2021).

⁴ Tradução própria do nome original em Inglês: “Princípio da Maior Felicidade”.

⁵ Precursor do Utilitarismo

De acordo com Rojas (2019), o utilitarismo de Bentham foi utilizado principalmente pelos marginalistas Stanley Jevons (1835-1882), Carl Menger (1840-1921) e Léon Walras (1834-1910) para a construção da teoria da utilidade e a teoria subjetiva do valor no fim do século XIX e princípio do XX. Assim, as ideias de Bentham foram usadas como base filosófica para a formulação da teoria do valor-utilidade feita pelos três economistas, cuja versão permaneceu como pilar para a Economia Ortodoxa Neoclássica desde então (HUNT, 2013). Deve-se acrescentar que, com o movimento marginalista da década de 1870, o *mainstream* econômico decidiu se afastar de sua origem enquanto ciência mais ligada à moral para se aproximar de uma ciência mais exata, o que o fez buscar influências em ciências naturais e exatas.

A partir da teoria do valor-utilidade e da doutrina utilitarista como um todo, os economistas puderam dar sustentação à concepção do agente básico dos modelos de equilíbrio de mercados dessa corrente denominado como *Homo Oeconomicus*, quanto ao seu *modus operandi* de maximização racional de utilidade; bem como sustentação ao desenvolvimento de ferramental analítico microeconômico, que estruturou a Economia Neoclássica durante todo o século XX e buscou determinar oferta, demanda, preços e quantidades de equilíbrio para os mercados, assim como a tomada de decisões econômicas (ROJAS, 2019). Pontua-se que parte importante dos esforços para a construção do ferramental matemático foram realizados por Alfred Marshall (1842-1924). Em seu livro “Princípios de Economia” de 1890, ele chega a tratar diretamente sobre a felicidade em certas seções. Com efeito, ele disserta inclusive que a associação entre riqueza material e felicidade possa ser fraca, à medida que outros condicionantes individuais (como saúde física, mental e moral) ou até ambientais na vida de uma pessoa possam ser mais importantes que seu patrimônio nesse quesito. Portanto, ainda que o objetivo fosse compreender a determinação de preços e quantidades para os mercados, bem como a tomada de decisões econômicas, a felicidade das pessoas era justamente o fator que explicaria, afinal, todos esses elementos econômicos investigados por economistas do fim do século XIX e princípio do XX (ROJAS, 2019).

Não obstante a forma como o princípio da utilidade foi absorvido dentro da Economia, faz-se necessário destacar que, em seu contexto histórico de vida⁶, os esforços acadêmicos de Jeremy Bentham tinham como objetivo o desenvolvimento de um método

⁶ No século XIX, o Reino Unido, e a Europa como um todo, passava por um momento em que a redução do poder de monarquias e grupos religiosos tradicionais dava espaço ao aumento do poder político de cidadãos comuns.

capaz de indicar quais políticas – cada vez mais voltadas para a população – poderiam melhor contribuir para as condições de vida das pessoas. Para ele, a felicidade experimentada pela população em seu cotidiano deveria guiar as políticas públicas e as reformas sociais em curso, ao invés da definição de felicidade proposta por construções teórico-abstratas e doutrinas morais. Para tanto, sua recomendação veio na forma do *felicific calculus*⁷: uma espécie de algoritmo sofisticado que poderia computar o quão prazerosas ou dolorosas são as experiências. Ainda que ele não tenha chegado a uma formulação quantitativa definitiva e possível de ser aplicada, seus esforços eram conceitualmente revolucionários, pois tinham a intenção de retirar a felicidade de discussões acadêmicas abstratas para uma investigação mais empírica sobre as experiências efetivas dos indivíduos - enquanto fenômenos vividos por eles e como objetivo a ser alcançado por suas ações (ROJAS, 2019).

Diante da tentativa de se criar algum método de mensuração da utilidade, o economista estadunidense Irving Fisher (1867-1947) se posicionou de forma bastante cética. Para ele, tal método de mensuração seria impraticável, enquanto que a felicidade, considerada como utilidade cardinal (utilidade quantificada em termos numéricos), seria um item não necessário para discussões à cerca de trocas (compra e venda de bens, serviços e mesmo mão de obra). Ao invés de usar a utilidade cardinal, seria preferível, e suficiente, utilizar um ranking ordinal de opções, de modo que ele (e os economistas) deveria se voltar para o estudo de preços – com o pressuposto de que os mesmos indicassem alguma informação sobre o bem-estar das pessoas (*grosso modo* quanto maior o preço de uma determinada cesta de bens, menor é a utilidade e, conseqüentemente, sua felicidade). Dessa forma, os economistas poderiam se focar na explicação das escolhas dos agentes da economia (via análise de preços), enquanto marginalizavam a discussão sobre a felicidade deles (ROJAS, 2019).

Para Easterlin (2021), a grande mudança de foco analítico da Economia ocorreu no início do século XX. O economista italiano Vilfredo Pareto (1848-1923) buscou redirecionar o objeto de investigação do campo da felicidade/bem-estar para o *processo de decisão*, de modo que a Ciência Econômica passasse a ser uma ciência sobre escolhas – visão preponderante no *mainstream* econômico durante o século XX. Ele buscou argumentar justamente que a felicidade não era necessária para o desenvolvimento de um ferramental matemático e analítico capaz de explicar escolhas, mas que bastava o uso de

⁷ Cálculo felicífico, em tradução livre do Latim.

uma função utilidade que possibilitasse a ordenação de opções para a escolha a ser feita – assim a utilidade deixa de ser um indicador *proxy* da felicidade para uma mera medida ordinal de opções para escolha (ROJAS, 2019). Em acréscimo, Hunt (2013) expõe que o principal feito de Pareto pode ser entendido como sua reformulação da teoria marginalista do valor-utilidade (sobretudo, de fundamentação walrasiana) para construir efetivamente as chamadas “curvas de indiferença” em seu livro “Manual de Economia Política” (1906), formuladas anteriormente a nível teórico pelo inglês Francis Y. Edgeworth (1845-1926)⁸.

Para se compreender o modo como essas curvas foram absorvidas pelo *mainstream* econômico, ressalta-se que, *grosso modo*, segundo Pindyck e Rubinfeld (2013), na teoria do comportamento do consumidor da Microeconomia Neoclássica⁹, a utilidade é considerada como um índice numérico representativo da satisfação obtida por um consumidor com dada cesta de mercado (combinação de bens e/ou serviços), sendo utilizado para facilitar a classificação das referidas cestas. Já a função de utilidade representa uma relação matemática capaz de associar diferentes níveis de utilidade para diferentes cestas de mercado, de modo a possibilitar a ordenação delas segundo a preferência do(s) consumidor(es). Esta informação é relevante por demonstrar que a supracitada função utilizada na Microeconomia Neoclássica possui caráter ordinal, *i.e.*, ela é um recurso para se fazer tal classificação de cestas, não para indicar com alguma unidade de medida precisa quanto uma cesta gera de utilidade a mais ou a menos do que outra - característica do que seria uma função de utilidade cardinal, cujo uso viabilizaria comparações interpessoais de preferências por cestas.

No intuito de se restringir à investigação do comportamento dos consumidores em suas tomadas de decisão quanto à aquisição de cestas, os economistas da referida teoria optaram por contornar a problemática de quantificar precisamente quanta satisfação (utilidade cardinal com determinada unidade de medida) a aquisição de diferentes bens e serviços traria para eles. Assim, os formuladores da Microeconomia Neoclássica buscaram sustentar suas argumentações com base em funções de utilidade ordinal. A

⁸ Economista que também buscou conceber um “hedonômetro” - espécie de dispositivo capaz de medir a utilidade de alguém.

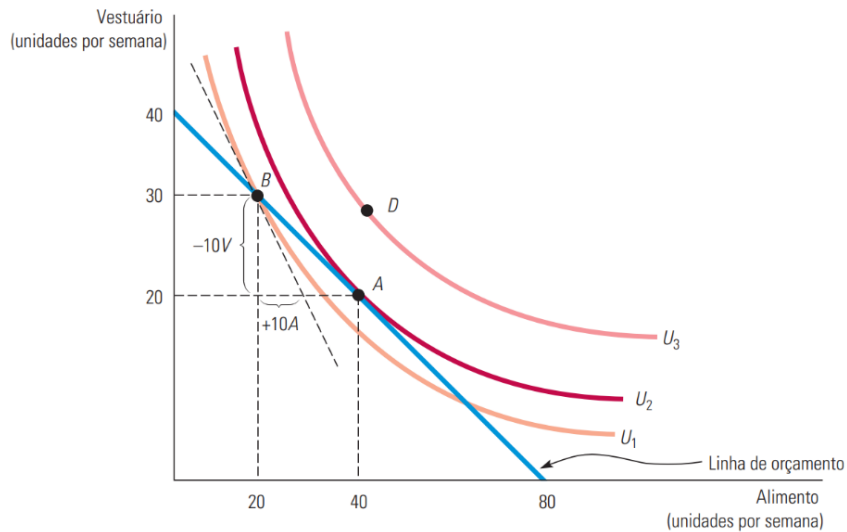
⁹ Teoria econômica cujo objetivo consiste em descrever como os consumidores buscam alocar suas rendas, entre diversos bens e serviços, no intento de maximizar seu bem-estar/utilidade. Para tanto, ela se baseia em um conjunto de premissas (tais como a do *Homo Oeconomicus*, integralidade e transitividade das preferências, “mais bens/serviços é melhor do que menos”, taxa marginal de substituição decrescente, além de que o consumidor faz sua aquisição de sua combinação preferida de bens/serviços com o total de sua renda) e se subdivide, por um lado, na investigação das preferências do consumidor, e, por outro, na análise da restrição orçamentária limitadora das escolhas possíveis para os consumidores (PINDICK; RUBINFELD, 2013).

partir disso, a curva de indiferença aparece como um recurso para se representar graficamente um conjunto completo de possibilidades de combinações de cestas de bens/serviços (geralmente uma ilustração gráfica do caso entre dois deles) que apresentem o mesmo nível de satisfação (utilidade) para um determinado consumidor, *i.e.*, uma representação gráfica das preferências do consumidor ou, ainda, cestas que ele fica indiferente para escolher, pois trazem a ele o mesmo nível de utilidade. Quando reunidas, tais curvas formam um mapa da indiferença, no qual se pode observar uma classificação de caráter *ordinal* de todas as possíveis escolhas à disposição do consumidor (PINDYCK; RUBINFELD, 2013).

Uma vez definida a curva e o mapa de indiferença, o passo seguinte se define pela consideração das restrições orçamentárias: aquelas decorrentes da limitação da renda dos consumidores. A partir delas se elabora a linha do orçamento, que corresponde a todas as possibilidades de cestas de mercado que equivalham à renda total do consumidor (a situação de poupança é desconsiderada para simplificação de raciocínio). Desse modo, a escolha do consumidor, sob a premissa do agente racional maximizador de utilidade, surge a partir da combinação de suas curvas de indiferença com a sua linha de orçamento. Assim, no gráfico hipotético abaixo, ilustram-se as curvas de indiferença¹⁰ (representadas por U1, U2 e U3) e a linha de orçamento em azul. Neste caso, as cestas de mercado são combinações de apenas dois bens (unidades por semana de vestuário e alimento). Dada essa configuração, o consumidor racional opta pela cesta de mercado encontrada no ponto A da linha de orçamento e da curva U2: a maximizadora de sua utilidade, pois qualquer ponto de maior utilidade (como o ponto D na curva U3) exigiria um deslocamento da linha de orçamento para a direita, *i.e.*, um aumento da renda do indivíduo e, por conseguinte, uma redução de sua restrição orçamentária.

¹⁰ Em geral, as curvas de indiferença possuem uma utilidade marginal decrescente, *i.e.*, quanto mais uma mercadoria é adquirida, então menores se tornam os incrementos de utilidade para o usufruto do consumidor (PINDYCK; RUBINFELD, 2013).

Figura 1: caso geral hipotético para a maximização da utilidade do consumidor para a Microeconomia Neoclássica



Fonte: Pindyck e Rubinfeld (2013).

Dessa forma, diante de parte do ferramental matemático e analítico com base utilitarista da Microeconomia Neoclássica do século XX brevemente sintetizado acima¹¹, observa-se que as análises econômicas passaram a ser feitas a respeito da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, enquanto as pessoas foram limitadas a serem mais um “fator de produção” ou a meros consumidores em busca da maximização de satisfação, por meio da aquisição de uma combinação de bens e serviços a depender de suas preferências, restrições orçamentárias e preço dos itens de consumo (EASTERLIN, 2021).

Neste contexto, Rojas (2019) argumenta que a mudança do foco econômico - primeiramente sobre a felicidade (durante os séculos XVIII e XIX) para então uma completa negligência sobre a mesma durante o século XX - provocou sérias limitações para o tratamento e a contribuição econômica com relação a questões relacionadas a bem-estar e a felicidade dentro das sociedades. Com efeito, o autor afirma que:

“Economistas formados na primeira metade do século XX aprenderam quase nada sobre a felicidade das pessoas; em vez disso, eles dominaram um ferramental altamente sofisticado para investigar as decisões das pessoas e explicar quantidades e preços de equilíbrio de mercado”¹² (ROJAS, 2019, p. 9, tradução própria).

¹¹ O grande progresso observado na primeira metade do século XX para o desenvolvimento das teorias da utilidade ordinal, da preferência (dos consumidores) e do valor foi feita por economistas como J. R. Hicks, R. G. D. Allen e Paul Samuelson (ROJAS, 2019).

¹² Trecho original em Inglês: “Economists who were trained in the first half of the twentieth century learned almost nothing about people’s happiness; instead, they mastered a highly sophisticated framework to study people’s decisions and to explain market-equilibrium quantities and prices” (ROJAS, 2019, p. 9).

No tocante às recomendações do *mainstream* econômico desse período para políticas públicas, os economistas precisavam se basear em certas premissas não corroboradas, pois não possuíam sustentação de pesquisas empíricas sobre o bem-estar das pessoas. Eles partiam do pressuposto de que a felicidade (utilidade) estaria fortemente associada ao consumo de mercadorias e, por conseguinte, que o aumento da produção poderia melhorar as condições de todos. Desse modo e em função do então foco econômico sobre a *escolha*, a maior recomendação passou a ser a expansão das possibilidades de escolha para os agentes econômicos (ROJAS, 2019).

Rojas (2019) ressalta que a mudança de foco de investigação da Ciência Econômica ocorreu em um momento de mudança das bases epistemológicas usadas. Os primeiros expoentes da Economia de fundamentação filosófica - como Adam Smith, Jeremy Bentham e Karl Marx - passaram a ser gradualmente substituídos por pesquisadores com forte sustentação na Física, Matemática e Engenharia - como Vilfredo Pareto, Irving Fisher e Paul Samuelson¹³. Esse movimento ocorreu em um contexto em que os economistas buscavam absorver métodos das ciências naturais e exatas (*hard sciences*) para possibilitar a elaboração de teorias, hipóteses e corroborações. Por mais legítimas que fossem suas intenções de “cientifizar” e tornar as argumentações econômicas mais robustas, parte do resultado da objetificação das temáticas de investigação econômica (estudo de rendas/preços/valores monetários, quantidades e decisões observadas, em detrimento de assuntos mais subjetivos e sociais) veio na forma da marginalização da aceção subjetiva da utilidade (ROJAS, 2019).

Nesse cenário de quantificação do objeto de pesquisa econômico, a renda se tornou a principal variável dos economistas e, particularmente, sua taxa de crescimento. A premissa era a de que o aumento da renda gerava um aumento das opções de escolha, que melhoraria a satisfação das necessidades dos agentes econômicos¹⁴ e, por conseguinte, um aumento da utilidade ordinal. De modo que, segundo a linha de raciocínio dedutivo utilizada, o aumento da variável renda sempre melhoraria a situação de todos. Para instrumentalizar tal discussão, diversos esforços foram feitos no sentido de

¹³ Posteriormente, Samuelson irá afirmar: “*The Easterlin theory is all the more valuable for its scarcity among economic theories, standing out in welcome relief from the rather sterile verbalizations by which economists have tended to describe [...] decisions in terms of the jargon of indifference curves, thereby tending to intimidate non-economists who have not mis-spent their youth in mastering the intricacies of modern utility theory*”. Rojas (2019) apresenta essa citação de Samuelson a respeito da teoria das decisões férteis de Easterlin, mas que ela poderia ser igualmente aplicada sobre a contribuição de seu trabalho de 1974 ao novo campo da Economia da Felicidade.

¹⁴ Premissa microeconômica neoclássica citada anteriormente e intitulada “mais bens/serviços é melhor do que menos”.

contabilizar toda a renda gerada nos países. Liderados pelo economista russo/bielorrusso naturalizado nos EUA Simon Kuznets (1901-1984), eles resultaram na década de 1930 na criação do indicador conhecido como Produto Interno Bruto (PIB). Adotado pelo Escritório de Estatísticas das Nações Unidas no pós-Segunda Guerra Mundial, seu uso foi disseminado rapidamente entre os países-membros da organização como modo de avaliar de forma agregada a produção e disponibilidade de bens e serviços (ROJAS, 2019).

No fim da década de 1940 e já no contexto de Guerra Fria, os termos “desenvolvido” e “subdesenvolvido” foram cunhados para classificar os países quanto ao nível de seus PIBs *per capita*, enquanto a taxa de crescimento do PIB per capita se tornou um indicador de progresso. Assim, o objetivo amplamente perseguido pelos líderes mundiais passou a ser o aumento do PIB para propiciar o que o economista estadunidense W. W. Rostow (1916-2003) chamou em seu livro “*The Stages of Economic Growth*” (1960) de último estágio de desenvolvimento: uma sociedade de consumo em massa (ROJAS, 2019). A ideia por trás desse raciocínio era exatamente a de que o poder de compra dos agentes econômicos era fortemente associado ao seu bem-estar. A partir de então, o foco de diversos economistas passou a ser a compreensão e explicação do porquê o PIB difere entre países e a variação de seu comportamento no tempo: desde os modelos econômicos mais básicos como o de Harrod-Domar (1939/1946) e o Solow-Swan (1956), até os mais sofisticados da atualidade (ROJAS, 2019).

Não obstante todo o espaço ganho pelas investigações acerca do PIB (e de seu crescimento) e da sempre presente premissa da forte ligação entre ele e a felicidade (utilidade ordinal) das pessoas, importantes nomes da Economia argumentaram que essa relação não seria tão forte (ROJAS, 2019). Com efeito, o próprio criador do PIB, quando de sua criação¹⁵, afirmou em seu trabalho na seção intitulada “Usos e abusos da mensuração da renda nacional”¹⁶:

“A valiosa capacidade da mente humana de simplificar uma situação complexa em uma caracterização sintética torna-se perigosa quando não controlada em termos de critérios definitivamente estabelecidos. Especialmente com medidas quantitativas, a definição do resultado sugere, muitas vezes de forma enganosa, uma precisão e simplicidade na descrição do objeto medido. Medidas de renda nacional estão sujeitas a este tipo de ilusão e abuso resultante, especialmente porque elas lidam com questões que são o centro de conflito de grupos sociais

¹⁵ Em um projeto de cooperação feito entre a Divisão de Pesquisa Econômica do Departamento de Comércio Exterior e Doméstico com o Departamento Nacional de Pesquisa Econômica nos Estados Unidos, Kuznets (funcionário do último) liderou o estudo econômico que resultou na elaboração do moderno conceito de PIB no relatório entregue ao Congresso estadunidense em 1934 (KUZNETS, 1934).

¹⁶ Título original em Inglês: “*Uses and Abuses of National Income Measurements*”.

opostos, onde a eficácia de um argumento é muitas vezes subordinada a uma 'simplificação excessiva'”¹⁷ (KUZNETS, 1934, p.5, tradução própria).

“Todas estas qualificações sobre as estimativas da renda nacional como índice de produtividade são igualmente importantes quando as medidas de renda são interpretadas do ponto de vista do bem-estar econômico. Mas, neste último caso, dificuldades adicionais aparecem a quem quiser mergulhar abaixo da superfície de valores totais e valores de mercado. O bem-estar econômico não pode ser medido adequadamente a menos que a distribuição pessoal de renda seja conhecida. E nenhuma medida de renda compromete-se a estimar o lado inverso da renda, isto é, a intensidade e o desagrado do esforço necessário para o ganho de renda. **O bem-estar de uma nação, portanto, dificilmente pode ser inferido a partir de uma medida de renda nacional, conforme definido acima**”¹⁸ (KUZNETS, 1934, p.6, tradução própria e grifo próprio).

Já o economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946)¹⁹ acreditava que o valor da renda *per se* não era outro que assegurar os meios de sobrevivência dos indivíduos, *i.e.*, que, uma vez solucionado o problema econômico para a sobrevivência, os seres humanos teriam questões mais importantes para se ocupar como aquelas intrínsecas à vida e às relações humanas. Ademais o economista estadunidense Moses Abramovitz (1912-2000) também expressou suas dúvidas em 1959 de que mudanças nas taxas de crescimento da produção/produto poderiam afetar a taxa de crescimento de longo prazo do bem-estar. Dessa forma, ao longo do século XX, os modelos de crescimento econômico foram continuamente aperfeiçoados para explicar com algum grau de precisão quais eram os principais fatores originadores de rápidos crescimentos, assim como o modo de seu funcionamento, contudo, eles não se tornaram capazes de realmente indicar se o crescimento da renda poderia aumentar o nível de bem-estar/felicidade das pessoas (ROJAS, 2019).

¹⁷ Trecho original em Inglês: “*The valuable capacity of the human mind to simplify a complex situation in a compact characterization becomes dangerous when not controlled in terms of definitely stated criteria. With quantitative measurements especially, the definiteness of the result suggests, often misleadingly, a precision and simplicity in the outlines of the object measured. Measurements of national income are subject to this type of illusion and resulting abuse, especially since they deal with matters that are the center of conflict of opposing social groups where the effectiveness of an argument is often contingent upon 'oversimplification'*” (KUZNETS, 1934, p.5, tradução própria).

¹⁸ Trecho original em Inglês: “*All these qualifications upon estimates of national income as an index of productivity are just as important when income measurements are interpreted from the point of view of economic welfare. But in the latter case additional difficulties will be suggested to anyone who wants to penetrate below the surface of total figures and market values. Economic welfare cannot be adequately measured unless the personal distribution of income is known. And no income measurement undertakes to estimate the reverse side of income, that is, the intensity and unpleasantness of effort going into the earning of income. **The welfare of a nation can, therefore, scarcely be inferred from a measurement of national income as defined above***” (KUZNETS, 1934, p.6, tradução própria e grifo próprio).

¹⁹ Economista responsável justamente pela elaboração do primeiro sistema contábil de contas nacionais com base no método de partidas dobradas, cujo objetivo se focava no cálculo da renda nacional e em sua distribuição setorial e institucional por cada período (FEIJÓ, 2013).

1.3 Constituição do campo da Economia da Felicidade

Definição de felicidade

Feita uma breve incursão investigativa acerca do tratamento da “felicidade”, sobretudo na história do pensamento econômico, prosseguir-se-á com a exploração da gênese da Economia da Felicidade enquanto novo campo dentro das Ciências Econômicas. Contudo, primeiramente, faz-se necessário elucidar o ponto de partida conceitual para o desenvolvimento dos trabalhos no referido campo. Cabe mencionar que felicidade é um conceito multifacetado e relativo pelo fato de ser definido de forma distinta a partir da percepção de um povo, de um indivíduo ou de um ramo do conhecimento. Diante desse contexto, a Economia da Felicidade, campo da ciência econômica no qual se insere a presente investigação, avalia a felicidade por meio da combinação de técnicas de economistas e psicólogos, e se baseia em uma percepção mais ampla de utilidade do que na Economia Tradicional tratada na subseção anterior, nomeadamente: *a satisfação subjetiva geral com a vida relatada ou bem-estar subjetivo reportado* (categorias, portanto, *proxy* à felicidade).

O bem-estar subjetivo é compreendido através da medição da utilidade individual que, devido ao trabalho extensivo de psicólogos nas últimas décadas, tem ganhado grande progresso para a precisão dos resultados com questionários representativos. Assim, de acordo com Frey e Stutzer (2002), as medidas feitas para captar o bem-estar subjetivo, ou, *in suma*, felicidade, têm se comprovado consistentes e confiáveis. Ademais, os autores afirmam que, a partir dos anos 1990, os economistas começaram a contribuir em maior escala para análises empíricas sobre os determinantes da felicidade e a retomar à ideia de que a utilidade das pessoas *pode* e *deve* ser mensurada, mas desta vez em termos de felicidade subjetivamente relatada. Portanto, as medidas de captura de bem-estar subjetivo, ou satisfação geral com a vida relatada, têm sido usadas como variáveis *proxy* à felicidade, de modo que finalmente pôde-se haver investigações empíricas mais contundentes sobre o tema.

Rojas (2019) destaca que essa mudança epistemológica²⁰ é fulcral, pois ele argumenta que o uso do *Homo Oeconomicus* (para moldar as categorias de agentes econômicos) não reproduz a riqueza dos seres humanos concretos e que, por conseguinte, seu uso leva a uma visão parcial, incompleta e limitada sobre o bem-estar das pessoas

²⁰ Substituição da então utilidade ordinal usada pelo *mainstream* econômico para a satisfação subjetiva geral com a vida relatada e todos os desdobramentos daí originados.

reais. Assim, o tratamento da teoria econômica tradicional para o bem-estar dos consumidores (cujos modelos tendem a engrandecer a importância da renda), por exemplo, não pode ser utilizado como *proxy* do bem-estar de humanos “completos”. Estes tem demonstrado nas pesquisas que há mais fatores (e talvez mais importantes) em suas vidas que contribuem (ou não) para sua felicidade do que a renda.

Posto isso, ressalta-se que a Economia da Felicidade materializou-se enquanto campo distinto dentro das Ciências Econômicas na década de 1970, quando houve uma grande mudança epistemológica a partir da inserção de investigações econômicas empíricas acerca da felicidade subjetiva. Campetti e Alves (2015) destacam que o pioneirismo no campo se deveu ao trabalho de Richard A. Easterlin²¹ intitulado “*Does Economic Growth Improve the Human Lot?*” em 1974. Nele, com sustentação em bases de dados criadas por Hadley Cantril e pela *Gallup Company* entre 1946 e 1966, Easterlin apresenta o que se convencionou chamar de *Paradoxo da Felicidade* ou *Paradoxo de Easterlin*.

O Paradoxo da Felicidade na origem do novo campo

O *Paradoxo da Felicidade* consiste na constatação de que, uma vez supridas as necessidades básicas de um indivíduo, um acréscimo marginal na renda não estaria necessariamente associado a um aumento incremental ao nível de felicidade (como presumido pelo *mainstream* econômico), mesmo que a felicidade esteja associada diretamente com uma renda mais alta. Com efeito, Easterlin (1974) demonstrou que a porcentagem do grupo autointitulado “muito feliz” nos Estados Unidos teve um crescimento lento de 1946 a 1956 e então uma redução até 1970, de forma que as porcentagens de 1970 e de 1947 fossem quase as mesmas. Dessa forma, não obstante o crescimento econômico estadunidense traduzido no aumento de renda *per capita* real de

²¹ Nascido em 1926 nos Estados Unidos, ele se graduou com distinção em Engenharia Mecânica no *Stevens Institute of Technology* em 1945. Nos anos de 1949 e 1953, ele fez seu mestrado e doutorado em Economia (ortodoxa) na *University of Pennsylvania*, tendo sido o último orientado por Simon Kuznets. Destaca-se que, ao fim de seu doutorado, ele foi convidado por Kuznets para um projeto de pesquisa com a demógrafa Dorothy Thomas sobre redistribuição populacional e crescimento econômico nos EUA, cujo desdobramento foi seu aprendizado sobre a importância de dados empíricos, bem como a importância da história e da demografia para a compreensão de tendências econômicas – essenciais para sua especialização na Economia da Felicidade. Easterlin lecionou no curso de Economia da *University of Pennsylvania* para então se mudar para a *University of Southern California*, onde se manteve até alcançar a posição de professor emérito (ROJAS, 2019; EASTERLIN, 2021; POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA, 2022).

mais de 60% entre 1946 e 1970 (LIMA, 2007), a porcentagem da população estadunidense que se autointitulou “muito feliz” ficou praticamente estagnada.

Discussões metodológicas

Ainda sobre o uso da felicidade subjetiva reportada enquanto variável *proxy* da felicidade dos indivíduos, Easterlin (1974) apresenta que as bases de dados usadas em sua primeira investigação partem do pressuposto de que cada indivíduo é o melhor juiz de seus próprios sentimentos, mesmo que o termo “reportada” apareça em razão da possibilidade das felicidades declaradas poderem não refletir com precisão o verdadeiro estado dos sentimentos dos entrevistados (questão que ele aborda brevemente e que será apresentada adiante).

Nesse sentido, Easterlin utilizou duas bases de dados. Na primeira, os entrevistadores deveriam responder diretamente a uma pergunta: “Em geral, quão feliz você diria que é – muito feliz, razoavelmente feliz ou não muito feliz?”. Já na segunda, pedia-se às pessoas para definirem a melhor e a pior vida possível de acordo com suas próprias percepções. Então, perguntava-se onde elas achavam estar em uma escala de 0 (pior vida possível) a 10 (melhor vida possível) de acordo com sua própria resposta anterior.

Por último, o autor apresenta a descoberta de que a ideia de felicidade transcende diferentes culturas, porque, para a confecção da segunda base de dados, utilizaram, por um lado, traduções de nativos das línguas (nas quais seriam apresentadas as questões) e fluentes em inglês para traduzir as perguntas, e, por outro lado, as traduções inversas feitas por nativos da língua inglesa e fluentes nesses outros idiomas. Após largas discussões para chegar às traduções mais adequadas, conseguiu-se chegar a questionários bem precisos independentemente do idioma. Cabe, também, acrescentar que certas considerações com influência na felicidade pessoal resultaram ser bem semelhantes independentemente da cultura - sendo as 5 mais comuns: saúde própria, padrão de vida decente, crianças, moradia, família feliz. Posteriormente, para facilitar o manejo dos dados, organizou-se os itens em 9 categorias “gerais” de esperanças pessoais, cujas cinco mais comuns foram: econômica, de saúde, de família, de valores pessoais e de *status quo*.

Ademais, Campetti e Alves (2015) descrevem que, após Easterlin descobrir a relação no longo prazo de estagnação da felicidade mesmo mediante um aumento do produto real nos Estados Unidos, muitos outros estudos realizados em outros países

identificaram a mesma relação. Neles, ainda que os países tivessem passado por aumento da renda *per capita*, a felicidade permaneceu estagnada como no Japão, Países Baixos, França, Alemanha e Dinamarca. Neste mesmo tipo de contexto, ressalta-se, ainda, que a Bélgica passou por uma queda abrupta de felicidade, enquanto a Itália obteve uma tendência ascendente.

Devido à complexidade do tema e inexistência de um indicador objetivo para mensuração da felicidade, foram tecidos alguns questionamentos de ordem qualitativa sobre a validade dos autorrelatos de felicidade já mencionados. Primeiramente, os estados emocionais são tão altamente variáveis de forma que as respostas para as questões sobre felicidade pessoal tendem a flutuar consideravelmente em curtos períodos de tempo, com os altos e baixos da vida diária? A resposta de três pesquisas distintas apresentadas apontou para o fato de as mesmas permanecerem estáveis (ou com pequenas mudanças) ao longo do tempo.

Em segundo lugar, as pessoas são capazes de avaliar seus próprios estados emocionais? O autor indica que o máximo que pode ser encontrado sobre isso é que a consistência geral entre os autorrelatos e outras bases de avaliação reforçam a confiança na habilidade das pessoas em avaliar com alguma validade seus próprios sentimentos.

Em terceiro lugar, as pessoas de fato tenderiam a relatar seus reais sentimentos para um entrevistador anônimo? A resposta foi afirmativa, porque os autorrelatos correspondem razoavelmente bem com outras bases de avaliação. Ademais, ainda que as respostas poderiam de fato ser influenciadas por ideias preconcebidas sobre o que é socialmente mais desejável para as suas respostas – *i.e.*, os entrevistados poderiam ser influenciados a responder algo mais próximo ao que seria mais adequado ou socialmente desejável responder -, pesquisas mostraram que as pessoas tendem a ser mais honestas em questionários respondidos por si mesmos do que quando são entrevistadas. Por fim, não obstante o exposto, o autor adverte para o fato que não se pode descartar a possibilidade de existência de diferentes preconceitos/ideias pré-concebidas/ideias socialmente concebidas nas respostas por *nível de renda* usadas em sua investigação.

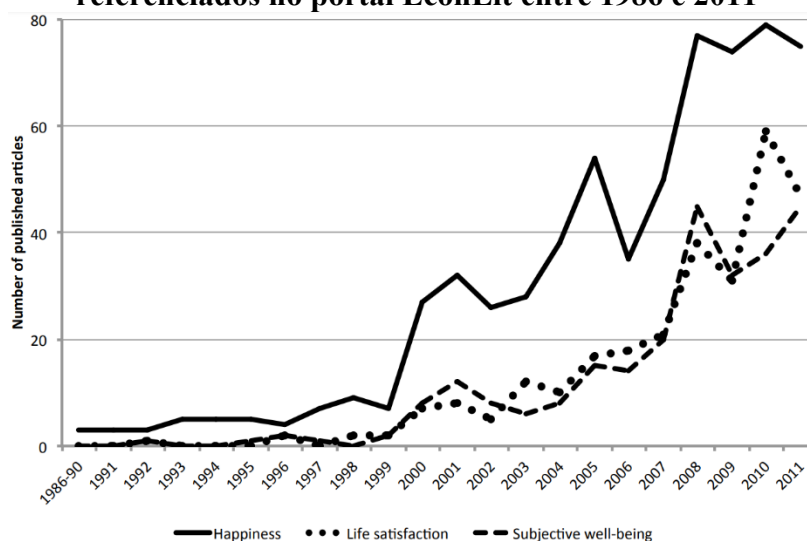
Atualidade do campo

Desde a publicação de Easterlin de 1974, o indagamto acerca do que exatamente faz as pessoas felizes em suas vidas, feito pela Economia da Felicidade, apresentou grande potencial para abalar certos pilares ou premissas do *mainstream*

econômico. Em um contexto de insatisfação generalizada com a compreensão do bem-estar nas Ciências Econômicas e do surgimento de novas oportunidades de investigação empírica quanto ao bem-estar subjetivo das pessoas, as últimas décadas presenciaram um aumento exponencial de trabalhos científicos sobre essa temática na frequentemente chamada de ciência sombria e triste (STUTZER & FREY, 2012).

Neste sentido, o gráfico abaixo reúne dados a respeito do crescimento significativo do número de artigos publicados na área entre 1986 e 2011 e referenciados na plataforma EconLit²². Assim, são considerados os trabalhos que mencionem felicidade, satisfação com a vida ou bem-estar subjetivo em seus títulos ou resumos. De modo mais concreto, esse conjunto se expandiu de 3 artigos no período 1986-1990 para 146 em 2011 (STUTZER & FREY, 2012). Com efeito, existem grandes chances dessa tendência ter se mantido ou, ainda, aumentado desde 2011 em razão do início da publicação anual do Relatório Mundial da Felicidade da ONU datar de 2012.

Gráfico 1: Número de artigos publicados no âmbito da Economia da Felicidade e referenciados no portal EconLit entre 1986 e 2011



Fonte: Stutzer & Frey, 2012.

Neste cenário, Frey e Stutzer (2002) buscaram apresentar as mais importantes descobertas do recente campo (e possivelmente revolucionário como argumentam) da Economia da Felicidade. Neste sentido, os autores reuniram os determinantes da felicidade já tratados em três categorias, nomeadamente: i) sociodemográfica (como idade, gênero e circunstâncias familiares, nacionalidade, educação e saúde); ii)

²² A EconLit é uma base de dados de literatura acadêmica em Ciências Econômicas promovida pela Associação Americana de Economia. Ela é atualizada semanalmente e conta com mais de 1,6 milhão de registros vindos das maiores instituições em 74 países nos últimos 130 anos (AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION, 2022).

econômica (sobretudo desemprego, renda e inflação); iii) institucional (extensão de possibilidades para os cidadãos participarem da política e grau de descentralização governamental). Cabe, também, acrescentar que os autores ressaltam o fato de a felicidade não ser igual à utilidade, mas que ela pode representar a satisfação das pessoas com a vida. Eles argumentam que ela pode ser considerada como uma útil aproximação para a utilidade, cujo importante desdobramento é possibilitar estudos empíricos de problemas até então analisados apenas a nível teórico abstrato, mormente, as proposições teóricas sobre como o desemprego, a renda e inflação podem afetar o bem-estar individual reportado.

A respeito da categoria sociodemográfica, são destacados os seguintes resultados: i) a idade afeta a felicidade em forma de “U” de tal forma que os mais jovens e os mais velhos relatam serem mais felizes em comparação com o grupo intermediário (as pessoas menos felizes são aquelas de idade entre 30 e 35); ii) mulheres relatam felicidades ligeiramente mais altas que homens; iii) casais (com ou sem crianças) são mais felizes do que solteiros, pais solteiros e pessoas vivendo em casas coletivas; iv) estrangeiros reportam serem significativamente menos felizes do que os nascidos no país; v) pessoas com educação superior indicam ter significativamente mais bem-estar; vi) saúde ruim reduz significativamente a felicidade reportada pelos indivíduos. Cabe, também, adicionar que Stutzer & Frey (2012) destacam que entre os determinantes sociodemográficos existe mais um importante recurso originador de felicidade apontado na literatura: o capital social - relações pessoais sociais, analisadas quantitativamente e qualitativamente, desenvolvidas com família, amigos, colegas de trabalho e outros membros de sua comunidade (incluído, neste último, o trabalho voluntário também).

Em relação à categoria econômica, os autores destacam que: i) embora não haja consenso entre os economistas, os resultados encontrados na Economia da Felicidade têm se mostrado de forma consistente ao lado da visão de que o desemprego é involuntário e causador de considerável redução no bem-estar subjetivo tanto a nível de experiência individual, quanto a nível de experiência de uma sociedade; ii) renda mais alta está relacionada a uma felicidade individual mais alta, mas um aumento na renda *per capita* de um país não parece indicar aumento na satisfação com a vida reportada em países desenvolvidos do ocidente; iii) a inflação diminui de forma substancial e sistemática o bem-estar individual relatado.

Quanto à categoria institucional, ressalta-se as seguintes conclusões: i) o sistema político no qual estão inseridos os indivíduos influencia suas felicidades; ii) as liberdades

política, econômica e pessoal são correlacionadas com a felicidade de forma considerável e estatisticamente significativa; iii) o aumento de possibilidades para participar diretamente nas tomadas de decisão pública, via referendo popular, exerce um efeito estatisticamente significativo, robusto e mensurável na felicidade; iv) a descentralização do Estado contribui de forma significativa para a felicidade. Por fim, os autores apresentam que, não obstante as diversas diferenças entre culturas (as quais de fato exercem importante influência sobre a felicidade dos indivíduos), existem fatores de caráter universal que determinam o bem-estar subjetivo.

Por fim, cabe destacar algumas considerações feitas por Rojas acerca da pesquisa na Economia da Felicidade. O autor afirma que: “*Happiness economics [...] is about doing scientific research to understand people’s happiness in order to design better policies and development strategies*” (ROJAS, 2019, p. 21). Essa declaração pode ser conectada justamente aos objetivos buscados por Jeremy Bentham dois séculos antes no Reino Unido. Ele acrescenta que é crucial o entendimento de que o referido campo não deva ser dominado por doutrinas, ideologias, dogmas ou teorias que priorizem a organização e arranjo formal de seus conceitos ao invés de concentrarem-se na realidade social. Pelo contrário, a Economia da Felicidade deve se embasar em pesquisa científica com hipóteses a serem testadas, metodologias rigorosas, dados fidedignos e constantes revisões à luz de novas evidências. Segundo ele, apenas assim, como demonstrado anteriormente por Easterlin, as Ciências Econômicas podem efetivar o enriquecimento do conhecimento sobre o tema e aumentar suas possibilidades para contribuições frutíferas para a felicidade nas sociedades.

1.4 Determinantes empíricos da felicidade

Campetti e Alves (2015) tiveram o objetivo de compreender os condicionantes da felicidade dos indivíduos na América Latina, mormente na Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Uruguai. Neste sentido, os autores optaram por utilizar o método de Regressão por Mínimos Quadrados Ordinários e base de dados do *World Values Survey* para os citados países no período de 2005 a 2008. Assim, por meio de fundamentação teórica, eles buscaram empiricamente os determinantes para a felicidade dos indivíduos dos seis países a partir dos seguintes fatores: situação financeira, relacionamentos familiares, trabalho, comunidade e amigos, saúde, liberdade pessoal e valores pessoais.

Como resultado geral mais relevante da investigação, destaca-se que os sete fatores explicaram, em alguma medida, a felicidade dos indivíduos dos países em análise. Não obstante, os autores apontam para uma dependência parcial de tais fatores com relação à renda, sobretudo a situação financeira, o trabalho, a saúde e a liberdade pessoal. Eles argumentam que a renda pode ser parcialmente a origem da maior felicidade de: empregados, em razão da renda derivada do trabalho; pessoas em melhor estado de saúde, em função da renda proporcionar melhores atendimentos, tratamentos e medicamentos; pessoas que sentem possuir maior liberdade pessoal, devido ao fato da renda permitir maior variedade de bens e serviços a serem escolhidos.

Por fim, os pesquisadores destacam que a felicidade deve ser analisada de forma crítica e relativizada, em função de outros objetivos terem importância prévia a ela, tais como os direitos humanos, da liberdade e da justiça, pois um indivíduo pobre e explorado socialmente pode sentir-se feliz graças a fatores relacionados à religião, propaganda política, pressão social ou à filosofia pessoal – o que não indicaria ser o indivíduo de fato feliz.

Lima (2007) buscou investigar possíveis determinantes empíricos que explicassem a felicidade dos brasileiros. Neste sentido, a autora analisou as seguintes categorias: estado civil, idade, escolaridade, sexo, região, religião, etnia, renda, posição relativa da renda, desemprego, probabilidade de desemprego para indivíduos empregados e probabilidade de emprego para indivíduos desempregados. Para tanto, ela utilizou um modelo probit para a estimação da felicidade, nos anos de 1991 e de 1997, e a base de dados disponibilizada pelo *World Values Survey*.

Os principais resultados encontrados pela autora foram os seguintes: i) a variável renda mostrou-se altamente significativa; ii) a posição relativa da renda, gerada a partir de estimações da renda, demonstrou relação positiva, embora não tenha sido significativa (neste ponto, a autora argumenta que uma possível explicação para essa não significância possa ser que, pelo fato da maior parte da população brasileira encontrar-se em faixas de renda mais inferiores, a posse de alguma renda para um brasileiro seja mais importante para a sua felicidade do que a comparação de renda com as pessoas de seu ciclo social); iii) comparativamente às variáveis que relacionaram desemprego com probabilidade de emprego e emprego com probabilidade de desemprego, o desemprego se apresentou mais significativo; iv) o estado de estar casado apresentou-se como importante determinante na felicidade dos brasileiros em comparação com os outros estados civis (o que, acrescenta a autora, também é verificado em muitos países); v) as mulheres apareceram

como menos felizes que os homens (o gênero feminino teve relação negativa com a felicidade em comparação ao masculino, *i.e.*, ele apareceu como um determinante negativo da felicidade); vi) as variáveis ligadas às religiões (católica e espírita) tiveram coeficiente negativo; vii) as variáveis explicativas para felicidade utilizadas sugeriram não explicar de forma satisfatória a felicidade dos chefes de família, uma vez que em sua maioria não foram estatisticamente significantes para a felicidade desse grupo.

No artigo “Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil”, Corbi e Menezes-Filho (2006) tiveram o objetivo de pesquisar o papel desempenhado por variáveis econômicas na determinação da felicidade no Brasil. Neste sentido, os autores utilizaram o método de probit ordenado e a felicidade reportada, como uma variável *proxy* para bem-estar individual, da base de dados *World Values Survey* para cinco países (Argentina, Brasil, Espanha, EUA, Japão) com ênfase para o caso brasileiro no período de 1995-1997. Os autores buscaram variáveis socioeconômicas, tais como renda, desemprego, educação, sexo, estado civil e idade como explicativos do modelo.

Os principais resultados do trabalho com relação ao efeito de variáveis econômicas sobre a felicidade no Brasil demonstraram que: i) pessoas mais ricas e com emprego têm mais chances de ser felizes – houve uma correlação positiva e significativa entre felicidade e renda; ii) o desemprego se mostrou uma grande fonte de infelicidade a nível individual e também de sociedade, de tal forma que sugeriu a corroboração da hipótese de que ele tenha um custo em termos de bem-estar superior a simples perda de renda proveniente do salário para o desempregado (custo não-pecuniário do desemprego) – dado contrário à teoria macroeconômica neoclássica que considera o desemprego como um ato voluntário (indivíduos que deixam seus empregos o fazem por considerarem o salário e benefícios pagos não suficientes para compensar o esforço e custo de estarem empregados); iii) indivíduos casados mostram-se, na média, mais felizes que os outros (todos os demais países apresentaram o mesmo resultado com exceção ao Japão); iv) a renda parece aumentar o nível de bem-estar subjetivo das pessoas para todos os países; v) há uma relação convexa entre idade e felicidade, cujo ponto mínimo encontra-se aproximadamente aos 54 anos.

Diante dos resultados notáveis dos países nórdicos no Relatório Mundial da Felicidade, Martela *et alii* (2020) buscaram investigar o que exatamente fazia os cidadãos nórdicos tão excepcionalmente satisfeitos com suas vidas. Os autores concluíram que a distinção excepcional dos países nórdicos consiste em um ciclo virtuoso em que diversos bons indicadores sociais, institucionais e culturais se retroalimentam, quais sejam: boa

democracia; benefícios de bem-estar social generosos e efetivos; baixos níveis de crime e corrupção; ampla liberdade; alta confiança em outros cidadãos e em instituições governamentais. Vale lembrar que, de acordo com MARTELA et al. (2020), aquele ciclo virtuoso se estende também aos imigrantes.

Os autores indicam que o princípio da arquitetura institucional para políticas sociais nórdicas remonta ao fim do século XIX. O caminho percorrido por esses países foi feito no sentido de: reduzir níveis de desigualdade socioeconômica (já havia boa distribuição de terras já no fim do século XIX); melhorar a acessibilidade do povo ao poder político; construir uma boa confiança nas instituições; aumentar a qualidade de instituições governamentais; investir significativamente em educação universal e de qualidade – um dos principais objetivos era o de construir cidadãos com forte identidade nacional e senso de coesão social para contribuir para maior confiança social e confiança nas instituições; implementar um Estado de Bem-Estar Social a partir de meados do século XX.

Sobre o modelo nórdico de Estado de bem-estar social, Martela et alii (2020) argumentaram ainda que a educação em massa e a relativa igualdade social do início do século XX levaram esses países a altos níveis de confiança social e institucional. Esse contexto possibilitou apoio público para políticas, introduzidas ao longo do século, e formação de instituições eficientes para o bem-estar social - que por sua vez reforçaram ainda mais a confiança social e institucional.

Enfim, os autores destacam que, para os casos específicos da Dinamarca, Finlândia e a Suécia, ocupantes das 3 primeiras posições nos rankings de coesão social, outros elementos se somam àqueles já mencionados como por exemplo: o pequeno efeito das comparações de status social entre indivíduos. Isso pode ser explicado pelo efeito das políticas de bem-estar social sobre os níveis de desigualdade de renda, ou seja, quanto menor a desigualdade do país, menos importante se torna questões como comparabilidade de status social, o que reforça a intenção de manutenção da universalidade dos serviços públicos por sua vez.

Por fim, no tocante à relação entre paz - categoria amplamente influenciada por condicionais institucionais e socioeconômicas promovidas pelos Estados - e felicidade, os autores filipinos Aribe Jr. e Panes (2019) buscaram, sobretudo, determinar as similaridades entre países com altos níveis de felicidade, mas baixos níveis para estado global de paz. Para tanto, eles usaram o método de regressão logística nominal para identificar a relação entre os dois índices (advindos do *World Happiness Report* e do

Global Peace Index) das seguintes bases de dados: *Gallup World Poll* e *Institute for Economics and Peace*. A análise levou em consideração 149 países que constavam em ambos os índices no ano de 2018.

Os resultados da investigação apontaram para um alta correlação entre o nível de paz e o nível geral de felicidade dos países. Contudo, os pesquisadores encontraram 10 *outliers*, são eles: Arábia Saudita, Bahrein, Colômbia, Filipinas, Israel, Líbia, México, Rússia. Todos eles possuem felicidade acima da média ou até alta *in tandem* com níveis de paz baixos ou muito baixos. Entre os citados, encontrou-se que os indicadores de solidariedade social deles eram quase iguais, isto é, não obstante causas diversas de conflitos (desde política climática, conflito interno até terrorismo), houve grande convergência na resposta para a questão levantada na *Gallup World Poll* para o WHR: “se estivesse em problemas, você teria parentes ou amigos com quem poderia contar para ajudá-lo(la) sempre que precisar deles ou não?”. Dessa forma, concluiu-se que um forte sistema de solidariedade social poderia contribuir significativamente para a percepção de felicidade dos indivíduos, o que poderia contrabalancear com os impactos negativos que fatores externos, como contextos não pacíficos, poderiam ter.

Dessa forma, a partir das investigações supracitadas, construiu-se o quadro-resumo abaixo para se compreender de forma clara e sintética todos os 20 determinantes da felicidade analisados.

Quadro 1: Síntese sobre 20 condicionantes da felicidade

Condicionantes	Pesquisas	Descrição
Renda	Easterlin (1974); Frey e Stutzer (2002); Campetti e Alves (2015); Lima (2007); Corbi e Menezes-Filho (2006); Stutzer & Frey (2012)	Renda mais alta está relacionada a uma felicidade individual mais alta (demonstrado principalmente em estudos com dados de corte transversal), mas, após certo nível, ela deixa de aumentá-la (conclusão mais presente em estudos com séries temporais)
Posição relativa de renda	Lima (2007)	Quanto mais superior for a posição relativa de renda do indivíduo <i>vis à vis</i> grupos com quem se compara, mais feliz ele será.
Emprego	Frey e Stutzer (2002); Campetti e Alves (2015); Lima (2007); Corbi e Menezes-Filho (2006); Stutzer & Frey (2012)	O desemprego se mostrou uma grande fonte de infelicidade a nível individual e a nível de sociedade.

Inflação	Frey e Stutzer (2002)	Diminui de forma substancial o bem-estar individual relatado.
Idade	Frey e Stutzer (2002); Corbi e Menezes-Filho (2006)	Afeta a felicidade em forma de “U” de tal forma que os mais jovens e os mais velhos relatam serem mais felizes.
Gênero	Frey e Stutzer (2002); Lima (2007)	Inconclusivo. Os primeiros encontraram que mulheres são mais felizes, enquanto a segunda que elas eram menos felizes.
Casamento	Frey e Stutzer (2002); Lima (2007); Corbi e Menezes-Filho (2006)	Indivíduos casados mostram-se, na média, mais felizes que os outros.
Religião	Lima (2007)	As variáveis ligadas às religiões (católica e espírita) tiveram coeficiente negativo.
Nacionalidade	Frey e Stutzer (2002)	Estrangeiros relatam ser significativamente menos felizes do que os nascidos no país.
Educação superior	Frey e Stutzer (2002)	Pessoas com educação superior indicam ter significativamente mais bem-estar.
Saúde	Frey e Stutzer (2002); Campetti e Alves (2015); Stutzer e Frey (2012)	Saúde ruim reduz significativamente a felicidade.
Benefícios de bem-estar social	Martela et alii (2020)	Benefícios de bem-estar social generosos e efetivos contribuem significativamente para o aumento da satisfação geral com a vida.
Sistema político	Frey e Stutzer (2002); Martela et alii (2020)	O sistema político influencia a felicidade da população. Boas democracias podem tornar os indivíduos mais felizes.
Liberdades política, econômica e pessoal	Frey e Stutzer (2002); Campetti e Alves (2015); Martela et alii (2020)	São correlacionadas de forma positiva com a elevação da felicidade.
Participação nas decisões política	Frey e Stutzer (2002)	O aumento de possibilidades para participar diretamente nas tomadas de decisão pública, via referendo popular, exerce um efeito estatisticamente signifiicante, robusto e mensurável na felicidade.
Descentralização do Estado	Frey e Stutzer (2002)	Quanto mais descentralizado o Estado, mais felizes as pessoas tendem a ser.
Confiança social e institucional	Martela et alii (2020)	Quanto maior a confiança nas outras pessoas e nas instituições governamentais, maior é a felicidade do indivíduo.

Capital Social e trabalho voluntário	Stutzer e Frey, 2012	Quanto maior a quantidade e a qualidade das relações sociais de um indivíduo, mais feliz ele é.
Segurança	Martela et alii (2020)	Baixos níveis de crime e corrupção tornam as pessoas mais felizes.
Paz	Aribe Jr. e Panes (2019)	Há alta correlação entre o nível de paz e o nível geral de felicidade dos países.

Fonte: elaboração própria com base em Aribe Jr. e Panes (2019); Campetti e Alves (2015); Corbi e Menezes-Filho (2006) Easterlin (1974); Frey e Stutzer (2002); Lima (2007); Martela et alii (2020); Stutzer e Frey (2012).

Capítulo II - Estado de bem-estar social e excepcionalidade dos países nórdicos

“A felicidade é um processo subconsciente na Dinamarca, inerente a todas as áreas da nossa cultura”
(Christian Bjørnskov)

O presente capítulo terá como foco a investigação acerca da excepcionalidade nórdica, bem como o modelo de Estado de bem-estar social nórdico. Neste sentido, buscar-se-á o desenvolvimento de seis subseções: i. breve caracterização dos países nórdicos; ii. excepcionalidade no Relatório Mundial da Felicidade e em outros indicadores; iii. caracterização geral do Modelo Nórdico de Estado de bem-estar social; iv. evolução histórica do modelo nórdico (século XIX ao princípio do XXI); v. caso da Suécia e seu excepcional desenvolvimento socioeconômico; vi. o caso do Estado de bem-estar social da Dinamarca e seu direcionamento para a felicidade.

2.1 Breve caracterização dos países nórdicos

Os países nórdicos são compostos por Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia²³. O termo, enquanto entidade histórica e cultural, foi cunhado em meio aos movimentos nacionalistas do século XIX, quando diversas organizações foram criadas com o objetivo de promover a cooperação e o intercâmbio entre tais países, sobretudo na parte cultural. Na área educacional, programas de intercâmbio foram organizados por associações de estudantes e de professores – o primeiro congresso nórdico de professores foi realizado em 1870 na cidade de Gotemburgo (Suécia) (LINDMARK, 2015). Com efeito, ideias para políticas também eram compartilhadas na região por meio de reuniões regulares dos ministros sociais nórdicos a partir de 1919, bem como via redes de contato informal entre os próprios servidores públicos²⁴ (HILSON, 2008)²⁵.

O autor ressalta ainda que a categoria nórdica não foi um mero resultado de uma construção ideológica do século XIX com uma base de similaridade linguística, mas também de uma longa história de conflitos e cooperações - inclusas neste contexto

²³ Bem como por territórios com diferentes graus de autonomia política, tais quais: Ilhas Feroe e Groelândia (Reino da Dinamarca), Lapônia (região, principalmente cultural, dos povos lapões/sami que se entende das regiões norte da Noruega, Suécia, Finlândia a um pequeno trecho Rússia) e Ilhas Åland (República da Finlândia) (LINDMARK, 2015).

²⁴ No caso da Finlândia, tais contatos serão de fundamental importância, principalmente da Suécia, para ajudá-lo em sua trajetória rumo à ideia de um modelo “nórdico” (HILSON, 2008).

²⁵ Professora inglesa e diretora da School of Culture and Society da Universidade de Aarhus (Dinamarca) (AARHUS UNIVERSITY, 2022).

diversas formas de união política como: i. anexação da Finlândia ao Reino da Suécia (século XIII a 1809)²⁶; ii. União de Kalmar (1397-1523) que, por uma série de uniões pessoais, uniu os Reinos da Dinamarca, Noruega e Suécia; iii. união constitucional dos Reinos da Dinamarca e Noruega (1536-1814), que incluíam também a Groelândia, a Islândia e as Ilhas Feroe; iv. união dos Reinos da Suécia e Noruega (1814-1905) (LINDMARK, 2015).

Com efeito, os cinco países compartilham uma série de elementos comuns que os unem de forma a caracterizá-los enquanto países nórdicos. O primeiro deles é expresso pela figura abaixo que representa suas posições vizinhas (destacadas em verde) na região norte do continente europeu. Para se compreender de forma mais detida tais semelhanças, recorre-se à tabela 1, que sintetiza as informações gerais mais recentes acerca dos referidos países. Linguisticamente, todos possuem idiomas do ramo germânico nórdico (com inteligibilidade mútua alta, ainda que assimétrica), derivados do Nórdico Antigo falado pelos povos escandinavos amplamente conhecidos como *vikings* – no caso da Finlândia, a língua mais falada é o Finlandês, não pertencente ao tronco Indo-Europeu, mas ao Urálico como o Húngaro (ETHNOLOGUE, 2022). Do ponto de vista étnico, eles não apenas compartilham sua ancestralidade genética enquanto povos da Escandinávia (dinamarqueses, islandeses, noruegueses, suecos e os finlandeses-suecos), mas cada um deles apresenta grande homogeneidade dentro de seus territórios com mais de 81% de suas populações pertencentes aos mesmos grupos.

Figura 2: posição geográfica dos países nórdicos



Fonte: Wikimedia (2022)

²⁶ Em 1809, a Finlândia é anexada pelo Império Russo como um Grão-Ducado autônomo e só conseguirá sua independência após a Revolução Russa em 1917 (WESTBERG ET AL.,2017). Em 1918, o país entrou em uma rápida (5 meses), porém violenta, guerra civil (apoiada pela Rússia Soviética de um lado e pelo Império alemão do outro) com dezenas de milhares de mortos (HILSON, 2008). Em 1919, após a vitória apoiada pelo Império alemão, a República da Finlândia foi criada (WESTBERG ET AL.,2017).

No século XVI, todos os países nórdicos passaram pela Reforma Protestante, momento em que os seus monarcas se converteram ao Luteranismo e em que os laços entre Estado e Igreja passaram a se fortalecer – fator que irá influenciar sobremaneira a visão dos cidadãos e governantes para a construção de seus Estados de bem-estar social (MARKKOLA, 2001). Quanto à política, eles se dividem entre Monarquias Constitucionais Parlamentaristas Unitárias (MCPU) e Repúblicas Parlamentaristas Unitárias (RPU). As áreas dos 5 países são relativamente pequenas, sendo casos de alguma exceção a Islândia por ser uma ilha de tamanho menor, e a Suécia por ter um território ligeiramente maior. Essa mesma tendência se aplica quanto à população, em que Dinamarca, Finlândia e Noruega possuem populações entre 5,5 e 5,9 milhões, enquanto a Islândia tem pouco mais de 300.000 habitantes e a Suécia mais de 10 milhões.

Com respeito à economia, política externa e de defesa, a média do PIB (em termos nominais de 2021) desses países é de 352 bilhões de dólares. Não obstante os desvios da média no caso da Islândia e da Suécia, quando balizados por suas populações, os desvios se reduzem em convergência à média de PIB *per capita* de US\$63.518 - a Noruega se sobressai com os seus mais de 79 mil dólares graças às suas receitas advindas de exportação de petróleo e gás (KUHNLE, 2007). Já em termos de inflação anual, todos os países nórdicos obtiveram resultados baixos para o ano de 2021.

Quanto as suas relações internacionais, conjuntamente, eles fundaram uma organização denominada Cooperação Nórdica em 1952²⁷ com a função de promover a cooperação entre os cinco países e suas regiões autônomas em diversas áreas, bem como fortalecer uma representação própria (nórdica) a nível europeu e mundial. Ela é composta por duas instituições principais: i. Conselho Nórdico (fundado em 1952) para a cooperação interparlamentar – atualmente com 87 membros vindos de cada país e das regiões autônomas da Groelândia e Ilhas Feroe; ii. Conselho Nórdico de Ministros (fundado em 1971) para a cooperação intergovernamental, no qual ministros de cada país-membro discutem áreas específicas (NORDEN, 2022).

As cinco nações são membros da OCDE desde a sua fundação no início da década de 1960, com exceção à Finlândia que entrou apenas em 1969 (OECD, 2022). Apenas Islândia e Noruega não fazem parte da União Europeia, ainda que possuam acordos especiais com ela. Dinamarca, Islândia e Noruega são membros históricos da

²⁷ Organização para cooperação regional mais antiga do mundo (NORDEN, 2022).

OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte ou NATO para o acrônimo na Língua Inglesa), enquanto a Finlândia e a Suécia entregaram um pedido de adesão à organização no ano de 2022, em função da situação extraordinária da Guerra da Ucrânia (NATO, 2022).

Tabela 1: síntese de dados gerais dos países nórdicos

Indicador/País	Dinamarca	Finlândia	Islândia	Noruega	Suécia
Língua oficial	Dinamarquês	Finlandês Sueco	Islandês	Norueguês	Sueco
Formação étnica	85,6%	91,5%	81,3%	81,5%	80,3%
Religião	Protestante luterana	Protestante luterana	Protestante luterana	Protestante luterana	Protestante luterana
Tipo de governo	MCPU	RPU	RPU	MCPU	MCPU
Área (Km ²)	43.094	338.145	103.000	323.802	450.295
População	5.920.767	5.601.547	357.603	5.553.840	10.483.647
PIB (bilhões - US\$)	378,7	304,8	21,4	428,1	626,6
PIB <i>per capita</i>	64.681	55.981	57.615	79.163	60.150
Inflação	1,9%	2,2%	4,4%	3,5%	2,2%
Cooperação Nórdica	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
OCDE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
União Europeia	Sim	Sim	Não	Não	Sim
OTAN	Sim	Adesão em análise	Sim	Sim	Adesão em análise

Fonte: elaboração própria com base nos dados de CIA (2022), OECD (2022), União Europeia (2022) e NATO (2022).

2.2 Caracterização geral do Modelo Nórdico de Estado de bem-estar social

Quanto ao modelo nórdico de Estado de bem-estar social, Kuhnle (2007)²⁸²⁹ argumenta que certas características são peculiares aos Estados de bem-estar social dos cinco referidos países de modo a se constituir tal modelo, nomeadamente:

- i. maior atuação estatal – *e.g.* garantia de pensões básicas e serviços de saúde gratuitos (ou altamente subsidiados) e universais;

²⁸ Professor norueguês de Políticas Sociais Comparadas na Universidade de Bergen (Noruega) e na Hertie School of Governance (Alemanha) (KUHNLE, 2007).

²⁹ A obra original foi publicada em Inglês em 1998.

- ii. maior proporção de força de trabalho contratada nos setores social, de saúde e de educação (30% da mão de obra);
- iii. serviços educacionais e sociais ofertados majoritariamente pelo Estado - a maior parte dos trabalhadores desses setores são servidores públicos (90% dos trabalhadores);
- iv. o pagamento de benefícios de seguridade social (tais como licenças de saúde, custeio de despesas com filhos, pensões e serviços de saúde) são estruturados por meio de sistemas nacionais coordenados;
- v. alto nível de confiança entre cidadãos e instituições governamentais, em ambos os sentidos, e forte apoio popular ao cuidado estatal de questões sociais;
- vi. os sistemas de seguridade social são universais ou abrangentes de subgrupos inteiros – *e.g.* uma renda básica de aposentadoria por velhice é dada a todos os residentes independentemente de terem tido um trabalho remunerado anterior, benefícios para o custeio de despesas com filhos são concedidos a todos os cidadãos independentemente de sua renda, os serviços médicos universais são gratuitos e de alta qualidade;
- vii. alto nível de igualdade de gênero no mercado de trabalho e no acesso a políticas, de modo que os benefícios sociais sejam “neutros” e que as mulheres sejam tratadas enquanto indivíduos de direitos próprios, não com categorias de apenas viúvas ou mães, além de que há forte suporte tanto a “trabalhadoras-mães” quanto “trabalhadores-pais” (licença maternidade e paternidade);
- viii. o meio de financiamento é feito a partir de alta tributação generalizada - no sentido de haver um efeito redistributivo de renda também;
- ix. maior ênfase no provimento de serviços (como extensa rede de creches, asilos, assistência domiciliar para idosos e doentes em estado grave), e não de transferência direta de renda;
- x. busca do pleno emprego como uma meta *per se* e para engendrar o custeio econômico do Estado de bem-estar social.

Para Hilson (2008)³⁰ as particularidades do modelo de Estado de bem-estar social nórdico podem ser sintetizadas em cinco pontos, são eles: i. os benefícios sociais são providos de forma majoritária pelo setor público, de modo que sobre pouco espaço (necessidade) para a iniciativa privada e as famílias se encarregarem de atividades filantrópicas ou voluntárias; ii. quanto à abrangência dos benefícios, eles são universais (inclusos programas sociais, aposentadorias, sistema de saúde, sistema educacional, auxílio para cuidado de filho(s) e seguro saúde), *i.e.*, sem distinção de renda ou capacidade contributiva, de modo que o Estado de bem-estar social nórdico seja redistributivo e produtor de sociedades com relativo alto grau de igualdade; iii. o financiamento principal do modelo provém de alta tributação em geral³¹, e não via encargos e contribuições trabalhistas; iv. o objetivo dos Estados neste modelo nunca foi entendido como uma rede de proteção para os menos favorecidos como nos EUA, Canadá e Austrália, mas como parte vital da política econômica do pós-guerra, de forma a engendrar altos níveis de crescimento econômico, baixo desemprego (via políticas ativas de mercado de trabalho por meio de educação e treinamento para os trabalhadores) e alto padrão de vida; v. quanto à igualdade de gênero, as políticas de bem-estar social nórdicas tiveram relativo sucesso para construir modelos familiares de base dual para o sustento financeiro, de sorte que o direito das mulheres à benefícios é baseado em sua condição de cidadãs independentes (em contraposição a serem consideradas como esposas, viúvas ou mães de trabalhadores masculinos).

Andersen *et al.* (2007)³² sugerem ainda as seguintes características: i. alto investimento público e/ou privado em capital humano (inclusos os cuidados com as crianças, educação e P&D); ii. conjunto de instituições sólidas para o mercado de trabalho, *e.g.* sindicatos e associações patronais fortes e centralizadas, significativa coordenação salarial, benefícios de desemprego generosos acima da média europeia, além

³¹ Hilson (2008) destaca que, em 1980, a tributação contabilizava mais de 50% do PIB nos casos da Dinamarca, Noruega e Suécia (o único país com encargos semelhantes era os Países Baixos).

³² Torben M. Andersen é professor de Economia na School of Economics and Management na Universidade de Aarhus (Dinamarca); Bengt Holmström é professor de Economia do Departamento de Economia do MIT (EUA); Seppo Honkapohja foi professor da Universidade de Turku e da Universidade de Helsinque (ambas na Finlândia), e leciona atualmente na Universidade de Cambridge (Reino Unido); Sixten Korkman é diretor-geral do Instituto de Pesquisa da Economia Finlandesa, com passagem como diretor no Banco da Finlândia, Ministério de Finanças da Finlândia e Secretariado do Conselho de Ministros da União Europeia; Hans Tson Söderström é professor adjunto de Análise Macroeconômica e Política na Stockholm School of Economics (Suécia); Juhana Vartiainen dirige a Divisão de Pesquisa do Instituto Nacional para Pesquisa Econômica da Suécia e leciona na Åbo Akademi (universidade de língua sueca na Finlândia) (ANDERSEN ET AL., 2007).

de papel importante dado a políticas ativas de mercado de trabalho. Cabe, também, acrescentar que os autores argumentam que o alicerce de tal modelo se constitui da combinação de apoio mútuo entre mecanismos de compartilhamento coletivo de riscos e abertura para globalização: o primeiro ajudaria os referidos países a tornar a globalização (abertura econômica, em *lato sensu*, geralmente necessária para países pequenos e de poucos recursos naturais) em um processo mais aceitável para seus cidadãos, uma vez que facilita a condução de ajustes compensatórios (proteção social contra os riscos associados à abertura comercial/livre-comércio), cujo resultado é fazer suas economias se beneficiarem das mudanças nos mercados, além de aumentar a produtividade (mormente, nas áreas de tecnologia da informação e de desenvolvimento tecnológico, onde se encontram em posição de vanguarda) e, por conseguinte, a renda.

No tocante aos elementos basilares do pensamento por trás dos Estados de bem-estar social nórdicos, Hilson (2008) argumenta que eles partiram de uma extraordinária ambição para suas metas sociais. Ainda que sua legislação social do fim do século XIX tenha tido o objetivo de aliviar riscos sociais (efeitos da pobreza), ele foi ultrapassado no período entreguerras por outro muito mais ousado: a política social passou a ser uma ferramenta profilática, isto é, para prevenção das causas de males sociais (especialmente nas políticas profiláticas de saúde, como nos casos em que todos os cinco países passaram por formas de controle estatal sobre o consumo de álcool), não somente sobre as suas consequências, de modo que o Estado, investido de um caráter paternalista e de tutela, pudesse criar melhores cidadãos.

A autora argumenta que esse ideal social nos países nórdicos estava estreitamente relacionado com o propósito de uma eficiência econômica nacional³³. Assim, as políticas sociais e a eficiência econômica permaneceram fortemente associadas na base para a consolidação e expansão do modelo nórdico no pós-Segunda Guerra Mundial. Com efeito, não apenas altas e estáveis taxas de crescimento econômico eram pré-requisitos para altos níveis de bem-estar social, mas o contrário também se verificava, de modo que um Estado de bem-estar social abrangente também se tornou um pré-requisito para uma economia estável. Dessa forma, ele não apenas era um projeto político

³³ Hilson (2008) expõe que parte da literatura argumenta que tais ideias não se encontravam apenas no pensamento social-democrata, mas também no que seriam valores nórdicos de raízes mais antigas. O próprio desenvolvimento de um precoce Estado centralizado na Escandinávia e seu papel em promover reformas do tipo *top-down* – mormente pelas reformas agrárias do século XVIII – eram amplamente vistos de modo positivo e tolerados na vida cotidiana. O princípio do século XX - com a chegada de novas tecnologias, planejamento racional (estatal) e engenharia social para aprimorar a sociedade, além de promover eficiência econômica e prosperidade – reforçou essa visão para a população.

para uma Democracia social, mas corporificava a própria ideia/identidade nórdica das cinco nações - tanto o é que os suecos cunharam o termo *folkhem* (“casa do povo” em tradução livre do Sueco) para seu Estado de bem-estar social (HILSON, 2008).

Kuhnle (2007) defende ainda que o modelo nórdico se distingue de outros modelos europeus em função da centralidade dada ao papel do Estado para a resolução de questões sociais, bem como à extensão dele para implementar suas políticas sociais – contraste à situação de outros países da Europa, onde o setor privado, organizações não-governamentais e as próprias famílias assumem (ou têm de assumir) maior relevância *vis à vis* à situação dos países nórdicos. Com efeito, o autor faz uma breve distinção entre o modelo estabelecido nos cinco países com aquele encontrado no restante da Europa (lado ocidental): o primeiro enfatiza a cidadania nacional e uma estrutura institucional coordenada, enquanto o segundo é marcado por instituições de caráter relativamente mais fragmentado e por maior dependência quanto ao papel da família para cuidados sociais.

Segundo o autor, essa distinção – os nórdicos esperarem mais de seus Governos, comparativamente aos vizinhos europeus ou aos estadunidenses - tem base em questões históricas. O feudalismo em sua região foi relativamente menos rígido, o que tornou suas sociedades mais igualitárias (ou, por outro lado, menos desiguais) comparativamente às outras. Sobre esse quesito de igualdade, faz-se necessário perceber que os cinco países têm semelhanças importantes: populações historicamente pequenas, além de alta homogeneidade econômica, étnica, cultural, linguística, religiosa e de comportamento social; além disso, muitos períodos históricos foram marcados por unificação de seus Estados ou de governo de um sobre outro(s). Além disso, a Reforma Protestante³⁴, ocorrida em todos os países nórdicos, estimulou uma sólida fusão entre a Igreja e o Estado, característica que contribuirá para a legitimação do Governo Central; diferentemente da experiência da Europa Ocidental, marcada pela organização de

³⁴ Outro importante efeito da expansão do protestantismo, em sua versão luterana, nos países nórdicos foi estimular a alfabetização para seus povos e a criação do embrião de um sistema educacional (religioso) – que irá se desdobrar no desenvolvimento dos primeiros sistemas europeus de educação primária pública justamente nesses países (HILSON, 2008). Esse efeito se deve à importância dada no luteranismo para a alfabetização com objetivo de capacitar seus fiéis para ler a bíblia – além disso, o elemento da igualdade de gênero já pode ser observado em algum nível neste processo, pois tal ensino era dirigido tanto àqueles do gênero masculino quanto do feminino, de modo que todos tivesse acesso aos ensinamentos religiosos (MARKKOLA, 2001). Como exemplo, no caso da Finlândia (quando ainda governada pela Suécia nos séculos XVII e XVIII), as crianças finlandesas eram instruídas via um sistema de educação domiciliar, com aulas de educação religiosa luterana e de leitura da bíblia. Apenas em 1866, já sob domínio russo, um sistema nacional de educação pública para crianças em idade escolar começou a ser introduzido no país (WESTBERG ET AL., 2017).

serviços sociais (inclusos educação e saúde) feita pela Igreja Católica Romana, enquanto ente “supranacional”, mesmo no século XX.

De forma complementar, Andersen *et al.* (2007) apontam que a alta ambição nórdica na área de políticas igualitárias se deve: i. à histórica homogeneidade étnica e religiosa; ii. ao longo passado desses países marcado pela influência de agricultores independentes e do movimento trabalhista em questões de política local e nacional. Os autores argumentam que o último ponto engendrou um alto nível de confiança por parte dos cidadãos e a emergência de uma administração pública relativamente não-corrupta e eficiente, com poderes para planejar mecanismos de compartilhamento coletivo de riscos e um extenso aparato estatal para bem-estar social.

2.3 Evolução histórica do modelo nórdico (século XIX ao princípio do XXI)

A criação do moderno sistema de seguridade social³⁵ se iniciou no século XIX, sobretudo quando se trata da experiência dos países nórdicos. A introdução de um sistema assecuratório nacional na Alemanha governado por Bismark (1871-1890) se tornou um ponto de inflexão para o desenvolvimento do referido sistema em função de seu legado marcado pelo princípio de que o seguro social deveria ser controlado pelo Estado e com caráter obrigatório (KUHNLE, 2007). Com efeito, ainda que influenciada por períodos de crescimento e de crise econômica, pode-se dividir a história dos Estados de bem-estar social europeus (assim como a trajetória nórdica) em três principais fases de expansão: i. fim do século XIX e princípio do século XX, quando houve a introdução de programas de seguridade social básica por governos burgueses³⁶ na intenção de mitigar efeitos da industrialização e da urbanização, além de acomodar a classe trabalhadora urbana em crescimento; ii. período entreguerras (1918-1939), momento de expansão das políticas de bem-estar social para lidar com o desemprego em massa e os efeitos da grande depressão (1929-1939)³⁷; iii. pós-Segunda Guerra Mundial (de 1945 à década de 1960), fase de maior expansão em meio a alto período de crescimento econômico e pleno emprego

³⁵ A seguridade social se trata de uma série de políticas sociais para resolver, primariamente, questões ligadas à terceira idade, a enfermidades e aos trabalhadores (especialmente, aos acidentes e ao desemprego) (KUHNLE, 2007).

³⁶ Hilson (2008) considera partidos burgueses (ou ao menos não associados à esquerda comunista ou social-democrata): os liberais, os agrários e os conservadores.

³⁷ Os países nórdicos, basicamente os escandinavos (Dinamarca, Noruega e Suécia), passam a atrair a atenção internacional para sua política social a partir do entreguerras, quando conseguem relativo sucesso no enfrentamento às fortes consequências da Grande Depressão (HILSON, 2008).

(HILSON, 2008). A autora ressalta ainda que a partir da década de 1970 (marcada por crises do petróleo e recessão generalizada), muitos foram os governos que optaram por reduzir os seus gastos sociais. Não obstante, ao fim do século XX (1995), 165 países já possuíam algum tipo de seguridade social, de forma que quase todos destinavam recursos para aposentadoria e pensões aos dependentes, indenizações por acidente de trabalho e seguro-desemprego (este último apenas em 60 deles) (KUHNLE, 2007).

Diante de tal divisão, a tabela abaixo, acerca da introdução de algumas instituições de bem-estar social nos países nórdicos, apresenta parte das políticas sociais desenvolvidas durante as três fases separadas por Hilson (2008). Primeiramente, em função dos preceitos da Igreja Luterana - presente nesses países desde o século XVI - em direção à alfabetização e ao ensino religioso, bem como a sua ligação com o Estado, eles desenvolveram precocemente sistemas de educação pública primária. Assim, a Dinamarca se tornou o primeiro país do mundo a tornar tal ensino obrigatório para suas crianças – seguido por Noruega e Suécia (HILSON, 2008).

As políticas de seguridade social do fim do século XIX e princípio do XX trouxeram o seguro para acidente laboral, a primeira legislação de proteção materna, pensões variadas, seguro saúde e o seguro-desemprego. Ressalta-se que o quinteto nórdico também se demonstrou bastante progressista ao conceder o direito de participação política a todos os seus cidadãos até 1920. A segunda fase (1918-1939) envolveu o estabelecimento das políticas anteriormente citadas para alguns países *pari passu* com a expansão da abrangência e dos recursos destinados para elas. Já a terceira fase (de 1945 à década de 1960), caracterizada pela consolidação dos Estados de bem-estar social nórdicos, trouxe, entre outros, a introdução do auxílio-família (benefício em dinheiro destinado ao custeio da criação de filhos) e da licença-maternidade para estimular a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Por fim, as décadas de 1970, 1980 e 1990 aumentaram a atenção com respeito ao cuidado com as crianças e à igualdade de gênero, consubstanciada na licença-parental (que permitia a divisão da licença para os cuidados infantis entre os pais também), a licença-paternidade diretamente e a licença paterna obrigatória-quota paterna na licença parental (para estimular o efetivo uso do benefício para os pais).

Tabela 2: introdução das instituições³⁸ de bem-estar social nos países nórdicos

Instituição/País	Dinamarca	Finlândia	Islândia	Noruega	Suécia
Ensino primário público obrigatório	1814	1921*	1907	1827	1842
Seguro de acidente laboral	1898	1895	1903	1894	1901
Primeira legislação de proteção materna	1901	1917	1946	1892	1900
Pensão (terceira idade, invalidez e por falecimento)	1891	1937	1890	1936	1913
Sufrágio universal	1915	1907	1920	1913	1918
Seguro saúde	1892	1963	1936	1909	1891
Seguro-desemprego	1907	1917	1936	1906	1934
Auxílio-família	1967	1943	1946	1946	1947
Licença-maternidade	1960	1964	1946	1956	1955
Licença-parental	1984	1985	1981	1978	1974
Licença-paternidade	1984	1978	1998	1977	1980
Licença paterna obrigatória-quota paterna	1997	2003	2001	1993	1995

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Chang (2004), Eydal e Ólafsson (2006), Hilson (2008), Iceland (2022), Jonasen (2004), Kuhnle e Sander (2021), Lammi-Taskula et al. (2012), The Women's History Archives (2022), Westberg et al. (2017).

* O processo de introdução do sistema de ensino primário público começou a ser introduzido na Finlândia em 1866 (WESTBERG ET AL., 2017).

Já a tabela 3 apresenta o crescimento médio como porcentagem do PIB da Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia (bem como a média nórdica) no período de 1870 a 2001. Dela observa-se que, em compatibilidade com o exposto previamente, os períodos de crescimento e de decréscimo econômico tiveram influência sobre o desenvolvimento do Estado de bem-estar social nórdicos. Particularmente, o período de 1950 a 1973 apresenta o maior crescimento para a economia dos quatro países, em coincidência com a terceira fase de maior expansão social. Já no período seguinte (1973-2001), com exceção ao resultado melhor norueguês, observa-se o efeito das crises e recessões iniciadas na década de 1970 sobre o crescimento da média nórdica, cujos desdobramentos para as políticas sociais serão apresentados mais adiante.

Tabela 3: crescimento médio do PIB como porcentagem do PIB de 4 países nórdicos (1870-2001)

Período/País	Dinamarca	Finlândia	Noruega	Suécia	Média nórdica
1870-1913	2,66	2,74	2,12	2,17	2,42
1913-1950	2,55	2,69	2,93	2,74	2,73
1950-1973	3,81	4,94	4,06	3,73	4,14
1973-2001	2,06	2,57	3,30	1,83	2,44

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Hilson (2018).

³⁸ O conceito de instituições, utilizado em *lato sensu*, advém da Economia Institucional e significa um conjunto de regras/leis/dispositivos gerais de natureza política, social e legal (sobretudo dotados de relativa estabilidade no tempo) criados para reger as interações sociais via incentivos e restrições (FIANI, 2011; CHANG, 2004). Assim, instituições de bem-estar social, em sentido amplo, englobam o aparato legislativo criado para ditar as relações sociais com respeito à seguridade social, saúde, educação e inclusive direitos políticos, pois todos tratam de alguma forma do bem-estar dos indivíduos em sociedade.

De acordo com Hilson (2008), a gênese dos Estados de bem-estar social nórdicos não se encontra nas negociações de coalisões “Vermelho-Verde” (movimentos trabalhistas com o setor agrário) ocorridas na década de 1930 - que permitiram os sociais-democratas formarem governos de maioria parlamentar e, assim, introduzirem reformas legislativas sociais abrangentes – mas na emergência de classes médias liberais, predominantemente agrárias, em meio ao fim do século XIX³⁹. Isso se deve a diversas experiências de união política que resultaram em importantes reformas de bem-estar. Algumas dessas uniões foram entre: i. o Partido Liberal Agrário e a direita na Dinamarca para sua lei de pensão de 1891; ii. partidos burgueses e políticos para o esquema de pensão da Suécia de 1913; iii. partidos liberais burgueses na introdução do seguro-desemprego na Noruega e na Dinamarca (neste caso, houve apoio dos sociais-democratas), posteriormente a grandes reformas democráticas (Noruega em 1884 e Dinamarca em 1901). Dessa forma, percebe-se que as influências ideológicas iniciais eram mais heterogêneas, em contrapartida a uma situação de hegemonia social-democrata.

Neste contexto de reformas legislativas de bem-estar iniciais, o Luteranismo (religião hegemônica) exerceu grande influência com relação aos imperativos morais para tal movimentação política. Em função dos preceitos religiosos, havia um forte apoio para que as novas leis se baseassem no princípio da autossuficiência. Assim, os primeiros esquemas de seguro-social do fim do século XIX e início do XX se sustentavam na expectativa de que o estímulo à independência e à autossuficiência (ambas por meio do trabalho) seriam os resultados desejados para as políticas sociais. Isso significou que a disposição para o trabalho era uma condição fundamental para o recebimento de benefícios públicos, de modo que as reformas sociais iriam ajudar os trabalhadores a se (re)integrarem ao mercado de trabalho (além de evitar agitações sociais), mas, para tanto, o Estado buscava oferecer meios para que os indivíduos conseguissem autossustentar-se (HILSON, 2008).

Deve-se destacar que esse primeiro movimento de reformas foi marcado por grande limitação, de maneira que os Estados se propunham a prover somente as

³⁹ Hilson (2008) menciona que parte da literatura acadêmica argumenta que a excepcionalidade nórdica quanto a políticas de bem-estar social nórdicas origina-se previamente ao período do fim do século XIX. Isso se explica em razão de certas peculiaridades como a introdução adiantada de um sistema escolar primário abrangente na primeira metade do século XIX nos países escandinavos (Dinamarca, Noruega e Suécia em ordem cronológica) e na relativamente incomum capacidade dos Estados para ações locais por meio da rede de trabalho social paroquial da Igreja Luterana.

assistências mais básicas a seus cidadãos, e apenas sob condições bastante rígidas. Contudo, sua importância se associa com o legado deixado para o próximo período de expansão de políticas sociais, *i.e.*, a legislação criada nesse período estabeleceu uma importante estrutura e princípios básicos para a edificação dos Estados de bem-estar social nórdicos a ser feita sob a influência política dos sociais-democratas (HILSON, 2008).

Na década de 1930, sob os efeitos da crise de 1929, os sociais-democratas conseguiram formar maiorias nos parlamentos, que possibilitaram um segundo movimento de reformas legislativas nórdicas para bem-estar social (HILSON, 2008). Elas envolveram ações como aumentar, ainda que de forma limitada, a extensão e os fundos para benefícios como seguro saúde, pensões diversas e seguro-desemprego. No tocante à abrangência social dos benefícios, o princípio moral luterano norteador – autossuficiência por meio do trabalho – se tornou a base para os esquemas de seguridade social, cujo resultado foi o foco em beneficiários que fossem, antes de mais nada, “trabalhadores respeitáveis” (sem condenações criminais anteriores, vício em álcool ou envolvimento com mendicância). Assim, os esquemas de seguridade social anteriores ao pós-segunda guerra estavam mais focados em atender assalariados/trabalhadores do que em um atendimento universal unicamente embasado no *status* de cidadão (portador de direitos) dos beneficiários (HILSON, 2008).

No pós-segunda guerra mundial marcado por um novo momento de expansão do Estado de bem-estar social, em função da identificação do movimento trabalhista social-democrata com assalariados, os esquemas de seguridade social dos países nórdicos mantiveram o princípio de atendimento a trabalhadores (HILSON, 2008). Em razão disso, a autora argumenta que seria mais adequado descrever o modelo nórdico como um sistema de abrangência universal mista/para assalariados, no qual o público-alvo dos benefícios se manteve ligado ao *status* de trabalhador assalariado ao invés do *status* de cidadania. Não obstante, ela sublinha que, com relação à seguridade social nórdica, houve o estabelecimento de um padrão de garantia universal de um básico mínimo para a população, complementado com a opção de benefícios relacionados a renda geralmente vinculados a contribuições trabalhistas (para *trabalhadores*). Já no que se refere ao modelo de bem-estar social nórdico como um todo (não somente ao sistema de seguridade social), destaca-se que o fornecimento de serviços de saúde e de educação são geralmente norteados pelo princípio do universalismo em todos os cinco países (HILSON, 2008).

Cabe, também, acrescentar que o fato de o movimento trabalhista social-democrata dos países nórdicos buscar benefícios sociais especificamente para trabalhadores pode ser explicado com base na alta porcentagem da mão de obra associada aos sindicatos – característica distintiva do modelo de Estado de bem-estar social como apontado por Andersen *et al.* (2007). A partir da tabela abaixo, depreende-se que, na década de 1950, a média nórdica de trabalhadores sindicalizados já era de 50,8%, com o destaque para a Suécia com 66,7%. Com efeito, até 1990, a média nórdica subiu em 20 pontos percentuais (70,8%) – a Suécia se manteve como o país mais sindicalizado e terminou a série com 82,9% de seus trabalhadores em sindicatos.

Tabela 4: porcentagem da força de trabalho nórdica sindicalizada (1950-1990)

Ano/País	Dinamarca	Finlândia	Noruega	Suécia	Média nórdica
1950	56,5	31,5	48,3	66,7	50,8
1960	60,6	32,7	57,7	70,1	55,3
1970	60,2	51,9	55,6	66,2	58,5
1980	76,3	70,4	55,7	78	70,1
1990	74,4	71,9	53,8	82,9	70,8

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Hilson (2018).

No período posterior a 1945, de efetiva construção dos Estados de bem-estar social, a autora pontua que os ganhos sociais não resultaram de uma estratégia coesa (homogênea), mas de um processo de desenvolvimento fragmentado a partir do estabelecimento de complexa negociação, permeada pela influência de partidos políticos e grupos de interesse, opiniões de especialistas, envolvimento de comitês de investigação, e pela capacidade administrativa e legado institucional já feito até então. Além disso, os casos da Islândia e da Finlândia são bastante ilustrativos da relativa heterogeneidade dentro da experiência nórdica para um Estado de bem-estar social. Por um lado, no caso islandês, somente após a Segunda Guerra Mundial que o seu aparato estatal passou a ocupar a posição de provedor de bem-estar social - mesmo assim, ele não era tão generoso quanto os de seus pares. Por outro lado, no caso finlandês, o programa de seguro para acidente laboral permaneceu como único seguro social nacional até meados da década de 1960⁴⁰ (HILSON, 2008).

⁴⁰ Na Finlândia, em função da subordinação das políticas sociais *vis à vis* aos objetivos econômicos, as duas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial foram marcadas pela preponderância de subsídios agrários (setor dominante na economia), o que implicava em um papel significativo na redistribuição de renda – sem paralelos em nenhum outro país nórdico. A partir de meados da década de 1960, em razão do relativo

Em razão do exposto nos casos da Islândia e Finlândia, bem como de sua tardia passagem de economias agrárias relativamente pobres para uma configuração econômica industrial próspera, parte da literatura argumenta que a identificação de um verdadeiro Estado de bem-estar social nórdico só pode ser feita a partir da década de 1980 – período em que ambos os países começaram um processo de *catching up* e convergência para o que seria a “essência” do modelo nórdico⁴¹. De todo modo, a autora argumenta em síntese que não houve um caminho certo definido e nenhum plano de como deveria ser construído um modelo de bem-estar social nórdico, mas um conjunto de possibilidades debatidas e defendidas por grupos distintos - mesmo nos movimentos trabalhistas não havia unidade necessariamente - sobre quais deveriam ser as reformas sociais e como se concretizariam (HILSON, 2008).

Já em meados da década 1960, parte da própria ala da esquerda nórdica passou a questionar o modelo nórdico tão amplamente defendido pelos sociais-democratas, pois, passadas duas décadas de crescimento econômico relativamente estável e de construção de um sistema de bem-estar social abrangente, um certo nível de desigualdade se mostrava persistente. Assim, a partir do fim da década de 1960 e das eleições dos anos 1970, a ênfase do modelo se voltou para a questão da igualdade de gênero, sobretudo, para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Para tanto, as novas políticas sociais buscaram ofertar creches públicas e generosos auxílios para maternidade, de modo que elas pudessem balancear o até então demandado cuidado das crianças com um emprego remunerado. Dessa forma, os mercados de trabalho nórdicos passaram a ter as maiores taxas de participação feminina do mundo em 1990⁴² – uma característica muito ressaltada como distintiva do próprio Estado de bem-estar social nórdico⁴³ (HILSON, 2008).

“atraso” social relativamente aos seus vizinhos nórdicos, a Finlândia passou por um rápido progresso em suas políticas para um Estado de bem-estar social. Esse progresso foi realizado a partir de um ambicioso programa de legislação social que elevou os gastos sociais como proporção do PIB de 7% para 22-3% em meados da década de 1980. A partir de então, o sistema de bem-estar social finlandês passou a adquirir muitas das características já encontradas em outras nações nórdicas (HILSON, 2008).

⁴¹ Pauli Kettunen adverte quanto ao reducionismo de se ver os casos da Finlândia e Islândia como significativamente destoantes de um padrão nórdico, pois o primeiro havia introduzido fortes leis de proteção trabalhista (como resultado das demandas do movimento sindical de seu país) antes que seus vizinhos escandinavos, enquanto o movimento trabalhista da Islândia conquistou reformas de bem-estar social durante a recuperação econômica do pós-Segunda Guerra Mundial - quando obteve forte posição em acordos no mercado de trabalho, mesmo sem a influência parlamentar encontrada em seus pares (HILSON, 2008).

⁴³ Ainda que tais mercados tenham permanecido altamente segregados e causadores de disparidade salarial com base no gênero do trabalhador

No tocante à alta participação feminina no mercado de trabalho supramencionada, ela pode ser, em parte, explicada por: i. passado agrário (anterior à expansão do Estado de bem-estar social do pós-guerra) em que homens e mulheres trabalhavam no campo; ii. questões demográficas (queda de natalidade, a imigração para fora dos países nórdicos no período de entreguerras e a mudança estrutural de aumento do emprego na indústria nos centros em urbanização *vis à vis* ao setor agrário); iii. estímulo no pós-guerra para que entrassem e pelo reforço/expansão dos benefícios para criação dos filhos das décadas de 1960-1980 nos países nórdicos (HILSON, 2008).

O segundo item listado acima é ilustrado nas duas seguintes tabelas. A primeira apresenta o comportamento da imigração líquida no quinteto nórdico desde 1940. Ressalta-se que Finlândia, Suécia e Islândia experienciaram perda de suas populações (logo, de suas mãos de obra), respectivamente: i. 77.905 no período de 1940-1959; ii. 332.153 entre 1940 e 1979; iii. 8.301 em 1960-1979 e 1990-1999. Já a segunda, concernente à evolução da força de trabalho nórdica empregada no setor agrícola entre 1910 e 1970, indica o significativo êxodo rural ocorrido no período, em que o setor agrícola passa a perder mão de obra em detrimento do crescimento industrial das nações nórdicas. Com efeito, a média indica uma redução de mais de 32 pontos percentuais nos 60 anos de análise.

Tabela 5: imigração líquida para os países nórdicos desde 1940

Período/País	Dinamarca	Finlândia	Noruega	Suécia	Islândia
1940-1949	122.595	- 19.467		- 42.359	
1950-1959	10.024	- 58.438		- 76.434	
1960-1969	197.812	18.671	3.181	-150.388	- 2.749
1970-1979	125.580	37.282	39.847	- 62.972	- 4.870
1980-1989	147.395	34.774	59.171	32.984	1.066
1990-1999	11.591	129.369	95.646	55.761	- 682
2000-2005	165.625	48.519	77.752	35.026	6.664

Fonte: Hilson (2018).

Tabela 6: percentual de força de trabalho nórdica empregada no setor agrícola (1910-1970)

Ano/País	Dinamarca	Finlândia	Noruega	Suécia	Média nórdica
1910	42,7 ¹	71,5	39,2	45,6	49,8
1920	35,2 ²	70,4	36,8	40,4	45,7

1930	35,2	64,5	35,3	35,4	42,6
1940	29,9	57,4	29,5 ³	28,8	36,4
1950	25,6	46	29,5	20,3	30,4
1960	17,8	35,5	29,5	13,8	24,2
1970	10,6	20,3	29,5	8,1	17,1

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Hilson (2018).

¹ Valor para 1911.

² Valor para 2021.

³ Valor para 1946.

Quanto às crises da década de 1970, a autora expõe que seus impactos de longo prazo foram relativamente limitados para os países nórdicos. Nos casos da Suécia e da Finlândia (os mais atingidos), eles buscaram uma “terceira via” para enfrentar as dificuldades econômicas via desregulamentação financeira na década de 1980. Não obstante, não só não houve tentativas de desmonte do Estado de bem-estar social desses países, como os gastos sociais expandiram em razão das novas políticas supracitadas para inserção das mulheres no mercado de trabalho (inclusas as licenças maternidade, paternidade e parental, bem como o cuidado público para crianças) (HILSON, 2008).

Essa conjuntura é confirmada pela tabela abaixo, que pormenoriza os gastos governamentais e com serviços sociais como proporção do PIB de 4 países nórdicos (além da média deles) nos anos de 1950 e de 1972. A partir da média nórdica e dos anos de análise, depreende-se que: i. os gastos gerais aumentaram em basicamente 20 pontos percentuais; ii. os gastos com serviços sociais cresceram em mais de 13 pontos percentuais. Assim, a partir desse contexto, a literatura apresenta amplo consenso de que o modelo nórdico chegou relativamente intacto à década de 1990 (HILSON, 2008).

Tabela 7: gastos governamentais gerais e com serviços sociais como porcentagem do PIB nos países nórdicos (1950 e 1972)

Indicador/País	Dinamarca	Finlândia	Noruega	Suécia	Média nórdica
Gastos gerais - 1950	19,0	28,6	27,6	23,0	24,6
Gastos com serviços sociais - 1950	9,7	10,1	11,2	11,5	10,6
Gastos gerais - 1972	45,4	35,8	46,8	49,0	44,3
Gastos com serviços sociais - 1972	32,0	20,2	15,3 ¹	27,9	23,9

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Hilson (2018).

¹ Valor de 1971.

Em conclusão, a autora defende que, não obstante as muitas diferenças entre as experiências dos cinco países analisados, as semelhanças entre os Estados de bem-estar social nórdicos são muitas e suficientes para se tratar de um modelo nórdico. Cabe acrescentar, ainda, que ela argumenta ser mais adequado utilizar o termo “um modelo com cinco exceções” (HILSON, 2008).

2.4 Caso da Suécia e seu excepcional desenvolvimento socioeconômico

O destaque do caso da Suécia se deve ao fato de que, entre os 160 anos ocorridos de 1850 a 2010, 140 anos foram marcados por uma boa – muitas vezes excelente – combinação de altos níveis de crescimento econômico com aumento da igualdade social. Com efeito, entre seus anos de ouro (1870 a 1970), ela se tornou o 4º país mais rico do mundo em termos de PIB *per capita* e teve sua produtividade aumentada em 17 vezes - conquista somente comparado ao Japão, que aumentou em 16 vezes, e à Finlândia, 14 vezes (BERGH, 2011). Dessa forma, neste caso, buscar-se-á tecer um breve panorama sobre as origens da excepcionalidade sueca quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico de modo geral. Para tanto, serão perpassadas as estratégias utilizadas para ela se industrializar, a gênese da construção da igualdade de renda e de gênero, o contexto político e arranjos trabalhistas incentivadores de tal fenômeno, bem como ao comportamento adotado diante da desaceleração econômica do período de 1970-1995, que irá possibilitar uma posterior retomada.

No tocante à origem da prosperidade sueca, o autor indica certas causas gerais que são intuitivamente associadas ao notável desempenho sueco durante seu século de ouro: i. riqueza de recursos naturais; ii. ausência de guerras (mais de 200 anos desde a última em 1814); iii. igualdade salarial - relacionada a altos e progressivos impostos, regulação de mercado de trabalho e políticas sociais progressivas. Não obstante as causas anteriores serem verdadeiras, Bergh (2011) defende que o papel das instituições foi de grande importância, pois ele argumenta que a Suécia enriqueceu também em razão de instituições capitalistas eficientes e que a igualdade de renda teve um papel menor no processo em razão de ter origens anteriores ainda à expansão das políticas de bem-estar social suecas a partir da década de 1930.

Em seu artigo, Bergh (2011) indica que a literatura da Economia Institucional apresenta certo consenso em demonstrar que, quando instituições (como direitos de

propriedade e Estado Democrático de Direito) são de alta qualidade, tanto leis quanto normais sociais facilitam a resolução de conflitos e reduzem custos de transação, promovendo desenvolvimento econômico. Neste sentido, um breve panorama do desenvolvimento institucional sueco nos séculos XVIII e XIX, pode ser traçado assim: i. reforma agrária (fim do século XVIII); ii. surgimento de caixas econômicas e bancos comerciais (meados do século XIX); iii. reforma de liberalização na economia florestal (década de 1840), que permitiu a criação de unidades tributáveis e oportunidades lucrativas capitalistas; iv. a liberalização para a movimentação de pessoas, bens e capital (intra e extra nacionalmente); v. *big bang* anticorrupção (liberdade de imprensa, fim de privilégios aristocráticos e introdução de burocracia weberiana no setor público); vi. nova legislação de patentes (1834, 1856 e 1884), cujos desdobramentos trouxeram aumento de sucesso nas exportações. Outros fatores ainda incluem: investimentos em infraestrutura e educação básica, além de direitos iguais de herança para homens e mulheres (indutor de ampliação da participação econômica para as mulheres).

Já com respeito ao desenvolvimento institucional do século XX, os principais eventos econômicos podem ser condensados nos seguintes pontos: i. recepção de capital e ideias dos EUA, via retorno de imigrantes suecos (1850-1930), que se transformaram em negócios prósperos em seu país natal; ii. introdução de políticas macroeconômicas bem-sucedidas; iii. uso de taxa de câmbio fixa via sistema de Bretton Woods; iv. aumento do comércio via acordo GATT; v. aperfeiçoamento do estilo sueco de fazer políticas, de modo que permitisse um espírito de consenso, além de previsibilidade e racionalidade nas tomadas de ações (BERGH, 2011).

No tocante à industrialização sueca, de forma sintética, as estratégias utilizadas por esse país nórdico para realizarem seu processo de *catching up* industrial⁴⁴ podem ser resumidas como a seguir: i. amplo uso de protecionismo e subsídios (especialmente voltados para o novíssimo setor de engenharia); ii. apoio estatal direto para incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias; iii. desenvolvimento de tradição de parcerias público-privadas - casos muito ilustrativos são os das ferrovias (1850), telegrafia e telefonia (1880), e energia hidroelétrica (1890), nos quais o Estado construía as estruturas principais (linhas férreas, telegráficas, telefônicas e usinas hidroelétricas),

⁴⁴ Com respeito aos primeiros resultados econômicos dessas estratégias, a Suécia apareceu em segundo lugar com crescimento mais rápido (em termos de PIB por hora trabalhada nas maiores economias industriais) entre 1890-1900 e em primeiro em 1900-1913 (CHANG, 2004).

enquanto o setor privado se encarregava das secundárias (sob planejamento e regulação estatal); iv. espionagem industrial; v. acúmulo de “capacidade tecnológica”, *i.e.*, de formas diversas foram feitos investimentos em todos os níveis da educação e da pesquisa desde a década de 1840 que puderam capacitar a população para o trabalho com maquinários avançados e para seu desenvolvimento (CHANG, 2004).

Com relação ao desenvolvimento da igualdade na distribuição de renda da Suécia, Bergh (2011) argumenta que tal fenômeno socioeconômico tem suas raízes ainda no século XIX (anteriormente ainda às expansões de seu Estado de bem-estar social nas décadas de 1930 e 1950). Com efeito, entre 1800 e 1970, a renda da classe média aumentou (bem como a porcentagem da população nela), enquanto as rendas das classes baixa e alta diminuíram. Segundo o autor, as causas para tal sucesso no aumento da igualdade socioeconômica se devem a: i. reformas de terra e aumento de caixas econômicas, que possibilitaram a saída da pobreza para os trabalhadores rurais mais pobres; ii. sindicatos e barganha centralizada de salários – até 1970, mais de 80% dos operários e dos “colarinhos brancos” eram sindicalizados; iii. reformas para as escolas primárias (principais em 1842 e 1940), cujo desdobramento foi a repercussão positiva nos rendimentos futuros das crianças mais pobres e negativamente nos das mais ricas; iv. introdução de seguridade social já desde 1891 (seguro saúde); v. aumento de participação feminina no mercado de trabalho – em consequência do crescimento econômico e da consecutiva escassez de mão de obra nas décadas de 1950 e 1960, o que adiantou a introdução feminina em massa no mercado de trabalho antes mesmo do que ocorreu em outros países desenvolvidos. Por fim, outros fatores que auxiliaram na redução da desigualdade socioeconômica foram: impostos altos e progressivos, e regulação do mercado de trabalho.

Em função do desenvolvimento das instituições socioeconômicas suecas ter sido fortemente guiado por seu Estado, faz-se necessário compreender como foi possível a manutenção de um projeto de tão longo prazo. Com efeito, houve uma mudança política significativa em favor dos sociais-democratas com a vitória do partido em 1932 (dentro os noventa anos seguintes, eles deixaram de ocupar o poder por menos de 18 anos) e a celebração do “pacto histórico” (acordo de *Saltsjöbaden*) entre a união sindical e a associação patronal em 1936⁴⁵. Cabe, também, mencionar que o regime de políticas

⁴⁵ Em meio ao fortalecimento dos partidos sociais-democratas nos países nórdicos de forma geral na década de 1930 e que irá promover a segunda fase de expansão das políticas sociais (HILSON, 2008).

instaurado a partir do citado acordo edificou um sistema em que os empregadores financiassem um generoso Estado de bem-estar social e elevados investimentos em troca de reivindicações salariais sindicais moderadas (CHANG, 2004).

Já no período do pós-Segunda Guerra Mundial⁴⁶, em razão do país buscar uma modernização e crescimento de sua estrutura industrial, o sindicato centralizado sueco adotou o Plano *Rehn-Meidner*, que introduziu a política salarial “solidária” – uniformização dos salários em todas as indústrias - além da política de mercado de trabalho ativo. Quanto ao primeiro, efetivamente, o plano consistia em pressionar os setores de baixa remuneração e compensar aqueles bem remunerados, de modo que os últimos conseguissem reter maiores lucros e expandir-se mais rapidamente que o normal. Em complemento ao plano, o Estado sueco implementou uma política de mercado de trabalho ativo, que previa a reciclagem e a realocação da mão de obra dispensada no processo de *upgrading* industrial. Destaca-se que tanto o plano como essa última política vieram de um consenso nacional básico de que era necessário modernizar a indústria do país, mas que ela não ocorreria com os padrões sociais desejados se estivesse entregue às forças do mercado (CHANG, 2004).

A partir da década de 1970, em decorrência das crises e recessão generalizada da época, o crescimento econômico da Suécia passou por séria limitação como já indicado na tabela 3, por ter sido um dos países nórdicos mais atingidos. Efetivamente, o PIB real *per capita* do país cresceu de forma mais lenta *vis à vis* países comparáveis por um período de aproximadamente 25 anos (aprox. 1970-1995), ainda que já fosse um desafio complexo manter o crescimento de qualquer nação que já se encontrasse entre as mais ricas do mundos. Após uma crise ainda nos anos 1990, o país passou a crescer mais rapidamente que a maioria dos países da União Europeia, não obstante seus altos impostos e generoso Estado de bem-estar social⁴⁷.

Bergh (2011) expõe que tal retomada se deveu a: i. alta qualidade institucional encontrada no Estado sueco; ii. reformas com o objetivo de promover a sustentabilidade econômica e política de seu modelo de bem-estar social (inclusas uma reestruturação do

⁴⁶ As décadas de 1950 e 1960, época da terceira fase descrita por Hilson (2008), foram caracterizadas por forte crescimento econômico e consolidação dos Estados de bem-estar social nos países nórdicos.

⁴⁷ Nesse contexto, o então primeiro-ministro Göran Persson utilizou uma metáfora para comparar a Suécia a uma abelha, argumentando que esta possui um corpo excessivamente pesado para suas pequenas asas (de modo que ela não deveria conseguir voar), mas que ela voa. Essa seria a caracterização do país ao conjugar crescimento econômico com altos impostos e um abrangente Estado de bem-estar social (BERGH, 2011).

sistema tributário, aumento dos incentivos ao trabalho, aumento da liberdade de escolha no setor público, via sistemas de *vouchers*, e aumento da concorrência por meio de abertura econômica). Dessa forma, segundo o autor, a economia sueca pôde se beneficiar da abertura, enquanto teve sucesso em se especializar em setores de alto valor agregado.

Em conclusão, pode-se argumentar que a excepcionalidade sueca quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico ocorreu em função de um conjunto de elementos, quais sejam: i. industrialização em moldes muito semelhantes à de seus vizinhos europeus; ii. construção de uma igualdade de renda e, em algum nível, de renda previamente à expansão das políticas sociais nórdicas implementadas a partir do fim do século XX; iii. manutenção do partido social-democrata no poder; iv. grande capacidade de coordenação salarial via acordos feitos por um sindicato centralizado; v. desregulamentação, abertura econômica e manutenção do Estado de bem-estar social nórdico foram as estratégias utilizadas para a retomada do crescimento a partir de meados da década de 1990.

2.5 O caso do Estado de bem-estar social da Dinamarca e seu direcionamento para a felicidade

Em se tratando de felicidade, a dona da maior empresa de brinquedos do mundo (Lego) possui um relativo destaque, mesmo entre os países nórdicos, por ter se posicionado entre os dois primeiros lugares entre as nações mais felizes do mundo basicamente em cada um dos dez anos de publicação do relatório mundial da felicidade desde o seu lançamento em 2012, como apresentado na tabela 8. Contudo, esse mesmo resultado de liderança da Dinamarca também é apresentado há mais de 40 anos nas bases de dados do Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido e da Comissão Europeia de bem-estar e felicidade (RUSSEL, 2016). Por mais que o país enfrente temperaturas significativamente baixas no inverno, a população encontrou formas para se adaptar à situação de forma mais confortável e prazerosa, o que eles denominaram de *hygge*: um termo passível de ser usado como verbo ou adjetivo que traduz a busca por prazeres simples como criar um espaço confortável, acolhedor e até à luz de velas em casa em meio a condições climáticas externas rigorosas (RUSSEL, 2016).

No intuito de compreender a caracterização do Estado de bem-estar social do país, faz-se necessário analisar as sete áreas a seguir: i. o Estado dinamarquês e sua alta qualidade institucional, a confiança mútua com relação aos seus cidadãos, o foco estatal

no bem-estar de seus cidadãos, sua fonte de financiamento e destino de seus recursos para investimentos sociais; ii. o trabalho e a seguridade social; iii. a educação; iv. a saúde; v. a igualdade e os direitos para minorias sociais; vi. as condições de vida para imigrantes; vii. o meio ambiente e a ligação entre investimentos ambientais e bem-estar social.

No tocante ao Estado dinamarquês, deve-se, primeiramente, ressaltar a qualidade de suas instituições. No relatório de 2021, o Índice de Estado de Direito divulgado pelo *World Justice Project*, com sede em Washington, posicionou a Dinamarca em primeiro lugar como detentora do governo mais responsável da União Europeia (WORLD JUSTICE PROJECT, 2022). Além disso, faz-se necessário retomar a informação da tabela 4 sobre os rankings socioeconômicos, políticos e educacional de que o país também liderou em 2021 o índice de percepção de corrupção como país menos corrupto.

De acordo com Klaus Petersen, diretor do Centro de Pesquisa em Bem-Estar Social da Universidade do Sul da Dinamarca, os níveis de confiança social (para com pessoas alheias, o governo e o sistema como um todo) na Dinamarca são historicamente altos. Mais de 70% dos dinamarqueses consideram que a maioria das pessoas é confiável *vis à vis* a uma taxa de 30% para o restante da Europa. Com efeito, entre 1979 e 2009, a porcentagem da população que relatava confiar “na maioria das pessoas” aumentou de 68% para 79%. Esse comportamento se estende desde familiares e amigos, até pessoas desconhecidas no cotidiano, de forma que a cena de pais deixarem carrinhos com seus bebês do lado de fora de cafés e restaurantes seja relativamente comum no país, além deles não terem o hábito de deixar bicicletas (meio de transporte extraordinariamente comum) trancadas (RUSSEL, 2016).

Mesmo quando se trata de políticos, os dinamarqueses conferem uma confiança relativamente positiva, pois eles são vistos como “pessoas normais”, não como celebridades, além de serem razoavelmente acessíveis também – na tabela 4, o país aparece em 5º lugar quanto à confiança no governo (71,6% da população possui essa atitude em 2020, segundo dados da OCDE) (RUSSEL, 2016). Outra razão para a população confiar em seu governo se deve às sólidas instituições democráticas para participação política popular – em 2021, o país ocupou a 6ª posição no índice de democracia do *The Economist*.

Ao investigar o histórico de confiança presente na Dinamarca, Christian Bjørnskov encontrou altos níveis já na década de 1930 (período da segunda fase de expansão das políticas sociais como apresentado por Hilson, 2008), anteriormente à consolidação do Estado de bem-estar social nos países nórdicos no pós-Segunda Guerra

Mundial. Assim, ele argumenta que é o alto grau de confiança que permitiu o desenvolvimento social, não o contrário (RUSSEL, 2016). Klaus Petersen defende que a origem para tal fenômeno esteja em seu histórico luterano e no posterior fortalecimento social-democrata a partir da década de 1930, em que as buscas por cooperação com seus vizinhos se intensificaram no sentido de moldar uma “Política Social Nórdica” – isso auxiliou um movimento para superar a pequenez da Dinamarca com o reforço de um senso de segurança e confiança pela associação com os demais nórdicos (RUSSEL, 2016).

Com respeito ao foco do Estado dinamarquês sobre o bem-estar social de sua população, torna-se relevante apontar que ele não atua somente de forma direta por meio de investimentos sociais, mas também por outras formas. Atualmente, o país é caracterizado como uma sociedade do *design* e esse fenômeno tem suas raízes em planejamento estatal intencional. Diante da crise social enfrentada pelo país no período de entreguerras e do reconhecimento da importância do *design* dos ambientes para o bem-estar⁴⁸ da população, o governo então jovem e socialmente democrático decidiu torná-lo como prioridade para seu plano de reforma de moradias e para os seus espaços públicos. Assim, a atual estética arquitetônica do estilo dinamarquês se sustenta em uma tradição iniciada na década de 1920 por meio da influência da escola alemã Bauhaus (RUSSEL, 2016). Com efeito, Hilson (2008) expõe que - para sociedades que se propunham a se distinguir pela eficiência, racionalidade e higiene - a segunda fase de expansão das políticas sociais buscou representar a modernidade acima de tudo. Tal aspiração se materializou no movimento funcionalista contemporâneo para arquitetura e *design* representado na Exposição de Estocolmo de 1930. Dessa forma, a atenção dada a esse elemento se internalizou na sociedade dinamarquesa desde então, de forma que pesquisas prévias à crise de 2008 a indicavam para o posto de nação com maior gasto *per capita* em mobília do mundo (RUSSEL, 2016).

Quanto à origem do financiamento do Estado de bem-estar social da Dinamarca, ele se baseia principalmente em altos impostos, assim como é observado nos outros países nórdicos. Aliás, os impostos de renda cobrados dos dinamarqueses estão entre os mais altos do mundo (56% para a camada da população que ganha mais). Contudo, eles os pagam com satisfação em razão de terem a certeza de que irão receber um dos melhores

⁴⁸ Pesquisas indicam que olhar para coisas belas pode aumentar a felicidade (via aumento do neurotransmissor denominado dopamina), além de que o próprio *design* de interiores e de mobília proporciona maior conforto e bem-estar para seus utilizadores (RUSSEL, 2016).

sistemas de assistência social do mundo: i. creches, escolas, universidades, médicos, hospitais são ofertados universalmente sem cobranças adicionais; ii. pagamento automático de férias bastante generoso; iii. bom sistema de aposentadoria financiado pelos patrões. Em função da alta taxação e do ideal de igualdade social, sua população fica menos propensa inclusive à adaptação hedônica (ato de se acostumar ao poder de compra dado a própria renda, de modo a sempre querer aumentá-lo e, por conseguinte, querer aumentar a renda *ad infinitum* – ainda que o nível de felicidade ou utilidade sempre volte a mesma média depois de um tempo de habituação a novas rendas mais altas), pois um carro maior ou mais luxuoso, por exemplo, implica basicamente no pagamento de mais impostos para algo (transporte) ofertado com eficiência e qualidade pelo Estado (RUSSEL, 2016).

Já o destino dos recursos públicos é amplamente direcionado para os investimentos sociais. A tabela 7 indica que os gastos da Dinamarca com serviços sociais eram da ordem de 9,7% do PIB em 1950 e 32% em 1972. Já no período de 2017-2019, o país apareceu em 4º lugar como maior investidor social nos dados da OCDE com gastos em 28,3% de seu PIB. Deve-se ressaltar que parte desse volume se destina a subsídios culturais, de forma que: i. os teatros e as óperas são fortemente subsidiados; ii. os ingressos para galerias de arte, espetáculos de dança (clássica e contemporânea) e de ópera, teatro e cinema tenham descontos; iii. a indústria cinematográfica continue tendo forte desenvolvimento sustentado por subvenções e apoios governamentais (RUSSEL, 2016).

Na área do trabalho, segundo o Instituto Nacional de Estatística da Dinamarca, a carga horária semanal média efetiva de trabalho para sua mão de obra é de 34 horas – entre as menores da Europa. De forma pormenorizada, por ano, os trabalhadores têm direito a cinco semanas de férias remuneradas e treze dias de folga por feriados públicos, o que significa que trabalham em média 18,5 dias por mês. Diante desse contexto de horas laborais relativamente menores, os dinamarqueses possuem um termo que sintetiza a sua atitude com relação aos seus trabalhos: *arbejdsglæde*. A palavra advém da junção de *arbejde*, “trabalho”, com *glæde*, “felicidade” que origina algo como “felicidade no trabalho” (termo presente apenas em línguas nórdicas), *i.e.*, para eles, a felicidade com relação as suas carreiras e ambientes de trabalho tem importância fulcral para terem uma boa vida ou para sua satisfação geral com a vida (RUSSEL, 2016).

Com o tempo livre relativamente maior do que o de seus vizinhos europeus, eles passaram a desenvolver diversas atividades (com o apoio do governo), quais sejam: i.

passar mais tempo em família; ii. práticas esportivas, objetivo importante introduzido nas sociedades escandinavas do pós-Segunda Guerra Mundial; iii. *hobbies* diversos organizados por sociedades, pois o governo possui longo histórico de apoio a tais sociedades (via oferecimento de sedes e instalações gratuitas, além de subsídios para aquelas com menos de 25 anos) – há um particular entusiasmo por eles em função de se alinharem aos ideais escandinavos de unidade, harmonia e igualdade, quando promovem a sociabilidade em comunidade e um senso de responsabilidade coletiva (o que reforça a confiança social); iv. trabalho voluntário, uma vez que 53% da população participa de alguma atividade desta natureza (segundo pesquisa do Ministério da Cultura); v. atividades culturais, com forte subsídio como supracitado; vi. viagens (RUSSEL, 2016).

De modo geral, a abordagem dos dinamarqueses quanto a sua vida profissional é orientada por uma busca de equilíbrio entre o trabalho e suas vidas pessoais. É sobre isso que se trata o *arbejdsglæde* e a busca por atividades de lazer anteriormente citadas. Com efeito, em 2020, o país apareceu em segundo lugar do mundo para melhor equilíbrio entre trabalho e vida pessoal (OECD, 2022). Parte da origem para tal fenômeno se encontra na introdução das políticas dinamarquesas no mercado de trabalho e nos benefícios advindos disso (situação semelhante ocorreu nos demais países nórdicos). Fato que se explica em grande medida por uma carência por trabalhadores nos centros urbanos em ascensão na segunda metade do século XX e que irá introduzir as mulheres nórdicas no mercado de trabalho de forma geral muito mais precoce *vis à vis* a suas vizinhas na Europa.

Como apontado na tabela 6 acerca da ocupação de trabalhadores no setor agrícola, o pós-Segunda Guerra foi marcado pela contínua redução da porcentagem da mão de obra agrária, enquanto a indústria passou a ocupar o papel de principal empregadora. Nesse contexto e em adição à urbanização intensa, o governo dinamarquês implementou políticas ativas para suprir o mercado de trabalho com as mulheres. Nesse sentido e para estabelecer um equilíbrio atrativo entre vida pessoal e laboral, o Estado dinamarquês passou a dar prioridade ao cuidado das crianças, de modo que foi feita uma padronização para jornadas de trabalho, creches, licenças-maternidade, licenças-parentais, licenças-paternidade, licenças-paternidade obrigatórias e aprovação de lei para igualdade salarial em 1976. Assim, de 1960 a 1990, 1 milhão de trabalhadores se juntaram à força de trabalho, dos quais 85% eram mulheres (RUSSEL, 2016).

Sobre as licenças supramencionadas, atualmente, as famílias possuem 52 semanas de licença para dividir entre os pais com a chegada de um filho. As mães

costumam utilizar quatro semanas para o período pré-parto e catorze para o pós-parto, o que auxilia no crescimento mais saudável dos bebês e reduz as taxas de depressão pós-parto. Quanto aos homens, em geral, eles tiram quinze dias de licença a partir do nascimento de seus filhos. Já o restante das semanas de licença é organizado entre o casal (RUSSEL, 2016).

Deve-se, também, ressaltar que a seguridade social na Dinamarca oferece ampla liberdade profissional para seus cidadãos. Essa rede de segurança proporciona a possibilidade de que uma mudança de carreira possa ser feita de forma relativamente mais fácil. No caso de um dinamarquês querer trocar de profissão, ele pode pedir demissão e passar a receber, após cinco semanas, os mesmos benefícios daqueles que são efetivamente demitidos - 80 a 90% de seu salário por dois anos, além de que a mudança de emprego não causa nenhum efeito sobre o direito à aposentadoria ou a férias remuneradas. Assim, o modelo usado no mercado de trabalho dinamarquês chamado de “flexiseguro” facilita a demissão por parte das empresas, mas garante que os trabalhadores fiquem amparados pela receita federal até acharem um novo emprego ou ingressar na carreira de sua preferência. Com efeito, 25% da mão de obra do país consegue um novo emprego a cada ano, enquanto que 40% dos desempregados costumam arrumar um novo trabalho em três meses (RUSSEL, 2016).

De acordo com dados da OCDE, a Dinamarca é o membro (entre os 34) que mais investe na formação permanente de sua mão de obra, o que é feito tanto pelo governo, quanto por sindicatos (aproximadamente dois terços da força de trabalho é sindicalizada) e empresas. Assim, os trabalhadores passam por constantes aperfeiçoamentos para um mercado de trabalho (intensivo em itens de alto ou altíssimo valor agregado) em constante transformação (RUSSEL, 2016). Dessa forma, os trabalhadores ficam menos suscetíveis a mudanças laborais abruptas causadas pelas constantes inovações tecnológicas com o advento da quarta revolução industrial.

Por último na área do trabalho, pode-se argumentar que, como a maior parte dos dinamarqueses pertence a um sindicato, os dinamarqueses possuem grande poder de barganha e de defesa para a preservação dos direitos e privilégios já conquistados em caso de algum problema. Assim, esse poder – aliado à abordagem de “felicidade no trabalho”, ao relativo excelente equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, a uma extensa e generosa rede de seguridade social promotora de liberdade profissional, e ao recebimento de capacitação constante redutora de riscos quanto a novas tecnologias – torna a população menos estressada, além de mais motivada profissionalmente e feliz com suas carreiras, o

que por sua vez ajuda a aumentar a produtividade do país (entre as maiores segundo a OCDE) (RUSSEL, 2016).

No tocante à educação, pode-se sintetizar parte do contexto dinamarquês em três níveis de ensino, quais sejam: i. educação pré-escolar; ii. ensino primário e secundário; iii. ensino superior. Quanto ao primeiro item, o Estado oferece um programa de creches e pré-escolas subsidiadas, de modo que os pais só arcam com 25% de seus custos, uma taxa menor se eles tiverem uma renda mais baixa ou conseguem até 100% de subsídio em caso de sua renda ser muito baixa (abaixo de 29 mil dólares por ano, em 2014). Aos 6 anos, as crianças entram na educação primária em escolas públicas (*folkeskole*) e gratuitas, onde são inseridos em turmas com pouco mais de vinte alunos com quem irão conviver provavelmente até o fim do ensino médio. Ato propositalmente planejado no intuito de promover um sentimento de proteção, estabilidade e de confiança para aprenderem sobre os principais pilares da educação dinamarquesa: igualdade e autonomia (RUSSEL, 2016).

Ainda que a educação em escolas públicas (ensino primário e secundário) seja assegurada a todos os jovens dinamarqueses de forma gratuita, o Estado garante a liberdade para os pais de escolherem escolas privadas, ainda que não sejam completamente particulares. Com efeito, o governo subsidia dois terços da mensalidade e institui que elas adotem certas diretrizes básicas do currículo nacional. Já no ensino superior, destaca-se que as universidades não apenas são gratuitas e de alta qualidade (em 2020, o país era o terceiro melhor do mundo em termos de educação superior segundo os dados da rede internacional de universidades denominada Universitas21), como os alunos acima dos 18 anos recebem uma bolsa de estudos de 163 a 1.051 dólares (valores de 2014) a depender de certos quesitos (RUSSEL, 2016).

Na área da saúde, ressalta-se que o país de 5,5 milhões de habitantes possui 49 hospitais públicos com 21.000 leitos, 156 clínicas/hospitais privados menores, 3.500 médicos generalistas em 2.100 clínicas e 250 farmácias (NØHR *et al.*, 2017). Em 2021, o país investia 10,8% de seu PIB na área da saúde, enquanto que possuía 4,3 médicos por 1.000 habitantes em 2019 (OECD, 2022). Nesse quadro, a assistência médica é universal, eficiente e de alta qualidade. Ademais, salienta-se que o país se destaca quanto a sua base de dados computadorizada para a saúde (*sundhed.dk*). Introduzido em 2003 com um custo inicial de 11 milhões de dólares, o sistema utiliza uma identificação da carteira de identidade dinamarquesa para disponibilizar todos os registros médicos por cidadão tanto ao público como para os profissionais da saúde. No referido *site*, o paciente pode escolher

o médico ou enfermeiro de sua preferência, sanar dúvidas de saúde e conseguir receitas repetidas (RUSSEL, 2016).

Sobre a igualdade e os direitos para minorias sociais, deve-se reforçar o fato de que a Dinamarca (bem como os demais países nórdicos) buscar de diversas formas se construir enquanto uma sociedade de unidade, harmonia e igualdade. No campo da igualdade de gênero, o país retrata longo histórico para reduzir as disparidades socioeconômicas entre os gêneros, a ser sintetizado a seguir: i. as mulheres passaram a ser aceitas nas universidades do país em 1875; ii. o sufrágio universal foi alcançado primeiro nos países nórdicos no princípio do século XX; iii. políticas ativas no Estado de bem-estar social para introduzir as mulheres no mercado de trabalho a partir da segunda metade do século XX; iv. as mulheres foram admitidas no Parlamento dinamarquês em 1918; v. no intuito de incentivar o aumento da representação feminina na política, os partidos políticos da Dinamarca, Noruega e Suécia passaram a estabelecer cotas de gênero de modo voluntário na década de 1970 – a estratégia foi tão bem-sucedida que as cotas foram abandonadas⁴⁹; vi. em 2019, o país alcançou o 2º lugar para melhor país com respeito à desigualdade de gênero no relatório da ONU; vii. em 2011, Helle Thorning-Schmidt foi a primeira mulher a exercer o cargo de primeira-ministra (RUSSEL, 2016).

Em se tratando da construção de uma cultura ainda mais igualitária, deve-se ressaltar que a introdução da licença-paternidade (1984) e da licença-paternidade obrigatória (1997) atuaram como um catalisador para a igualdade de gênero à medida que estimularam gerações de pais a criar vínculos afetivos mais rapidamente com seus filhos e a fazê-los aprender/se habituar a fazer atividades domésticas e de cuidado que eram, tradicionalmente, incumbidas às mães. Ademais, o Estado oferece um subsídios universal (independente de renda) às mães com filhos menores de 18 anos para auxiliar no seu cuidado, que também se estende para pais solteiros e a filhos de viúvos(as) (RUSSEL, 2016).

Como ilustração de um caso semelhante e relativamente mais antigo, a Noruega estabeleceu a licença-paternidade obrigatória em 1993 e atualmente os pais do país contam com catorze semanas de licença. As estatísticas nacionais indicam que 90% deles a utilizam e que 15% escolhem trabalhar em um período reduzido na semana seguinte à

⁴⁹ Com efeito, de acordo com IPU Parline (2022), em 1970, os cinco países nórdicos tinham uma porcentagem média de representação feminina parlamentar de 10,4%, enquanto que em 2022 a porcentagem aumentou para 44,8% – relativamente muito alta quando comparada com EUA 28,6%, Canada 30,5%, Reino Unido 34,7%, Alemanha 34,9%, Itália 36,4%, Brasil 14,81%.

licença. Em razão disso, meninos nascidos depois de 1993 passaram a desempenhar tarefas domésticas independentemente de como eram distribuídas por gênero tradicionalmente *vis à vis* a aqueles nascidos anteriormente. Já na Suécia que introduziu a licença em 1995, os pais têm o direito a dois meses com o recebimento de 80% do salário (RUSSEL, 2016).

Quanto aos direitos para minorias, o país tem um histórico marcadamente progressista. Destaca-se, primeiramente, que a Dinamarca foi o primeiro país europeu a abolir a escravidão em 1803. De modo panorâmico, pode-se citar que, em 1929, ela foi o primeiro europeu a permitir a mudança de sexo sem esterilização e o primeiro país do mundo a legalizar a união civil entre casais do mesmo sexo em 1989. Assim, de forma geral, a partir da introdução de legislações que expandam a liberdade pessoal para que os cidadãos possam ser e se casar com quem queiram, os dinamarqueses tiveram e têm grande esforço para construir uma sociedade que seja reconhecidamente tolerante, igualitária e feliz (RUSSEL, 2016).

No que se refere às condições de vida para imigrantes, faz-se necessário compreender, primeiramente, que o país teve um aumento de 500% do número de trabalhadores imigrantes altamente qualificados introduzidos na economia dinamarquesa marcada por estável crescimento. Esse acréscimo contribui significativamente não apenas para a competitividade do mercado de trabalho dinamarquês, mas também para os cofres públicos à medida que eles chegam em idade ativa, saudáveis e com o pagamento de altos impostos. Para melhor acolher os imigrantes, o Estado subsidia integralmente o oferecimento de aulas de Dinamarquês por até três anos a todos os recém-chegados⁵⁰. Uma vez instalados legalmente, eles passam a receber os mesmos benefícios e a usufruir das mesmas instituições das pessoas nativas. Nesse contexto, em 2011, Manu Sareen se tornou o primeiro imigrante a se tornar ministro (enquanto Ministro para a Igualdade de Gênero do Estado, Ministro para a Cooperação Nórdica e Ministro de Assuntos Eclesiásticos) a ter pele escura, uma vez que ele mesmo tenha sido imigrado da Índia para a Dinamarca com seus pais aos três anos de idade (RUSSEL, 2016).

Por fim, quanto à abordagem da Dinamarca para com o meio ambiente e a ligação entre investimentos ambientais e bem-estar social, deve-se mencionar que ela se tornou o primeiro país do mundo a instaurar um Ministério do Meio Ambiente em 1971.

⁵⁰ Em 1973, a Suécia implementou uma política de mercado de trabalho para estabelecer a responsabilidade dos empregadores para permitir uma redução de carga horária de trabalho para os imigrantes poderem aprender o Sueco, bem como pagar pelos cursos (BERGH, 2011).

Desde então, houve um desenvolvimento legislativo no intuito de reduzir os impactos de origem econômica que não apenas causavam danos ambientais, mas, sobretudo, danos à saúde e ao bem-estar dos dinamarqueses, *i.e.*, externalidades ambientais negativas. Nesse sentido, o resultado de tal movimento é que atualmente: i. 30% da energia elétrica do país é eólica – o próprio sistema de aquecimento das casas se baseia significativamente em energia eólica e solar; ii. a Dinamarca aparece entre as nações mais “amigáveis para o clima” no Indicador de Performance de Mudanças Climáticas da ONU; iii. o país mantém sérias metas e conquistas no campo de redução de emissões de gases do efeito estufa e no campo da reciclagem (com efeito, até 2050, o país pretende ter as condições para reutilizar ou reciclar basicamente todo o seu lixo produzido); iv. os dinamarqueses possuem 12 mil quilômetros de ciclovias, de modo que metade da força de trabalho utiliza bicicletas para se transportar para o trabalho⁵¹ (RUSSEL, 2016).

Dessa forma, ao se analisar o caso do Estado de bem-estar social da Dinamarca e seu direcionamento para o bem-estar e a felicidade de seus habitantes por meio das sete áreas selecionadas, depreende-se em síntese que: i. existe um aparato de instituições de bem-estar social extenso, abrangente e de alta qualidade; ii. a alta confiança dos dinamarqueses se refere a amigos, familiares, pessoas alheias, instituições e mesmo a seus políticos, além do fato que foi um importante elemento inclusive para a criação de seu Estado de bem-estar social; iii. o investimento estatal para o bem-estar é antigo e multifacetado, de modo que não ocorre somente via gastos sociais, mas inclusive por meio da introdução da cultura do uso de *design* e arquitetura de alto nível, e fortes subsídios a setores culturais; iv. a fonte de financiamento desse modelo advém majoritariamente de alta tributação, que por sua vez é paga com satisfação pelos cidadãos em função de conhecerem os resultados de alta qualidade entregues pelo Estado; v. um conjunto de fatores relacionados ao trabalho e à seguridade social - abordagem de “felicidade no trabalho”, relativo excelente equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, extensa e generosa rede de seguridade social promotora de liberdade profissional, recebimento de capacitação constante redutora de riscos quanto a novas tecnologias, e forte poder de barganha sindical – torna os dinamarqueses menos estressados, e mais motivados profissionalmente, produtivos e felizes; vi. a educação pública ofertada é de

⁵¹ Em função de políticas públicas ativas de promoção ao ciclismo, o país economiza dezenas de milhões de dólares anualmente (34 milhões de dólares em 2014 segundo a *Forbes*), além, por um lado, de evitar poluição do ar, engarrafamento e acidentes, e, por outro, de melhorar a saúde física e mental, e reduzir custos do sistema de saúde (RUSSEL, 2016).

alta qualidade e universal, além de serem ofertadas opções privadas com subsídio e bolsas de estudos também universais; vii. a assistência médica é universal, eficiente e de alta qualidade, a qual é fortalecida por um sistema de banco de dados aberto ao público e aos profissionais da área; viii. o país apresenta longa trajetória no campo da igualdade, seja de gênero, seja para condições de liberdade pessoal quanto a questões de sexo, orientação sexual e casamento; ix. a Dinamarca possui, de forma geral, um relativo bom acolhimento a imigrantes, de modo que possam desfrutar de seus benefícios sociais e de infraestrutura para se desenvolver profissionalmente; x. a trajetória dinamarquesa de investimentos ambientais é longa e está intimamente atrelada aos seus cuidados para o bem-estar social.

2.6 Excepcionalidade nórdica no Relatório Mundial da Felicidade e em outros indicadores

Em se tratando especificamente das informações fornecidas pelo WHR, algumas particularidades podem ser observadas. A partir da tabela abaixo, observa-se que desde o início da publicação do Relatório Mundial da Felicidade em 2013, cinco países sempre estiveram basicamente entre os 10 melhor classificados no ranking mundial da felicidade, são eles os países nórdicos: Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia. Além disso, os primeiros três lugares dos rankings de 2012, 2017, 2018, 2019 e 2022 foram ocupados por países nórdicos, *i.e.*, em metade dos relatórios. Nas edições de 2020 e de 2021, eles ocuparam as duas primeiras posições, enquanto a Suíça assumiu o terceiro lugar em ambos (WHR 2022).

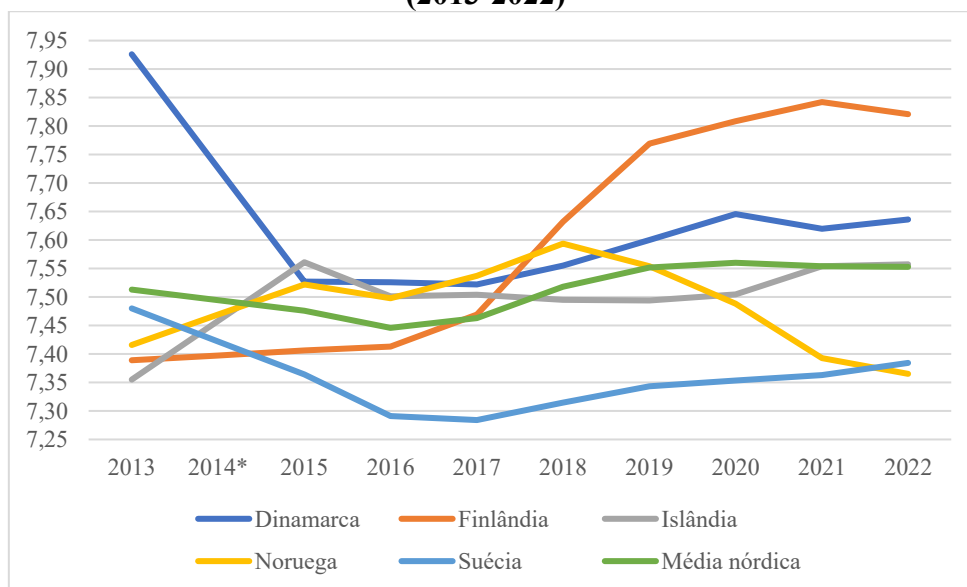
Tabela 8: excepcionalidade nórdica no Relatório Mundial da Felicidade

Ano/País	Dinamarca	Finlândia	Islândia	Noruega	Suécia
2012	1º	2º	20º	3º	7º
2013	1º	7º	9º	2º	5º
2015	3º	6º	2º	4º	8º
2016	1º	5º	3º	4º	10º
2017	2º	5º	3º	1º	10º
2018	3º	1º	4º	2º	9º
2019	2º	1º	4º	3º	7º
2020	2º	1º	4º	5º	7º
2021	2º	1º	4º	4º	7º
2022	2º	1º	3º	8º	7º

Fonte: elaboração própria com base nos dados de World Happiness Report (2022).

* Os rankings apresentados nos relatórios dizem respeito à média feita a partir dos dados da *Gallup World Poll* dos três anos anteriores (exceção ao primeiro de 2012). A publicação de 2012 se refere ao período 2005-2011 (os dados da instituição começam em 2005), de 2013 a 2010-2012, de 2015 a 2012-2014, de 2016 a 2013-2015, de 2017 a 2014-2016, de 2018 a 2015-2017, de 2019 a 2016-2018, de 2020 a 2017-2019, de 2021 a 2018-2020, de 2022 a 2019-2021.

Gráfico 2: evolução do indicador de felicidade para os países nórdicos (2013-2022)



Fonte: elaboração própria com dados do World Happiness Report (2022).

O ano inicial de 2012 não foi adicionado em função do portal do relatório não disponibilizar os dados do primeiro relatório.

* No ano de 2014, não houve publicação do relatório e, em razão disso, optou-se por calcular a média entre os valores do relatório de 2013 e os valores do relatório de 2015.

O gráfico 2 aponta a evolução do indicador de felicidade para os países nórdicos em basicamente todas as edições publicadas do relatório mundial da felicidade (2013-2022). Faz-se necessário retomar que, nesse relatório, os valores apresentados para a felicidade (satisfação geral com a vida) de cada país correspondem à média nacional para a seguinte questão:

“Por favor, imagine uma escada, com degraus numerados de 0 na parte inferior a 10 na parte superior. O topo da escada representa a melhor vida possível para você e a parte inferior da escada representa a pior vida possível para você. Em qual degrau da escada você diria que pessoalmente se sente estar neste momento?”⁵² (WHR, 2022).

⁵² Tradução própria do trecho do apêndice do relatório de 2022: “Please imagine a ladder, with steps numbered from 0 at the bottom to 10 at the top. The top of the ladder represents the best possible life for you and the bottom of the ladder represents the worst possible life for you. On which step of the ladder would you say you personally feel you stand at this time?”

De forma geral, primeiramente, observa-se que a média nórdica passou por uma tendência de aumento no período, em que o primeiro valor de 7,51 aumentou para 7,55. No caso da Dinamarca, país com o maior valor da série (7,93 em 2013), seu índice se reduziu acentuadamente de 2013 a 2015, mas voltou a crescer de 2016 a 2022 de modo a proporcioná-la recorrentemente o segundo lugar. Já a Finlândia se destaca por ser o único país a ter uma trajetória basicamente ascendente (e acentuada), de forma a garantir o primeiro lugar desde 2018. Para a Islândia, seus valores tenderam a se manter estáveis entre 7,50 e 7,56 de 2015 a 2022. Já o caso norueguês apresentou ascensão de 2013 a 2018 para então entrar em descenso. De forma contrária, a Suécia passou por queda de 2013 a 2017, enquanto ascendeu lentamente nos anos seguintes.

Posto isso, parte da compreensão para tal excepcionalidade no campo da felicidade se deve a um desempenho igualmente extraordinário em diversos rankings nas áreas econômica, política, social e educacional. Dessa forma, a partir da tabela 9 com os dados mais recentes disponíveis, alisar-se-á as posições desses países em 12 rankings incluídos em algumas das categorias elencadas na revisão da literatura e que possuem influência na felicidade, nomeadamente:

- i. econômica (PIB – Banco Mundial – 2020 ou valor mais recente; PIB *per capita* – Banco Mundial – 2020; salário médio anual – OCDE – 2020; Gini – Banco Mundial – 2016-2021; gastos públicos sociais como porcentagem do PIB ou GPS – OCDE – 2017-2019);
- ii. política (índice de democracia ou ID – OCDE – 2021; confiança no governo – OCDE – 2020; índice de percepção de corrupção ou IPC – *Transparency International* -2021);
- iii. social (IDH – ONU – 2019; índice global de paz ou IGP - *Institute for Economics and Peace* – 2022; índice de desigualdade de gênero ou IDG – ONU - 2019);
- iv. educacional (Sistemas Nacionais de Educação Superior ou Educação Superior – *Universitas21* – 2020).

Tabela 9: países nórdicos em rankings socioeconômicos, políticos e educacional

Indicador/País	Dinamarca	Finlândia	Islândia	Noruega	Suécia
PIB	35°	42°	110°	32°	22°
PIB <i>per capita</i>	13°	22°	19°	11°	17°
Salário médio anual	6°	16°	2°	7°	15°
Gini	13°	11°	9°	12°	21°
GPS	4°	2°	25°	9°	8°
ID	6°	3°	5°	1°	4°

Confiança no governo	5º	3º	12º	2º	6º
IPC	1º	1º	13º	4º	4º
IDH	10º	11º	4º	1º	7º
IGP	4º	14º	1º	17º	26º
IDG	2º	7º	9º	6º	3º
Educação Superior	3º	8º	-	11º	5º

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Banco Mundial (2022), OCDE (2022), The Economist (2022), Transparency International (2022), ONU (2022), Institute for Economics and Peace (2022), Universitas21 (2022).

Com relação aos rankings de caráter econômico, observa-se que as nações nórdicas possuem alguma diferença no tocante as suas posições referentes a PIB. Primeiramente, aparece a Suécia em 22º muito em função de sua maior população e área, depois Noruega em 32º com o seu diferencial de ser exportador de petróleo e gás, então seguem Dinamarca e Finlândia em 35º e 42º, enquanto, por fim, a Islândia se situa em 110º por sua pequena população e menor ainda área produtiva. Não obstante tais classificações em termos totais, todos os cinco se encontram entre os 25 países de maior PIB *per capita* do mundo. Esse dado indica, ainda, que a produtividade individual é relativamente maior em comparação com muitos países de maior PIB total, de modo que cada trabalhador deles consegue produzir um volume anual de bens e serviços substancialmente superior. Com relação a tal disparidade, parte da explicação possivelmente se sustenta em semelhante desproporção em indicadores relacionados à educação.

O ranking de salários médios anuais aparentemente é consoante com a hipótese de alta produtividade dos nórdicos, uma vez que eles fazem parte dos maiores recebedores de salário. Destacam-se a Islândia, a Noruega e a Dinamarca por estarem dentro dos 6 maiores salários do mundo. Com respeito ao Gini, observa-se que os cinco países estão entre as nações com melhor distribuição. Quanto aos GPS, com exceção à Islândia em 25º, todos os demais conseguiram se classificar entre os 10 maiores investidores sociais. Salienta-se, ainda, o fato da Finlândia e da Dinamarca terem obtido, respectivamente, os 2º e 4º lugar.

No tocante às classificações na categoria política, os 5 países nórdicos apresentaram posições bastante altas. Não apenas ficaram entre as 15 melhores posições em todos os três indicadores, mas ocuparam o pódio nos três rankings: i) no ID, a Noruega ficou em 1º lugar e Finlândia em 3º; ii) quanto à confiança no governo, a Noruega esteve em 2º e a Finlândia em 3º; iii) a Dinamarca e Finlândia ficaram na 1ª posição com relação à percepção de corrupção.

A categoria social apresentou o quinteto nórdico basicamente entre os 20 mais bem classificados. Noruega, Islândia, Suécia e Dinamarca estão entre os 10 países de maior desenvolvimento humano do mundo. A Islândia e a Dinamarca ocuparam as posições 1 e 4 de países mais pacíficos do mundo, enquanto todo o quinteto apareceu entre os 10 países com menor desigualdade de gênero. Por último, na parte educacional, os dados disponíveis indicam que Dinamarca, Suécia e Finlândia estão entre os 10 países de melhor Educação Superior, enquanto a Noruega aparece em 11º.

Dessa forma, a tabela 9 permitiu demonstrar que os países nórdicos possuem um conjunto de excelentes posições em rankings socioeconômicos, políticos e educacionais que podem auxiliar a fundamentação de sua excepcionalidade quanto as suas colocações em termos de felicidade. Dentre as 12 classificações analisadas, em 9 delas ao menos 1 país nórdico esteve entre as 3 primeiras posições, enquanto em 4 delas havia pelo menos 2 deles. Tais resultados foram ao encontro das conclusões de Martela *et alii* (2020), cuja análise demonstrou um ciclo virtuoso de retroalimentação entre diversos bons indicadores sociais, institucionais e culturais para o quinteto nórdico.

Tabela 10: países nórdicos em indicadores socioeconômicos, políticos e educacional

Indicador/País	Dinamarca	Finlândia	Islândia	Noruega	Suécia	Média
Salário médio anual	58.430	46.230	67.488	55.780	47.020	54.990
Gini ¹	27,7	27,7	26,1	27,7	29,3	27,7
Médicos	4,2	3,2	3,9	5,1	4,3	4,1
GPS	28,3	29,1	17,4	25,3	25,5	25,1
Investimento em saúde	10,6	9,6	9,8	11,3	11,4	10,5
Investimento em educação	7,8	6,3	7,6	7,6	7,6	7,4
TOFPG	28,2	36,5	37,6	33,5	43	35,8
TOFPP	39,7	45,5	47,6	45	46,1	44,8
Confiança no governo	71,6	80,9	59,2	82,9	67,1	72,3

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Banco Mundial (2022), ILO (2022), OCDE (2022) e IPU Parline (2022).

¹ O Índice de Gini se apresenta tradicionalmente em uma escala de 0 a 1 (0 sendo a completa igualdade de renda e 1 a completa desigualdade de renda), mas a base de dados do Banco Mundial apresenta os dados em uma escala de 0 a 100.

Em consonância com a tabela anterior, a tabela 10 permite uma investigação mais aprofundada sobre 9 aspectos socioeconômicos, institucionais e políticos que

possam contribuir em parte para a sustentação de um ciclo virtuoso que engendre altas posições no ranking de felicidade no caso dos países nórdicos: i. salário médio anual em dólares⁵³ (OCDE – 2020); ii. Gini (Banco Mundial – 2016-2021); iii. médicos ou quantidade de médicos por 1.000 (OCDE – 2014-2021); iv. GPS⁵⁴ (OCDE – 2017-2019); iii. investimento em saúde anual como proporção do PIB (Banco Mundial – 2017-2020); iv. investimento em educação como proporção do PIB (Banco Mundial – 2018-2020); v. taxa de ocupação feminina em posições de gestão ou TOFPG (ILO – 2021); vi. TOFPP (Taxa de ocupação feminina em postos parlamentares – IPU Parline – 2022); vii. confiança no governo em porcentagem da população (OCDE – 2020).

Em primeiro lugar, observa-se que o salário médio anual dos países nórdicos é de US\$54.990. Neste indicador, apresenta-se uma considerável diferença entre o maior salário de US\$67.488 (Islândia) e o menor US\$46.230 (Finlândia). Já o índice de Gini, de modo análogo as colocações em seu ranking na tabela 9, do quinteto nórdico demonstra boa distribuição de renda, em razão de todos eles terem conseguido marcas inferiores a 30. Quanto à disponibilidade de médicos, a média dos países se situa em 4,1 por 1.000 habitantes. No tocante ao GPS, os dados indicaram uma média de 25,1%, basicamente um quarto, de gastos sociais como proporção ao PIB e uma diferença de mais de 10 pontos percentuais entre a maior (29,1% na Finlândia) e a menor (17,4% na Islândia) porcentagem. Ainda na área da saúde, a média indica que eles investem 10,5% de seu PIB para ela. No tocante à formação de seus cidadãos, o investimento médio em educação é de 7,4% do PIB, enquanto a Finlândia investe menos de 1 ponto percentual por 1.000 *vis* à *vis* aos seus pares – o mesmo país também teve o menor investimento em saúde.

Com relação à questão de gênero no trabalho, a TOFPG média foi de 35,8%. Neste indicador, houve uma razoável disparidade entre o valor superior da Suécia com 43% e o valor inferior da Dinamarca com 28,2% para a ocupação feminina em cargos de gestão. Resultado semelhante, ainda que mais brando, é encontrado com relação à TOFPP

⁵³ Indicador mensurado em preços constantes em dólares usando o ano-base de 2016 e a Paridade de Poder de Compra para consumo privado no mesmo ano (OECD, 2022).

⁵⁴ “Os gastos sociais incluem prestações pecuniárias, fornecimento direto em espécie de bens e serviços e isenções fiscais com fins sociais. Os benefícios podem ser direcionados a famílias de baixa renda, idosos, deficientes, doentes, desempregados ou jovens. Para serem considerados "sociais", os programas têm de envolver ou a redistribuição de recursos entre as famílias ou a participação obrigatória. Os benefícios sociais são classificados como públicos quando as administrações públicas (ou seja, governos centrais, estaduais e locais, incluindo fundos de previdência social) controlam os fluxos financeiros relevantes. Todas as prestações sociais não concedidas pelas administrações públicas são consideradas privadas. Transferências privadas entre famílias não são consideradas "sociais" e não estão incluídas aqui. Também são incluídos os efeitos do sistema tributário por tributação direta e indireta e por benefícios fiscais para fins sociais” (tradução própria) (OECD,2022).

em que a Dinamarca aparece com a menor porcentagem de representação feminina no grupo, enquanto a média fica relativamente próxima aos 50%.

Por último, no tocante à confiança dos cidadãos em seu governo, observa-se a tendência de os países nórdicos possuírem mais da metade de sua população confiante em seus governos. Sua média chegou a 72,3% - possível reflexo do quinteto nórdico se encontrar entre os 13 países com mais baixa percepção de corrupção de acordo com a tabela anterior. Com a maior porcentagem, a Noruega chegou a 82,9%, enquanto a Islândia representou a mais baixa, 59,2%.

Dessa forma, os dados da tabela 10 indicam que os 9 aspectos socioeconômicos, institucionais e políticos analisados oferecem certa ilustração do investimento multidimensional feito pelo Estados de bem-estar social nórdicos que possa favorecer em parte a sustentação de um ciclo virtuoso que engendre altas posições no ranking de felicidade no caso do quinteto nórdico. Em meio aos indicadores investigados, três deles se sobressaem, são eles: i. os GPS, em razão dos países nórdicos aplicarem em média mais de um quarto de seu PIB em investimentos sociais; ii. a TOFPP, por indicar a aproximação do quinteto à completa igualdade de gênero na representação em seus parlamentos; iii. a confiança no governo, em função da média dos cidadãos nórdicos que confiam em seus governos superar os 72%.

Neste contexto, ao fim desta subseção, apresenta-se um quadro que expresse o esforço de sintetizar concretamente as instituições nórdicas de bem-estar social encontradas nos casos apresentados sobre a Suécia e a Dinamarca e ilustrativas do investimento multidimensional supracitado, as quais se subdividem nas categorias: i. Estado; ii. Trabalho e seguridade social; iii. Educação; iv. Saúde; v. Igualdade; vi. Imigrantes; vii. Família; viii. Meio-ambiente; ix. Bem-estar geral.

Quadro 2: Resumo de instituições nórdicas de bem-estar social para auxiliar outros países a tomarem um caminho semelhante ao nórdico

Categoria	Instituições do Estado de bem-estar social nórdico
Estado (qualidade institucional, confiança, financiamento)	Medidas anticorrupção: liberdade de imprensa, fim de privilégios políticos, introdução de burocracia weberiana no setor público (empregos para servidores públicos com salários fixados e acesso via processos seletivos meritocráticos - não por privilégios/indicação) e alta fiscalização dos poderes.

	Características buscadas: previsibilidade, racionalidade e transparência nas decisões do Estado.
	Financiamento principalmente via alta tributação em geral (com alta progressividade) e não por encargos e contribuições trabalhistas.
Trabalho e seguridade social (equilíbrio entre trabalho e vida pessoal)	Uso de sindicatos e associações patronais fortes e centralizadas para coordenação/negociação salarial.
	Uso de políticas de mercado de trabalho ativo para a formação permanente da mão de obra e a realocação da mão de obra dispensada no processo de modernização constante da economia.
	Férias com pagamento automático e bastante generoso.
	Bom sistema de aposentadoria financiado pelos patrões.
	Carga horária semanal média efetiva de trabalho para sua mão de obra de 34 horas.
	Oferecimento de ampla liberdade de mudança de carreira para seus cidadãos e modelo “flexiseguro”: benefícios de desemprego que proporcionem uma situação em que uma mudança de emprego não cause nenhum efeito sobre o direito à aposentadoria ou a férias remuneradas; facilita a demissão por parte das empresas, mas garante amparo aos trabalhadores até seu novo emprego.
Educação	Investimento em educação para acúmulo de “capacidade tecnológica”.
	Apoio estatal direto para incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias.
	Investimento na formação permanente de sua mão de obra, o que é feito tanto pelo governo, quanto por sindicatos e empresas.
	Creches, escolas e universidades são ofertadas universalmente sem cobranças adicionais (ou subsidiadas).
	Bolsa de estudos universal para estudantes universitários.
Saúde	Alto investimento em saúde, bem como para a disponibilidade de médicos por 1.000 habitantes.
	Médicos e hospitais são ofertados universalmente sem cobranças adicionais (ou subsidiadas).
	Uso de base de dados computadorizada, eficiente e transparente para a saúde (aberta ao público e aos profissionais da área).
Igualdade	Reforma agrária.
	Foco no melhoramento para a distribuição de renda.
	Uso de cotas de gênero nos partidos políticos.
	Legislação para a garantia de liberdades individuais para que os cidadãos possam ter o gênero que queiram e se casarem com quem queiram.
Imigrantes	Extensão do acesso a toda as instituições de bem-estar social para imigrantes.
	Subsídio para aulas do idioma nacional para imigrantes.
Família	Oferta de benefícios para o custeio de despesas com filhos;
	Oferta de licença maternidade, paternidade (inclusa uma cota-obrigatória) e parental remuneradas e extensas.
Meio-ambiente	Altos investimentos e legislação de proteção ambiental para a mitigação de externalidades ambientais negativas.
Bem-estar geral	Investimento em design em construções públicas para o aumento do bem-estar.
	Uso de subsídios para atividades culturais a nível de produção, distribuição e para a venda de ingressos.

Fontes: elaboração própria.

Capítulo III - Estimações e interpretação dos resultados

“O que sabemos é uma gota o que ignoramos é um oceano”

(Isaac Newton)

O presente capítulo tem por objetivo investigar os determinantes da felicidade para uma amostra de países, sobretudo, as variáveis ligadas ao Estado de bem-estar social, no intuito de melhor compreender a excepcionalidade nórdica já tratada no capítulo anterior e seu possível papel na obtenção das primeiras posições no ranking do Relatório Mundial da Felicidade para os cinco países. Neste sentido, serão utilizadas variáveis já apresentadas e associadas aos condicionantes sintetizados na revisão da literatura sobre a Economia da Felicidade, as quais possuam importante potencial determinante para a felicidade. Assim, para o ano de 2017, poder-se-á conduzir análises de estatísticas descritivas, testes estatísticos e metodologia econométrica referente a Modelos de Regressão Linear Múltipla com Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) referenciada na revisão da literatura. Neste sentido, o capítulo divide-se em duas seções: 3.1 metodologia e estratégia empírica; 3.2 análise e interpretação dos resultados.

3.1 Metodologia e estratégia empírica

Apresentação dos dados e da amostra

As bases de dados selecionadas foram: i. Relatório Mundial da Felicidade para a variável de Felicidade (Fel); ii. OCDE para PIB *per capita* (PIBpc), Desemprego (Des), Gini (Gin), Gastos Públicos Sociais como Porcentagem do PIB (GPS), Investimento em Saúde (ISau), Investimento em Educação (IEdu); iii. *The Economist* para o Índice de Democracia (IDem); iv. *Transparency International* para o Índice de Percepção de Corrupção (IPC); v. Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum*) para o Índice de Paridade de Gênero⁵⁵ (IPGen); v. *Institute for Economics and Peace* para o Índice Global da Paz (IGP); vi. Banco Mundial para a complementação de dados referentes ao Gini e ao desemprego de certos países⁵⁶.

⁵⁵ O relatório original em Inglês do Fórum Econômico Mundial, sediado na Suíça, chama-se *Global Gender Gap Report*. A opção de tradução por Índice de Paridade de Gênero foi feita em função dele pontuar os países em uma escala de 0 (desigualdade) a 1 (paridade), de modo que o ranking apresentado seja decrescente em valor, *i.e.*, dos países com a maior paridade de gênero para aqueles com a menor paridade.

⁵⁶ Dados muito próximos aos encontrados na base de dados da OCDE.

Uma vez selecionada a base estatística da OCDE como principal referência em função de suas variáveis relacionadas ao Estado de bem-estar social, o ano de 2017 foi escolhido por se tratar do mais recente com dados disponíveis para toda a amostra de países do portal virtual. Dessa forma, as variáveis utilizadas para as análises estatísticas e econométricas e o sinal esperado, com base na literatura da Economia da Felicidade, para seus coeficientes são descritas no quadro abaixo. Cabe, também, ressaltar que elas se subdividem em cinco grupos: i. econômicas (PIBpc, Des e Gin); ii. relacionadas diretamente ao Estado de bem-estar social nórdico (GPS, ISau e IEdu); iii. políticas (ID e IPC); iv. social (IPGen); v. ambiental-social (IGP).

Quadro 3: Variáveis para a análise estatística e econométrica

Variável	Descrição	Sinal Esperado
Fel	Média dos níveis de satisfação subjetiva geral com a vida reportados no país, medida em escala de 1 a 10.	- (variável dependente)
PIBpc	PIB <i>per capita</i> a preços correntes em dólares estadunidenses (paridade do poder de compra).	Positivo
Des	Taxa de desemprego medida com base na população economicamente ativa/força de trabalho.	Negativo
Gin	Coefficiente de Gini em uma escala de 0 a 1, onde 0 significa a completa igualdade de renda e 1 a completa desigualdade de renda.	Negativo
GPS	Gastos Públicos Sociais como porcentagem do PIB. São incluídas prestações pecuniárias, fornecimento direto de bens e serviços, benefícios fiscais com fins sociais e efeitos de tributação direta e indireta (não inclusos investimento em saúde e educação).	Positivo
ISau	Investimento governamental em saúde anual como proporção do PIB. São incluídos os gastos públicos e seguro de saúde obrigatório.	Positivo
IEdu	Investimento governamental em educação anual como proporção do PIB no ensino primário ao terciário. São incluídos gastos públicos diretos em instituições educacionais e subsídios públicos relacionados à educação concedidos às famílias e administrados por instituições educacionais.	Positivo
ID	Índice de democracia medido em uma escala de 0 a 10. Constituído pela média de 60 indicadores (em escala de 0 a 10) agrupados em cinco categorias: i. processo eleitoral e pluralismo; ii. liberdades civis; iii. funcionamento do governo; iv. participação política; v. cultura política.	Positivo

IPC	Índice de Percepção da Corrupção medido em uma escala de 0 a 100, onde 0 representa uma percepção de alta corrupção no governo e 100 de ausência de corrupção. O índice é resultado da consulta a especialistas e pesquisas de opinião.	Positivo
IPGen	Índice de Paridade de Gênero medido em uma escala de 0 (completa desigualdade de gênero) a 1 (completa paridade de gênero). O mesmo se baseia em 4 dimensões de análise presentes em questionários realizados com a população: i. saúde e sobrevivência; ii. participação e oportunidade econômica; iii. realização educacional; iv. empoderamento político.	Positivo
IGP	Índice Global da Paz medido em uma escala de 1 (completamente pacífico) a 5 (completamente não pacífico). Ele abrange 23 indicadores para a ausência de violência ou medo de violência divididos em três dimensões: i. conflitos domésticos e internacionais em curso; ii. segurança social; iii. militarização.	Negativo

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2022), Happiness Report (2022), Institute for Economics na Peace (2022), OECD (2022), The Economist (2022), Transparency International (2022), World Economic Forum (2022).

A partir das variáveis elencadas no quadro supracitado, construiu-se a tabela de dados completos para 45 países em 2017⁵⁷, sendo que os países advêm de seis grupos⁵⁸:

- i. Grupo 1 para países nórdicos: Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia;
- ii. Grupo 2 para países asiáticos: China, Coreia do Sul, Japão, Índia, Israel, Turquia;
- iii. Grupo 3 para Canadá e Estados Unidos: Canadá, Estados Unidos;
- iv. Grupo 4: para países europeus: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Rússia e Suíça;
- v. Grupo 5 para países latinos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México;
- vi. Grupo 6 para países oceânicos: Austrália, Nova Zelândia.

Cabe ressaltar que, uma vez escolhida a base de dados da OCDE como principal, a amostra de 45 países foi basicamente composta por aqueles disponíveis nela - acrescidos

⁵⁷ Vide Apêndice A.

⁵⁸ Para estimações estatísticas posteriores, haverá mais um grupo 7 para “mundo”, *i.e.*, para todos os 45 países da amostra.

de alguns poucos que estavam disponíveis na maioria das variáveis elencadas para análise, para os quais adotou-se a estratégia de utilizar dados com a menor defasagem possível, o uso de média de anos próximos ou do agrupamento continental, ou ainda buscou-se dados muito semelhantes na base estatística do Banco Mundial (Gini e taxa de desemprego).

Já quanto à ausência do grupo de países africanos, infelizmente, ele não pode ser incluído na amostra, pois, com exceção à África do Sul, nenhum deles estava presente nas amostras de pelo menos 7 das 10 variáveis de possíveis condicionantes da felicidade. Com respeito à África do Sul, optou-se por retirá-la em função dela não ter mais países de seu continente que pudessem prover uma média continental e auxiliar no preenchimento das variáveis que faltavam para ela, além de que não seria possível realizar os testes de média com uma série de apenas um país.

Ademais, deve-se mencionar que o Índice de Desigualdade de Gênero da ONU utilizado em tabelas anteriores não foi selecionado para entrar no conjunto de possíveis variáveis explicativas da felicidade em razão da base de dados da ONU disponibilizar apenas seu índice mais recente (de 2019). Contudo, como tanto a literatura sobre a Economia da Felicidade quanto o capítulo II ressaltaram a importância da questão de gênero para a felicidade e para o modelo de Estado de bem-estar social nórdico, fez-se necessário encontrar outro indicador em substituição ao IDG, nomeadamente: o Índice Global de Paridade de Gênero elaborado pelo Fórum Econômico Mundial e com dados disponíveis para o ano de 2017.

Metodologia e modelo de regressão

Neste capítulo, para possibilitar as análises econométricas, adotou-se o procedimento de regressão linear múltipla por MQO, realizado pelo *software* Excel e conforme a seção de revisão da literatura aplicada - Campetti e Alves (2015). Posto isso, deve-se mencionar que o método de MQO busca estimadores para as variáveis explicativas da função de regressão que minimize a soma dos resíduos quadrados no intuito de maximizar o ajuste do modelo aos dados da amostra (WOOLDRIDGE, 2010); Assim, o modelo será estimado para uma amostra de 45 países e em corte transversal de dados para o ano de 2017.

Dessa forma, o modelo de regressão irá assumir como determinantes da felicidade as 10 variáveis explicativas anteriormente apresentadas com a adição do termo de erro (u) na equação (1):

$$Fel = \beta_0 + \beta_1 PIBpc + \beta_2 Des + \beta_3 Gin + \beta_4 GPS + \beta_5 ISau + \beta_6 IEdu + \beta_7 ID + \beta_8 IPC + \beta_9 IPGen + \beta_{10} IGP + u \quad (1)$$

3.2 Análise e interpretação dos resultados

Resultados estatísticos

A tabela 11 apresenta as estatísticas descritivas básicas referente aos dados coletados e sistematizados da variável dependente e das variáveis independentes do modelo para os 45 países no ano de 2017. Sobre a variável explicada, observa-se que a média da felicidade se aproxima do valor encontrado para Taiwan (6,422) no Relatório Mundial da Felicidade de 2017, onde se posicionou em 33º lugar entre os 155 países analisados. Com respeito às variáveis explicativas, destaca-se o fato da tabela 11 demonstrar razoável diversidade na amostra de países – a exceção apresenta ser o investimento em educação, cuja diferença entre o valor máximo e mínimo indica mudança de basicamente apenas 2,5 pontos percentuais de investimento com respeito ao PIB entre os países.

Tabela 11: estatística descritiva para a amostra de 45 países em 2017

Variável / Estatística	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Fel	6,429	0,815	4,315	7,537
PIBpc	40.164,86	19.120,85	6.299,04	114.862,53
Des	0,070	0,036	0,028	0,218
Gin	0,336	0,070	0,220	0,533
GPS	0,193	0,058	0,075	0,315
ISau	0,061	0,023	0,000	0,139
IEdu	0,040	0,008	0,028	0,064
ID	7,710	1,411	3,100	9,870
IPC	62,778	17,418	29,000	89,000
IPGen	0,733	0,052	0,625	0,878
IGP	1,713	0,458	1,097	2,975

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial, Happiness Report, Institute for Economics na Peace, OECD, The Economist, Transparency International, World Economic Forum.

Com respeito à tabela 12, pode-se observar que a excepcionalidade nórdica já analisada no capítulo II se reforça e se torna mais evidente em função de possibilitar a

comparação das médias dos países nórdicos (grupo 1) com as dos demais grupos (asiáticos - 2, Canadá-EUA - 3, europeus - 4, latinos - 5, oceânicos - 6, mundo - 7). Com efeito, com exceção a quatro valores identificados por um asterisco (*), o quinteto nórdico obteve desempenho melhor *vis à vis* aos demais grupos de países em todas as variáveis. Em geral, os grupos mais próximos aos nórdicos são o Canadá-EUA (3) e os oceânicos (6).

Tabela 12: Médias dos grupos de países por variável do modelo

Variável / Grupo	1	2	3	4	5	6	7
Fel	7,463	5,676	7,155	6,238	6,650	7,299	6,429
PIBpc	54.912,71	28.386,99	54.106,97	43.735,81	19.585,78	46.353,69	40.164,86
Des	0,058	0,052*	0,054	0,075	0,092	0,052*	0,070
Gin	0,265	0,364	0,350	0,305	0,476	0,338	0,336
GPS	0,252	0,152	0,182	0,216	0,110	0,177	0,193
ISau	0,080	0,040	0,107*	0,061	0,050	0,070	0,061
IEdu	0,054	0,037	0,043	0,037	0,046	0,043	0,040
ID	9,418	6,480	8,565	7,656	7,103	9,175	7,710
IPC	83,800	51,667	78,500	62,792	44,667	83,000	62,778
IPGen	0,825	0,666	0,744	0,735	0,712	0,761	0,733
IGP	1,361	2,208	1,781	1,581	2,109	1,346*	1,713

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial, Happiness Report, Institute for Economics na Peace, OECD, The Economist, Transparency International, World Economic Forum.

* Valores que superam os nórdicos na variável em questão.

No intuito de se comparar as médias para cada variável de cada grupo, fez-se um teste estatístico de hipótese de diferença de médias por meio do teste T^{59} . Assim, primeiramente, optou-se pela condução de um teste de tipo unicaudal em função de se esperar que os valores nórdicos sejam melhores *vis à vis* a qualquer grupo (como demonstrado na análise da tabela anterior). Então, para se continuar o teste e determinar se as variâncias das duas amostras em comparação eram homocedásticas ou heterocedásticas, fez-se necessária a condução do teste F^{60} . A partir dos resultados desse, o teste t pode ser conduzido com as seguintes hipóteses:

⁵⁹ O teste T possui o objetivo de comparar a média de duas séries, ou seja, testar se existe ou não diferença significativa entre a média de uma série 1 e a média de uma série 2 (BUSSAB e MORETTIN, 2010).

⁶⁰ O teste F é utilizado para testar se as variâncias são iguais (homocedásticas) ou diferentes (heterocedásticas) - testando a hipótese nula H_0 de que elas sejam supostamente iguais (homocedásticas) contra a hipótese de serem supostamente diferentes (H_1). Se o p-valor calculado for menor que 0,05 (alfa), rejeita-se H_0 em favor de H_1 de que a diferença entre as variâncias seja diferentes (heterocedásticas), já se o p-valor for maior que 0,05 (alfa) - aceita-se H_0 de que a diferença entre as variâncias seja iguais (homocedásticas) (BUSSAB e MORETTIN, 2010).

H0: não existe diferença significativa entre as médias dos grupos comparados

H1: existe diferença significativa entre as médias dos grupos comparados

Deve-se mencionar que, para a execução do teste, assume-se que todas as condições para inferência foram atendidas (condição aleatória, condição normal, condição de independência) e utiliza-se um número de significância (α) de 5%. Assim, se o p-valor é menor que 0,05, rejeita-se H0 em favor de H1, enquanto que se o p-valor é maior que 0,05 (alfa), aceita-se H0. A partir disso, os resultados de p-valor calculados no teste T são apresentados na tabela 13.

Tabela 13: resultados de p-valor do teste T de diferença de médias

Variável / Comparação	1 vs 2	1 vs 3	1 vs 4	1 vs 5	1 vs 6	1 vs 7
Fel	0,00	0,02	0,00	0,00	0,04	0,00
PIBpc	0,00	0,44*	0,02	0,00	0,08*	0,00
Des	0,36*	0,40*	0,20*	0,01	0,35*	0,24*
Gin	0,00	0,14*	0,00	0,00	0,00	0,00
GPS	0,00	0,07*	0,07*	0,00	0,06*	0,02
ISau	0,01	0,27*	0,02	0,00	0,13*	0,04
IEdu	0,00	0,04	0,00	0,05*	0,05*	0,00
ID	0,01	0,04	0,00	0,00	0,19*	0,00
IPC	0,00	0,10*	0,00	0,00	0,43*	0,00
IPGen	0,00	0,02	0,00	0,00	0,05*	0,00
IGP	0,01	0,27*	0,09	0,00	0,46*	0,05*

Fonte: elaboração própria.

* Resultado que aceita H0 a um nível de significância de 5%.

Na comparação dos nórdicos com os asiáticos (1 vs 2), europeus (1 vs 4), latinos (1 vs 5) e mundo (1 vs 7), observa-se como tendência geral a existência de diferenças significativa entre as médias dos grupos comparados, *i.e.*, de fato há grande singularidade entre os países nórdicos *vis à vis* aos grupos citados quanto aos seus resultados em basicamente todas as 11 variáveis analisadas. As exceções ocorreram nas seguintes variáveis: i. desemprego (para asiáticos, europeus e mundo); ii. GPS (europeus); iii. investimento em educação (latinos); iv. IGP (mundo).

Por outro lado, em consonância com a análise da tabela 12, a tabela 13 indica uma tendência *geral* de que não existe diferença significativa entre as médias do grupo nórdico com o grupo Canadá-EUA (3) e oceânicos (6), sobretudo, com o último. As exceções se fazem presentes nas variáveis a seguir: i. felicidade (3 e 6); ii. índice de Gini (6); iii. investimento em educação, ID e IPGen (3).

Resultados econométricos

Uma vez elaborado o modelo econométrico apresentado na equação (1) e sistematizado os dados das bases estatísticas mencionadas, conduziu-se a regressão para estimar os condicionantes das médias de felicidade dos países por meio do método de mínimos quadrados ordinários a 95% de nível de confiança. Assim, prosseguir-se-á com a descrição de como as variáveis foram tratadas para a estimação e, em seguida, com a análise dos resultados encontrados.

Previamente à estimação, uma avaliação de existência de multicolinearidade foi realizada via análise de correlação entre as variáveis contidas no modelo elaborado *a priori* (modelo inicial), cujos resultados são apresentados na tabela 14 abaixo. A análise da referida tabela indica a existência de um caso de colinearidade para a variável IPC, em função de duas correlações encontradas terem sido superior a 70%, são elas: PIBpc x IPC e ID x IPC. Tal ocorrência pode ser explicada, por um lado, pelo fato de países mais ricos possuírem mecanismos mais eficazes de combate à corrupção (o contrário para países mais pobres), por outro, pelo fato de que países com instituições democráticas mais sólidas também possuem tais mecanismos (o contrário para países mais pobres). Dessa forma, optou-se por retirar a variável IPC do modelo da equação (1).

Além disso, tanto em função do Gini possuir um alto índice de correlação com o GPS (-0,64) quanto pelo fato do modelo inicial apresentar um sinal oposto ao esperado para o coeficiente de GPS (países de menor desigualdade podem se demonstrar mais abertos as possibilidades de aumento no GPS), a variável Gin também será retirada. Por fim, em razão do PIBpc se tratar de uma variável estritamente positiva e com valores relativamente muito maiores *vis à vis* às demais variáveis explicativas, será aplicado o logaritmo natural (LN) em toda a sua série. Dessa forma, a nova versão criada, denominada doravante de modelo final⁶¹, apresenta-se como na equação abaixo:

$$Fel = \beta_0 + \beta_1 LNPIBpc + \beta_2 Des + \beta_3 GPS + \beta_4 ISau + \beta_5 IEdu + \beta_6 ID + \beta_7 IPGen + \beta_8 IGP + u \quad (2)$$

Tabela 14: teste de correlação entre as variáveis explicativas do modelo inicial

Variável / Variável	PIBpc	Des	Gin	GPS	ISau	IEdu	ID	IPC	IPGen	IGP
PIBpc	1,00	-0,25	-0,49	0,36	0,49	0,09	0,64	0,75*	0,40	-0,46

⁶¹ Vide Apêndice B para mais estimações.

Des	-0,25	1,00	0,26	0,08	-0,18	-0,06	-0,12	-0,33	-0,13	0,17
Gin	-0,49	0,26	1,00	-0,64	-0,33	0,03	-0,37	-0,52	-0,41	0,56
GPS	0,36	0,08	-0,64	1,00	0,50	0,12	0,28	0,44	0,36	-0,39
ISau	0,49	-0,18	-0,33	0,50	1,00	0,35	0,49	0,64	0,43	-0,34
IEdu	0,09	-0,06	0,03	0,12	0,35	1,00	0,41	0,38	0,52	-0,14
ID	0,64	-0,12	-0,37	0,28	0,49	0,41	1,00	0,82*	0,62	-0,66
IPC	0,75*	-0,33	-0,52	0,44	0,64	0,38	0,82*	1,00	0,62	-0,67
IPGen	0,40	-0,13	-0,41	0,36	0,43	0,52	0,62	0,62	1,00	-0,49
IGP	-0,46	0,17	0,56	-0,39	-0,34	-0,14	-0,66	-0,67	-0,49	1,00

Fonte: elaboração própria.

* Correlação superior a 70%.

Neste contexto, estimou-se as equações (1) e (2) e sintetizou-se os resultados na tabela abaixo. A amostra de ambos os modelos consiste em 45 países. Quanto ao ajuste do modelo, *i.e.*, o R^2 ajustado – recomendado no caso de comparação entre dois modelos com quantidades de preditores diferentes (WOOLDRIDGE, 2010) – indicou uma melhora entre o modelo inicial (0,686) e o modelo final (0,713) *ceteris paribus*, ou seja, o modelo final explica 71,3% das variações encontradas nas médias de felicidade subjetiva reportada dos países. Deve-se ressaltar que a equação (2) não se trata de um modelo teórico com indicações pré-definidas tanto para as variáveis quanto para a forma funcional. Desse modo, o R^2 ajustado do modelo final indica razoável bom potencial explicativo, dadas as consideráveis limitações do exercício conduzido.

Tabela 16: síntese dos resultados econométricos

Variável	Modelo Inicial		Modelo Final	
	Beta	P-Valor	Beta	P-Valor
Intercepto	2,259	0,164	-5,751	0,020
PIBpc	0,000	0,017*	-	-
LNPIBpc	-	-	0,806	0,001*
Des	1,486	0,540	-0,060	0,976
Gin	-0,341	0,836	-	-
GPS	-4,783	0,017*	-4,051	0,009*
ISau	11,135	0,013*	7,897	0,068**
IEdu	33,786	0,005*	35,529	0,001*
ID	0,017	0,870	0,094	0,255
IPC	0,010	0,341	-	-
IPGen	1,838	0,359	1,864	0,320
IGP	0,199	0,411	0,295	0,174
R² ajustado	0,686		0,713	
Nº de obs.	45		45	

Fonte: elaboração própria.

* Valores estatisticamente significantes com $\alpha = 5\%$.

** Valor estatisticamente significativo com $\alpha = 10\%$.

Como apontado por Campetti e Alves (2015), uma vez que a presente investigação não se pretende a fazer testes de hipótese ou previsões, mas determinar os betas e sua significância estatística, uma eventual constatação de presença de heterocedasticidade checada pelo método White não seria um problema, ainda que feriria uma das hipóteses básicas para modelos de regressão por MQO. Isso ocorre em razão do fato de que, na presença de heterocedasticidade, os preditores de MQO para os parâmetros são, ainda assim, não tendenciosos e consistentes, mas não eficientes, de forma que as variâncias dos parâmetros estimados não sejam variâncias mínimas (PINDYCK e RUBINFELD, 2004).

Quanto à significância dos betas, observa-se que o modelo inicial apresenta as variáveis explicativas PIBpc, GPS, ISau e IEdu estatisticamente significantes (ES) com $\alpha = 5\%$, enquanto o modelo final possui PIBpc, GPS e IEdu ES com $\alpha = 5\%$ e ISau estatisticamente significativa com $\alpha = 10\%$ (metade das variáveis independentes do último modelo são ES a 10%). Ainda em comparação entre os dois modelos, ressalta-se que o primeiro apresenta betas com sinais opostos aos esperados no quadro 3 para desemprego, GPS e IGP, enquanto o último o faz apenas para GPS e IGP. Outrossim, um motivo adicional de melhora entre a primeira e a última regressão é que ambas as variáveis retiradas (Gin e IPC) eram consideravelmente não significantes (p-valores de 0,835 e 0,341 respectivamente).

Sendo assim, prosseguir-se-á apenas com a análise dos estimadores do modelo final no quadro abaixo. *In suma*, metade dos preditores do modelo são estatisticamente significantes a 10%, dos quais três são altamente significantes (p-valor abaixo de 0,01), e seis deles confirmaram o sinal esperado com base na revisão da literatura sobre a Economia da Felicidade feita no capítulo I. Deve-se realçar o fato de que duas das três variáveis altamente significativas estão relacionadas diretamente às características e políticas do Estado de bem-estar social investigadas no capítulo II (GPS e IEdu), enquanto a terceira variável dessa categoria (ISau) se apresentou estatisticamente significativa a 10%. Ademais, sublinha-se que o LNPIBpc demonstrou um beta positivo (maior renda engendra maior felicidade) como também encontrado em demais estudos do campo com dados de corte transversal – diferentemente de estudos com séries temporais em que o crescimento da renda tende a estabilizar sua contribuição para a felicidade nos países ou mesmo tende a influenciar de modo negativo.

Quadro 4: Síntese dos resultados para os estimadores econométricos do modelo final

Variável	Beta	Significância
LNPIBpc	Positivo (0,806)	Altamente significativa (0,001)
Des	Negativo (-0,06)	Não significativa (0,976)
GPS	Negativo (-4,051)	Altamente significativa (0,009)
ISau	Positivo (7,897)	Significante a 10% (0,068)
IEdu	Positivo (35,529)	Altamente significativa (0,001)
ID	Positivo (0,094)	Não significativa (0,255)
IPGen	Positivo (1,864)	Não significativa (0,320)
IGP	Positivo (0,295)	Não significativa (0,174)

Fonte: elaboração própria.

Por mais que o modelo final tenha aumentado a significância da variável GPS *vis à vis* ao inicial, seu coeficiente β demonstrou-se negativo em ambas as regressões, em oposição ao sinal esperado. Quanto ao IGP, ele também apresentou um sinal invertido ao esperado. Neste caso, parte da explicação pode estar associada ao fato de que 5 dos 10 *outliers* encontrados por Aribe Jr. e Panes (2019) estarem na amostra do modelo, são eles: i. Colômbia; ii. Israel; iii. México; iv. Rússia; v. Turquia. Eles fazem parte do grupo atípico de países que possuem resultados de felicidade reportada acima da média justamente no Relatório Mundial da Felicidade e que apresentam níveis baixos ou muito baixos de paz.

Considerações Finais

A presente pesquisa se une às anteriores conduzidas no campo da Economia da Felicidade, sobretudo, dentro da temática da contribuição institucional para o desenvolvimento da felicidade. Por meio dela, buscou-se de forma geral compreender a importância do exitoso modelo de Estado de bem-estar social nórdico sobre a felicidade excepcional da região (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) no Relatório Mundial da Felicidade. Para tanto, executou-se uma revisão extensiva da literatura acerca da Economia da Felicidade e dos condicionantes da felicidade (satisfação geral com a vida), e investigou-se, por um lado, o Estado de bem-estar social nórdico e a excepcionalidade de seus países e, por outro, possíveis relações entre ambos. A partir disso, buscou-se conduzir análises estatísticas e econométricas - esta via regressão linear múltipla por MQO com dados principalmente vindos do Relatório Mundial da Felicidade, OCDE e Banco Mundial para uma amostra de corte transversal no caso de 45 países em 2017.

Diante disso, a hipótese central definida nesta monografia é de que há relevância das políticas de bem-estar social, *i.e.*, a essencialidade do Estado como garantidor tanto de condições básicas de sobrevivência como de desenvolvimento da população em termos de saúde, educação e renda para geração de melhores níveis de satisfação de vida (felicidade) dos indivíduos - refletidos no Ranking da Felicidade.

De forma geral, o capítulo I permitiu assimilar algumas lições. A felicidade tem sido objeto de investigação do conhecimento sistematizado de origem europeia desde o seu princípio na Antiguidade Clássica greco-romana. No que concerne as Ciências Econômicas, o estudo da felicidade se encontra de forma ampla desde seu princípio nas obras de Adam Smith. Nas últimas décadas do século XIX, os marginalistas engendram um movimento de redirecionamento de foco acadêmico sobre a felicidade para uma completa negligência dela em favor de variáveis quantitativas com o intuito de estudar as escolhas de agentes econômicos. Assim, somente a partir de 1970 com a inauguração da Economia da Felicidade por Easterlin, a temática não irá voltar somente como um objeto de investigação, mas com possibilidades de dados empíricos para sustentar as pesquisas sobre assunto de modo exponencial desde então. Já a revisão da literatura indicou um conjunto abrangente de condicionantes divididos basicamente nas categorias: i. sociodemográfica; ii) econômica; iii) institucional.

Com respeito ao capítulo II, feita uma caracterização geral bastante ilustrativa das diversas similaridades compartilhadas entre os cinco países nórdicos, as lições retidas se referem ao fato de que o modelo de Estado de bem-estar social nórdico consiste, *in summa*, em um aparato muito extenso e eficiente de políticas (especialmente executadas via prestação de serviços) de seguridade social, saúde, educação, proteção trabalhista e igualdade de gênero, cujo financiamento é feito por meio de alta tributação, enquanto seu objetivo é ser um elemento vital da política econômica para crescimento e desenvolvimento socioeconômicos autossustentados. Sua origem tem raízes imediatas mais próximas no século XIX ainda. Não obstante, ele se passa a consolidar-se somente no pós-Segunda Guerra Mundial.

Atualmente, o modelo nórdico gera resultados excepcionais para Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia na área da felicidade (RMF) e em diversos indicadores socioeconômicos, políticos, institucionais e culturais, de modo que pareça haver um ciclo virtuoso de retroalimentação entre esses diversos bons resultados. Mas deve-se ressaltar que a bibliografia consultada aponta que a origem para tal fenômeno esteja em suas condições e características históricas pré-industriais, de forma que elas desenvolveram populações a favor da construção paulatina do Estado de bem-estar nórdico ao longo do século XX – que estimulará bons resultados nos indicadores e possivelmente no RMF (além de bases de dados sobre felicidade muito anteriores).

Enfim, o capítulo III permitiu unir o conhecimento acumulado sobre o campo em que se insere esta monografia (Economia da Felicidade) e seu “macro-objeto” de investigação (o modelo de Estado de bem-estar nórdico) para oportunizar um estudo estatístico e econométrico mais contundente. As análises estatísticas demonstram que: i. a amostra de 45 países possui razoável diversidade; ii. de fato, há grande singularidade entre os países nórdicos comparativamente aos demais agrupamentos de países da amostra quanto aos seus resultados em basicamente todas as 11 variáveis analisadas, ainda que os grupos Canadá-EUA e oceânicos se aproxime de suas médias; iii. o modelo econométrico final apresentou um razoável bom potencial explicativo (R^2 ajustado de 0,713), considerando-se suas limitações ao seu real poder explicativo quanto aos parâmetros para população; iv. metade dos preditores do modelo são estatisticamente significantes a 10%, três são altamente significantes, e seis deles confirmaram o sinal esperado; v. as três variáveis explicativas relacionadas diretamente ao Estado de bem-estar social foram estatisticamente significantes (investimento em saúde) ou ainda altamente significantes (gastos públicos sociais e investimento em educação). Dessa

forma, tanto o capítulo II quanto, particularmente, o capítulo III confirmaram a hipótese da pesquisa.

Neste quadro, por mais que haja uma grande diferença entre a compreensão do caminho trilhado por uma sociedade com níveis elevados de felicidade e o conhecimento de como levar um país para a mesma direção, pode-se indicar certas orientações gerais (ou mesmo focos de ocupação estatal) para auxiliar outros países, como o Brasil, a estabelecer um planejamento de políticas públicas rumo ao aumento da satisfação geral com a vida de seus cidadãos com base na experiência do Estado de bem-estar social nórdico, são elas: i) melhorar a distribuição de renda, que poderá fortalecer a demanda interna e reduzir criminalidade (aumentar a segurança/paz); ii) aumentar o investimento em saúde, bem como a disponibilidade de médicos por 1.000 habitantes; iii) aumentar o investimento em educação (em todos os níveis) para melhorar a qualificação e competitividade de sua força de trabalho, bem como reduzir o desemprego; v) fortalecer mecanismos de qualidade e eficiência das instituições estatais para que possam produzir os resultados que prometem; vi) estabelecer reformas para o aumento da fiscalização e transparências dos poderes, no sentido de lograr a conquista de maior confiança da população e possibilitar não só a implementação de políticas sociais, mas também a sua manutenção; vii) garantir uma rede de seguridade social capaz de amparar os cidadãos em meio a distintas adversidades, sobretudo, as potencialmente disruptivas como as referentes à quarta revolução industrial; viii) construir um senso de coletividade necessário ao apoio das políticas de bem-estar social ao longo do tempo, de forma autônoma aos governos que se sucederem – um dos aspectos basilares do modelo nórdico; ix. garantir a representação e participação feminina nas esferas de poder político (*e.g.* via introdução de cotas para mulheres no legislativo e executivo), bem como reduzir a disparidade de gênero com respeito às oportunidades educacionais, laborais e salariais.

Deve-se ressaltar, ainda, que, para além das orientações gerais supracitadas (norteadoras das políticas e instituições de bem-estar social nórdicas ainda atualmente), faz-se necessária a observação do quadro 2 - sintetizador das instituições nórdicas de bem-estar social para auxiliar outros países a tomarem um caminho semelhante ao nórdico (sobretudo, baseado nos casos da Suécia e Dinamarca analisados nesta monografia). Não obstante, não se pode perder de vista que os cinco países nórdicos passaram por um longo trajeto histórico que criou estruturas socioeconômicas e políticas capazes de sustentar seu modelo de Estado de bem-estar social.

Com efeito, uma questão que pode ser levantada diante de tal trajetória é: seria possível “transplantar” tal modelo para outros países com posições mais baixas no ranking do RMF para que eles consigam resultados de felicidade em algum grau semelhante aos nórdicos? Obviamente essa pergunta guarda uma grande complexidade quanto a questões históricas e socioeconômicas que extrapolam o escopo de análise da presente investigação. Contudo, tanto a literatura encontrada quanto as análises desenvolvidas neste trabalho podem lançar alguma luz sobre tal indagação. Pormenorizadamente, a primeira pergunta pode ser dividida em duas: i. se seria necessário a busca por uma região para se explorar (ou mesmo uma profunda exploração dos trabalhadores a nível interno do próprio país) no intuito de constituir riqueza ou as condições necessárias para a construção de políticas sociais tal como ocorreu historicamente em países da Europa Ocidental (mormente, Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Alemanha e Países Baixos); ii. se um Estado de bem-estar social seria um luxo apenas para países ricos.

Quanto à primeira questão, pode-se responder que esse processo de exploração não seria necessariamente incontornável. O caso dos países nórdicos ilustra um exemplo de como países que passaram por uma experiência feudal menos acentuada, não tiveram forte contato com atividades coloniais/neocoloniais/imperialistas, chegaram ao século XX majoritariamente agrários, relativamente pobres e com estruturas econômicas e sociais tradicionais pouco capitalistas conseguiram tanto se enriquecer (em bases de menor desigualdade socioeconômica e exploração capitalista internas – graças, em parte, a reforma agrária e coordenação centralizada salarial) quanto criar as condições necessárias para a construção de políticas sociais.

Evidentemente, o caso nórdico guarda suas particularidades *sui generis*, entretanto, pode-se interpretar sua trajetória de desenvolvimento (“escada”) econômico como semelhante em algum grau de seus pares europeus (além de EUA, Japão e China para citar outros). Assim, como outros países atualmente desenvolvidos, os países nórdicos adotaram transformações estruturais, tais quais: i. implementação de reformas agrárias; ii. uso ativo e extensivo de políticas industrial, comercial e tecnológica (não feitas somente via protecionismo tarifário, mas também por uma multiplicidade de instrumentos políticos - inclusive espionagem industrial/violação de patentes); iii. investimento em setores de maior dinâmica econômica como os industriais (industrialização), que permitem maior distribuição de renda, redução da dependência de bens de consumo e de capital externos, e que ainda geram um “ciclo virtuoso” de demanda

entre seus setores produtivos; iv. investimento na produção dos seguimentos nacionais de bens de capital – sobretudo em inovação; v. aperfeiçoamento de suas organizações políticas e instituições (CHANG, 2004).

Já no tocante à segunda questão, a resposta apontada pela literatura é que um país não precisa ser rico para sustentar políticas de Estado de bem-estar social. Com efeito, quando a Dinamarca assume a liderança na introdução de tais políticas na década de 1880, seu PIB *per capita* era equivalente a US\$3.000 (muito abaixo dos atuais US\$64.681, com apresentado na tabela 1). Ressalta-se que três quartos da população dos países em desenvolvimento vivem em países com PIB *per capita* igual ou superior a esse valor, de modo que teoricamente haveria possibilidade para eles implementarem tais políticas sociais (EASTERLIN, 2021).

O caso da Costa Rica aparece como um dos melhores exemplos de tal possibilidade para países em desenvolvimento, isto é, de um país de baixa renda que não apenas conseguiu implementar, mas também manter suas políticas sociais. Isso se deve ao fato dele ter começado a introduzir programas de Estado de bem-estar social em meados do século XX, quando seu PIB *per capita* era semelhante ao dinamarquês na década de 1880. Em termos de felicidade, de 2012 a 2020, ele apareceu como um *outlier* em meio a países desenvolvidos de alta renda (entre os 15 mais felizes) no RMF (WORLD HAPPINESS REPORT, 2022) – com um PIB *per capita* abaixo de US\$13.000 (BANCO MUNDIAL, 2022). Comparativamente, os EUA obtêm resultados de felicidade semelhantes à Costa Rica, enquanto possui um PIB *per capita* quatro vezes maior, de modo que as políticas sociais costa-riquenses devam ter um importante papel em seus resultados eficientes (no uso de sua baixa renda) – algo semelhante ocorre no caso nórdico, por eles terem resultados de felicidade melhores do que países com rendas próximas às deles. Assim, percebe-se que o crescimento econômico (e a riqueza em si) pode facilitar a implementação de políticas sociais, mas ele não é uma condição *sine qua non* para tal, de forma que basta um governo se demonstrar solícito ao uso de impostos para sustentar uma rede de seguridade social (EASTERLIN, 2021).

Por fim, ainda que a felicidade tenha sido apresentada como um objetivo e uma meta primordial para os seres, o autor deste trabalho concorda com Campetti e Alves (2015) quando eles relativizam e analisam mais criticamente a felicidade, pois, como eles indicam, de fato existem outros objetivos de importância relativamente prévia à felicidade, como os direitos humanos, a liberdade e a justiça. Isso ocorre, pois um indivíduo em condições de pobreza e exploração social pode sentir-se feliz em

decorrência de fatores relacionados à religião, propaganda política, pressão social ou à filosofia pessoal, mas essa situação não indicaria ser o indivíduo propriamente feliz.

Quanto a dificuldades encontradas na pesquisa, deve-se ressaltar, finalmente, que a coleta de dados feita particularmente para o capítulo III demonstrou certas dificuldades. A maior dela diz respeito à falta de base de dados para variáveis ligadas ao Estado de bem-estar social (informações “macro”) para uma quantidade maior de países, cuja consequência/limitação pode ser considerada o fato da amostra de 45 países para o modelo econométrico conter basicamente os países mais ricos de cada continente e excluir todo o continente africano (em contraste *vis à vis* a bases com dados acerca de informações individuais, “micro”, como estado civil, idade, escolaridade, sexo, região, religião, etnia, renda, posição relativa da renda e desemprego disponíveis para grandes grupos de países – tais quais são encontradas na *World Values Survey*). Outrossim, as limitações das bases de dados também restringiram o número de observações e, por consequente, a qualidade dos estimadores.

Referências

AARHUS University. **Portal virtual**. Disponível em: <https://www.au.dk/en>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ANDERSEN, Torben M.; HOLMSTROM, Bengt; HOKAPOHJA, Seppo; KORKMAN, Sixten; SODERSTROM, Hans Tson; VARTIAINEN, Juhana. THE NORDIC MODEL: Embracing globalization and sharing risks. **The Research Institute of Finnish Economy (ETLA)**. Helsinki: Editora Taloustieto Oy, 2007.

ARIBE JR., S. G.; PANES, J. M. M. Will State of Happiness Assure Global Peace? **Asia Pacific Journal of Social and Behavioral Sciences**, Malaybalay City, vol. 16, p.87-98. 2019. Disponível em: <https://research.buksu.edu.ph/index.php?journal=APJSBS&page=article&op=view&path%5B%5D=154>. Acesso em: 14 abril 2021.

Banco Mundial. World Development Indicators. In: World Bank Data. **Base de Dados**. 2022. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 15 junho 2022.

BERGH A. The Rise, Fall and Revival of the Swedish Welfare State: What are the Policy Lessons from Sweden? **Research Institute of Industrial Economics**, 2011.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística básica. In: **Estatística básica**. 2010. p. xvi, 540-xvi, 540.

CAMPETTI, P. H. M.; ALVES, T. W. Economia da felicidade: estudo empírico sobre os determinantes da felicidade em países selecionados da América Latina. **Revista Pesquisa & Debate**, SP, volume 26, número 1(47) pp.99-123, jan-mar 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/16196/16279>. Acesso em: 6 abril 2021.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.

CORBI, R. B.; MENEZES-FILHO, N. A. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 4 (104), p. 518-536, out-dez 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000400003. Acesso em: 14 março 2021.

DENMARK. **OECD Better Life Index**. Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/countries/denmark/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

EASTERLIN, R. A. An Economist's Lessons on Happiness. Farewell Dismal Science! **Springer Nature Switzerland**: Cham, Suíça, 2021.

EASTERLIN, Richard Ainley. Does Economic Growth Improve the Human Lot? In: DAVID, Paul; REDER, Melvin (Eds.). **Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honor of Moses Abramovitz**, p. 89-125. New York: Academic Press, 1974.

Disponível em: <https://huwdixon.org/teaching/cei/Easterlin1974.pdf>. Acesso em: 20 agosto 2020.

ECONLIT. **American Economic Association**. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/econlit/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

EDUCATION. **Iceland**, Islândia. 2022. Disponível em: <https://www.iceland.is/the-big-picture/people-society/education>. Acesso em 19 jul. 2022.

ETHNOLOGUE. **Portal virtual**. Disponível em: <https://www.ethnologue.com/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

EYDAL, Guðný Björk; ÓLAFSSON, Stefán. Family Policy in Iceland: An Overview. **Family Policies in the Context of Family**. VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2006. Disponível em: <https://thjodmalastofnun.hi.is/sites/thjodmalastofnun.hi.is/files/skrar/familypolicyiniceland.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

FEIJÓ, Carmen. **Contabilidade social**: a nova referência das contas nacionais do Brasil. - Rio de Janeiro : Elsevier, 2013.

FREY, B. S.; STUTZER, A. The Economics of Happiness. **World Economics**, v. 3, n. 1, p. Jan./Mar. 2002. Disponível em: https://bsfrey.ch/articles/_365_2002.pdf. Acesso em: 11 março 2020.

HILSON, Mary. The nordic model scandinavia since 1945. London: Reaktion Books, 2008.

HUBLIN, JJ. et al. New fossil from Jebel Irhoud, Morocco and the pan-African origin of Homo Sapiens. **Nature** 546, p. 289-292, 2017. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nature22336>. Acesso em: jun. 2021.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica. 3ª ed. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2013

ILO. Women in managerial and leadership positions in the G20 - Data availability and preliminary findings. In: International Labour Organization reports for the G20. **Base de Dados**. 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/shinyapps/bulkexplorer18/?lang=en&segment=indicator&id=SDG_T552_NOC_RT_A. Acesso em: 8 junho 2021.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE. Reports. Global Peace Index 2019. 2019. Disponível em: <https://www.economicsandpeace.org/reports/>. Acesso em: 2 junho 2021.

JONASEN, Viggo. Social work in Denmark 1790-2003: a brief history. **AARHUS School of Social Work**. Jens Chr. Skous, vol. 2. 2004. Disponível em: <http://www.viggojonasen.dk/wp-content/uploads/2013/12/2004-VJ-Social-Work-In-Denmark-1790-2003-A-Brief-History.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

KUHNLE. O estado de bem-estar social nos países nórdicos. **O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI**. São Paulo: LTr, 2007.

KUHNLE; SANDER. The Emergence of The Western Welfare State. **The Oxford Handbook of the the Welfare State**. Oxford: Oxford University Press, 2021.

KUZNETS, Simon. National Income, 1929-1932. **National Bureau of Economic Research**, Nova York, bulletin 49, 7 jun. 1934. Disponível em: <https://www.nber.org/system/files/chapters/c2258/c2258.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

LAMMI-TASKULA *et al.* **Parental leave, childcare and gender equality in the Nordic countries**. Copenhagen: Nordic Council of Ministers , 2012. , p. 178. Disponível em: <http://norden.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A700593&dswid=2797> Acesso em: 19 jul. 2022.

LIMA, Sabrina V. **Economia e Felicidade**: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil. Ribeirão Preto, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-15052007-142028/pt-br.php>. Acesso em: 10 abril 2020.

LINDMARK, Daniel. Educational History in the Nordic Region: Reflections from a Swedish Perspective. In: **Espacio, Tiempo y Educación**, Salamanca, vol. 2, n. 2, p. 7-22. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4774/477447182001.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MACKERRON, G. Happiness economics from 35 000 feet. **Journal of Economic Surveys**, 26(4), 705-735, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-6419.2010.00672.x>.

MARKKOLA Pirjo, NAUMANN Ingela K. Lutheranism and the Nordic Welfare States in Comparison. **Journal of Church and State**, Volume 56, Issue 1, Winter 2014, p. 1–12. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jcs/cst133>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MARTELA, F. et al. The Nordic Exceptionalism: What Explains Why the Nordic Countries are Constantly Among the Happiest in the World. In: HELLIWELL, J. F. et al. **World Happiness Report 2020**. New York: Sustainable Development Solutions Network, 2020. p.129-146, Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2020/>. Acesso em: 30 março 2020.

MARY Hilson. **Aarhus University, School of Culture and Society**. Disponível em: [https://pure.au.dk/portal/en/persons/mary-hilson\(02ca6596-df63-4f7d-9504-fe8720d48815\).html](https://pure.au.dk/portal/en/persons/mary-hilson(02ca6596-df63-4f7d-9504-fe8720d48815).html). Acesso em: 19 jul. 2022.

NATO. **Finland and Sweden submit applications to join NATO**. 2022. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_195468.htm. Acesso em: 19 jul. 2022.

NATO. **Portal virtual**. Disponível em: <https://www.nato.int/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

NØHR, Christian *et al.* Nationwide citizen access to their health data: analysing and comparing experiences in Denmark, Estonia and Australia. **Health Services Research**, vol. 17, n. 534. 2017. Disponível em: <https://bmchealthservres.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12913-017-2482-y.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

NORDIC Co-operation. **Portal virtual**. Disponível em: <https://www.norden.org/en>. Acesso em: 19 jul. 2022.

NORDIC countries orthographic. **Wikimedia commons**, 11 outubro 2020. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nordic_countries_orthographic.svg. Acesso em: 19 jul. 2022.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. OECD Data. **Base de Dados**. 2021. Disponível em: <https://data.oecd.org/>. Acesso em: 5 junho 2021.

OECD. **Portal virtual**. Disponível em: <https://www.oecd.org/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. UN Data. **Base de Dados**. 2021. Disponível em: <https://data.un.org/>. Acesso em: 8 jun. 2021.

ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos**. Os desafios das políticas de desenvolvimento rural. 1. ed. Campinas - SP/Uberlândia-MG: Editora Alínea/Edufu, 2008. v. 1. 245p.
PERCENTAGE of women. **IPU Parline**, 2022. Disponível em: https://data.ipu.org/compare?field=chamber%3A%3Acurrent_women_percent&structure=any_lower_chamber#map. Acesso em: 19 jul. 2022.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Econometria**: modelos e previsões. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel. **Microeconomia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano, 1997. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 10 abril 2020.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de desenvolvimento humano da ONU, 2020. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2020.

RICHARD A. Easterlin. **Population Association of America Honored Members**. Disponível em ://www.populationassociation.org/support/honored-members/richard-easterlin. Acesso em: 19 jul. 2022.

ROJAS, M. The relevance of Richard A. Easterlin's Groundbreaking Work. A historical perspective. In: ROJAS, M. et al. The Economics of Happiness. How the Easterlin Paradox Transformed Our Understanding of Well-Being and Progress. **Springer Nature Switzerland**: Cham, Suíça, 2019.

RUSSEL, Helen. **O segredo da Dinamarca**. São Paulo: LeYa, 2016.

SANTOS, Anabela Sousa. **Economia da felicidade**: determinantes da felicidade e a influência das dimensões socioculturais. Um estudo multicultural. Orientador: Professor Doutor Georg Dutschke. 2015. 353 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Ciências Económicas, Empresariais e Tecnológicas, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/1183/1/PhDThesisAnabelaSousaSantos.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STIGLITZ, J., SEN, A., & FITOUSSI, J.-P. **Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress**, 2009. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/118025/118123/Fitoussi+Commission+report>.

STUTZER, Alois; FREY, Bruno S. Recent Developments in the Economics of Happiness: A Selective Overview. **IZA Discussion Paper Series**, n. 7078. 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2192854. Acesso em: 19 jul. 2022.

STYRKÁRSDÓTTIR, Auður. Women's suffrage in Iceland. **The Women's History Archives**, Islândia, 2006. Disponível em: <https://kvennasogusafn.is/index.php?page=Womens-Suffrage-in-Iceland>. Acesso em: 19 jul. 2022.

THE ECONOMIST. Intelligence Unit. Democracy Index 2019 report – A year of democratic setbacks and popular protests, Londres: **The Economist**. 2019. Disponível em: <http://www.eiu.com/topic/democracy-index/>. Acesso em: 15 março 2020.

THE World Factbook. CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Corruption Perception Index report 2019. **Base de Dados**. 2019. Disponível em : <https://www.transparency.org/en/cpi/2019/index/nzl>. Acesso em: 10 junho 2021.

UNIÃO Europeia. **Portal virtual**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/index_pt. Acesso em: 19 jul. 2022

UNIVERSITAS21. **Portal virtual**. Disponível em: <https://universitas21.com/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

WESTBERG, Johannes; INCIRCI, Ayhan; PAKSUNIEMI, Merja; TURUNEN, Tuija. State formation and the rise of elementary education at the periphery of Europe: the cases of Finland and Turkey 1860–1930. **Journal of Educational Administration and History**, vol. 50, n. 3, p. 133-144. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320594410_State_formation_and_the_rise_of_elementary_education_at_the_periphery_of_Europe_the_cases_of_Finland_and_Turkey_1860-1930. Acesso em: 19 jul. 2022.

WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

WORLD Happiness Report. **Base de dados.** 2022. Disponível em: <https://worldhappiness.report/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

World Happiness Report. HELLIWELL, J. F. et al. **World Happiness Report 2020.** Nova Iorque: Sustainable Development Solutions Network. Nova Iorque: Sustainable Development Solutions Network. 2021. Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2020/>. Acesso em: 20 março 2020.

WORLD Justice Project. **Portal virtual.** Disponível em: <https://worldjusticeproject.org/our-work/research-and-data/wjp-rule-law-index-2021>. Acesso em: 19 jul. 2022.

APÊNDICE A - Dados completos para 45 países em 2017

Variável / País	Fel	PIBpc	Des	Gin	GPS	ISau	IEdu	ID	IPC	IPG	IGP
Argentina	6,599	23.597,12	0,084	0,411	0,110	0,066	0,049	6,96	39	0,732	1,936
Australia	7,284	50.699,18	0,056	0,340	0,167	0,070	0,040	9,09	77	0,731	1,414
Austria	7,006	54.188,36	0,059	0,275	0,273	0,077	0,045	8,42	75	0,709	1,298
Belgium	6,891	50.442,95	0,072	0,274	0,287	0,083	0,053	7,78	75	0,739	1,456
Brazil	6,635	14.596,89	0,128	0,533	0,110	0,040	0,051	6,86	37	0,684	2,235
Bulgaria	4,714	21.470,00	0,062	0,395	0,216	0,042	0,037	7,03	43	0,756	1,589
Canada	7,316	48.317,19	0,064	0,31	0,180	0,076	0,045	9,15	82	0,769	1,314
Chile	6,652	24.525,46	0,070	0,46	0,114	0,055	0,040	7,84	67	0,704	1,583
China	5,273	14.203,91	0,044	0,391	0,152	0,029	0,037	3,1	41	0,674	2,121
Colombia	6,357	14.479,81	0,093	0,497	0,133	0,059	0,040	6,67	37	0,731	2,689
Costa Rica	7,079	20.368,23	0,091	0,48	0,119	0,053	0,058	7,88	59	0,727	1,701
Czech Republic	6,609	38.842,90	0,029	0,249	0,185	0,062	0,031	7,62	57	0,688	1,320
Denmark	7,522	55.356,49	0,058	0,264	0,292	0,085	0,048	9,22	88	0,776	1,310
Estonia	5,611	33.867,80	0,058	0,309	0,172	0,049	0,038	7,79	71	0,731	1,588
Finland	7,469	47.570,27	0,088	0,266	0,296	0,070	0,050	9,03	85	0,823	1,435
France	6,442	44.445,60	0,094	0,292	0,315	0,094	0,045	7,8	70	0,778	1,871
Germany	6,951	53.071,48	0,036	0,289	0,254	0,096	0,036	8,61	81	0,778	1,465
Greece	5,227	28.604,79	0,218	0,319	0,247	0,049	0,032	7,29	48	0,692	1,911
Hungary	5,324	29.501,12	0,041	0,289	0,197	0,046	0,033	6,64	45	0,67	1,479
Iceland	7,504	55.638,49	0,033	0,25	0,160	0,068	0,055	9,58	77	0,878	1,097
India	4,315	6.299,04	0,054	0,357	0,152	0,000	0,033	7,23	40	0,669	2,526
Ireland	6,977	77.831,99	0,067	0,295	0,142	0,052	0,028	9,15	74	0,794	1,375
Israel	7,213	39.137,38	0,042	0,344	0,162	0,046	0,050	7,79	62	0,721	2,786
Italy	5,964	41.951,47	0,113	0,334	0,276	0,064	0,033	7,98	50	0,692	1,653
Japan	5,920	41.531,22	0,028	0,329	0,223	0,090	0,029	7,88	73	0,657	1,347
Korea, Rep.	5,838	40.957,35	0,037	0,354	0,101	0,042	0,036	8	54	0,65	1,799
Latvia	5,850	28.689,57	0,087	0,355	0,159	0,034	0,034	7,25	58	0,756	1,557
Lithuania	5,902	33.761,91	0,071	0,374	0,153	0,043	0,029	7,41	59	0,742	1,704
Luxembourg	6,863	114.862,53	0,056	0,327	0,215	0,043	0,030	8,81	82	0,706	1,581
Mexico	6,578	19.947,20	0,084	0,472	0,075	0,028	0,037	6,41	29	0,692	2,510
Netherlands	7,377	55.089,58	0,059	0,298	0,166	0,083	0,042	8,89	82	0,737	1,451
New Zealand	7,314	42.008,21	0,047	0,335	0,186	0,070	0,047	9,26	89	0,791	1,278
Norway	7,537	64.050,37	0,044	0,262	0,252	0,088	0,064	9,87	85	0,83	1,460
Poland	5,973	29.714,59	0,050	0,275	0,208	0,045	0,037	6,67	60	0,728	1,595
Portugal	5,195	33.044,70	0,092	0,32	0,227	0,057	0,042	7,84	63	0,734	1,259
Romania	5,825	27.136,13	0,049	0,351	0,216	0,041	0,037	6,44	48	0,708	1,560
Russia	5,963	25.926,43	0,052	0,317	0,216	0,061	0,029	3,17	29	0,696	2,975
Slovakia	6,098	30.066,19	0,081	0,22	0,175	0,054	0,031	7,16	50	0,694	1,596
Slovenia	5,758	36.517,58	0,066	0,243	0,215	0,059	0,038	7,5	61	0,805	1,313
Spain	6,403	39.580,19	0,172	0,333	0,239	0,063	0,035	8,08	57	0,746	1,487

Sweden	7,284	51.947,94	0,069	0,282	0,260	0,091	0,052	9,39	84	0,816	1,504
Switzerland	7,494	69.103,57	0,048	0,299	0,170	0,076	0,044	9,03	85	0,755	1,354
Turkey	5,500	28.193,06	0,109	0,409	0,121	0,032	0,037	4,88	40	0,625	2,670
United Kingdom	6,714	46.385,63	0,044	0,357	0,205	0,076	0,041	8,53	82	0,77	1,683
United States	6,993	59.896,76	0,044	0,39	0,184	0,139	0,041	7,98	75	0,718	2,248

Fonte: elaboração própria

APÊNDICE B – Resultados de testes econométricos

Apêndice B1: Modelo Inicial sem o Gini e sem o IPC e todas as variáveis em LN - 95% de significância

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,861341922
R-Quadrado	0,741909906
R-quadrado ajustado	0,684556552
Erro padrão	0,07572885
Observações	45

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	8	0,5934786	0,074184825	12,93577187	1,48187E-08
Resíduo	36	0,206454916	0,005734859		
Total	44	0,799933517			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95,0%</i>	<i>Superior 95,0%</i>
Interseção	-1,029660268	0,983116092	-1,04734352	0,301922353	-3,023512117	0,964191581	-3,023512117	0,964191581
PIB per capita	1,40534406	0,461294468	3,046522684	0,00431606	0,469795517	2,340892603	0,469795517	2,340892603
Desemprego	-0,020965793	0,029630311	-0,707579257	0,48376249	-0,081058849	0,039127262	-0,081058849	0,039127262
GPS	-0,09960751	0,043574282	-2,285924321	0,028249111	-0,18798025	-0,011234771	-0,18798025	-0,011234771
Investimento em saúde	0,018835744	0,013683787	1,376500817	0,177168292	-0,008916262	0,046587751	-0,008916262	0,046587751
Investimento em educação	0,229053872	0,072465775	3,160855895	0,003185127	0,082086468	0,376021275	0,082086468	0,376021275
ID	0,095416317	0,085917275	1,110560323	0,274120469	-0,078831994	0,269664628	-0,078831994	0,269664628
Paridade de gênero	0,316553776	0,232073865	1,364021648	0,181028674	-0,154113838	0,78722139	-0,154113838	0,78722139
IGP	0,113602254	0,073110133	1,553851015	0,128968205	-0,034671968	0,261876475	-0,034671968	0,261876475

Fonte: elaboração própria.

Apêndice B2: Modelo Inicial com todas as variáveis em LN a - 95% de significância

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,867576359
R-Quadrado	0,752688738
R-quadrado ajustado	0,679950132
Erro padrão	0,076279781
Observações	45

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	10	0,602100949	0,060210095	10,34785755	1,00198E-07
Resíduo	34	0,197832567	0,005818605		
Total	44	0,799933517			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95,0%</i>	<i>Superior 95,0%</i>
Interseção	0,724453885	0,458910991	1,578637033	0,123679196	-0,208165457	1,657073227	-0,208165457	1,657073227
PIB per capita	0,102618573	0,056023628	1,831701664	0,075769097	-0,011235138	0,216472284	-0,011235138	0,216472284
Desemprego	-0,008511831	0,032081651	-0,265317743	0,792366774	-0,073709591	0,056685928	-0,073709591	0,056685928
Gini	-0,048674412	0,103059391	-0,472294775	0,639733882	-0,258116293	0,160767469	-0,258116293	0,160767469
GPS	-0,124087571	0,053326761	-2,326928703	0,026061309	-0,232460589	-0,015714554	-0,232460589	-0,015714554
Investimento em saúde	0,025359417	0,014457145	1,754109555	0,088422439	-0,004021037	0,054739871	-0,004021037	0,054739871
Investimento em educação	0,206822675	0,077145335	2,68094855	0,011241899	0,050044491	0,363600859	0,050044491	0,363600859
ID	0,069576097	0,094073447	0,739593369	0,464622968	-0,121604148	0,260756343	-0,121604148	0,260756343
IPC	0,092981446	0,096204733	0,966495545	0,340621156	-0,102530094	0,288492986	-0,102530094	0,288492986
Paridade de gênero	0,280702993	0,238291733	1,17798041	0,246983972	-0,203564072	0,764970058	-0,203564072	0,764970058
IGP	0,148271331	0,085663516	1,730857402	0,092544722	-0,025817879	0,322360542	-0,025817879	0,322360542

Fonte: elaboração própria.